



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

RAUMI JOAQUIM DE SOUZA

TERRA, RAÇA, CLASSE E ESTRATÉGIA

SÃO PAULO

2017

RAUMI JOAQUIM DE SOUZA

TERRA, RAÇA, CLASSE E ESTRATÉGIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “educação, saúde e cultura”.

Orientador: Rafael Litvin Villas Boas

SÃO PAULO

2017

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

S729 Souza, Raumi Joaquim de.
Terra, raça, classe e estratégia / Raumi Joaquim de Souza. – São Paulo,
2017.
126 f. : 30 cm.

Orientador: Rafael Litvin Villas Boas.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra. 4. Sociologia rural – Brasil. 5. Brasil –
Questão racial. I. Título.

CDD 301.350981

RAUMI JOAQUIM DE SOUZA
TERRA, RAÇA, CLASSE E ESTRATÉGIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “educação, saúde e cultura”.

Orientador: Rafael Litvin Villas Bôas

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Villas Bôas

Prof.a. Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araújo

Prof.(a) Dr.(a) José Fernando Peixoto de Azevedo

São Paulo, 18 de Abril de 2017.

Dedicamos essa pesquisa ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A principal intenção é que sirva como um instrumento de formação

Sócio-racial aos milhares de militantes espalhados pelo mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos camaradas, mulheres e homens da luta

Aos trabalhadores músicos e poetas, militantes.

Aos pais, mães e irmãos de combate.

As crianças indefesas que acompanham seus criadores

A procura da dignidade perdida.

Agradecemos à luta que nos fez ser poeta,

As pretas e pretos, negras e negros

Lavradoras e lavradores,

Ao povo Sem Terra

Educadoras e educadores da liberdade.

À ENFF e ao IPPRI

Ao MST da Bahia e do Brasil

A coragem de lutar e estudar

A bravura de tentar entender a realidade

E ter coragem de aspirar a transformá-la.

Sou Revolução

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
Sou revolução

Sou socialista, Sem Terra,
Sou agricultor
Vítima do racismo sou negro
Sou trabalhador
Sou afro-brasileiro
E tenho coragem e rebeldia
Pra derrotar essa nobreza selvagem
Essa burguesia

Minha esperança é paz, igualdade racial,
Uma nação soberana, fraterna
E um mundo mais igual
Reforma Agrária, Justiça e um país mobilizado.
Sou a resistência, acredito no povo organizado.

Ê â ô, sou o inverso da guerra e do terror.
Ê â ô, eu sou a esperança e o amor.
Ê â ô, sou o contrário da guerra e do terror.
Ê â ô, eu sou a esperança e o amor.

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
Sou revolução

Raumi Souza

RESUMO

A presente investigação intitulada “Terra, Raça, Classe e Estratégia” visa compreender qual a relação da luta do MST pela Reforma Agrária com o debate sobre a questão racial. Partindo das contribuições teóricas dos sociólogos Clóvis Moura e Florestan Fernandes entre outros autores, nosso estudo tem como finalidade levantar subsídios para a percepção de como as desigualdades sociais e territoriais no campo estão intrinsicamente ligadas às desigualdades raciais. No nosso estudo investigaremos de que maneira o MST historicamente pensa a questão racial associada a luta pela Reforma Agrária, visto que a maioria das pessoas que compõem os assentamentos e acampamentos são negros e negras. A partir desse diagnóstico visamos compreender de que maneira a estratégia de luta do MST se associa à luta contra o racismo, como legado da escravidão e do latifúndio no Brasil. Na perspectiva de contextualizar esta análise em sua possível efetivação nas esferas individual e coletiva, analisaremos a possibilidade de encontrar elementos que apontem para a relação entre terra, raça e classe do ponto de vista da contribuição para o avanço da luta da classe trabalhadora. O estudo parte da hipótese de que o MST não desenvolveu o debate sobre a questão racial como avançou no debate sobre a questão de gênero e a questão LGBT. Porém, constatamos nas entrevistas com militantes do MST da Bahia, um grande potencial para que o debate avance internamente na organização. Pois compreendemos que a questão agrária e a questão racial estão articuladas historicamente no Brasil, sendo marcas do trauma da colonização e da escravidão, que legaram ao país um sistema de divisão da terra desigual e uma estrutura racial que vitimizam a maioria da população pobre e negra com o racismo, como marca estruturante da desigualdade social brasileira. Portanto, podemos tratar a luta pela terra também como uma luta pela superação do racismo, bem como da questão racial como pauta de debate na luta pela reforma agrária.

Palavras-chave: Terra. Raça. Classe.

ABSTRACT

The present research entitled "Land, Race, Class and Strategy" aims to understand the relationship between the MST struggle for Agrarian Reform and the debate on the racial phenomenon. Starting from the theoretical contributions of sociologists Clóvis Moura and Florestan Fernandes among other authors, our study has the purpose of raising subsidies for the perception of how social and territorial inequalities in the field are intrinsically linked to racial inequalities. In our study we will investigate how the MST historically thinks the racial issue associated with the struggle for Agrarian Reform, since most of the people who make up the settlements and camps are Black and Brown. From this diagnosis we aim to understand how the MST's strategy of struggle is associated with the fight against racism, as a legacy of slavery and latifundia in Brazil. In the perspective of contextualizing this analysis in its possible realization in the individual and collective spheres, we will analyze the possibility of finding elements that point to the relation between land, race and class from the point of view of the contribution to the advancement of the struggle of the working class. The Study starts from the hypothesis that the MST did not develop the debate on the racial issue as it advanced in the debate on the issue of gender and the LGBT question. However, we verified in interviews with militants of the MST of Bahia, a great potential for the debate to advance internally in the organization. For we understand that the agrarian question and the racial question are historically articulated in Brazil, being the marks of the trauma of colonization and slavery, which left the country with a system of uneven land division and a racial structure that victimize the majority of the poor and Black with racism, as a structuring mark of Brazilian social inequality. Therefore we can treat the struggle for land, as well as a struggle to overcome racism, as well as a racial issue as a debate in the struggle for agrarian reform.

Keywords: Earth. Breed. Class.

RESUMEN

Esta investigación titulada "Tierra, raza, clase y Estrategia", que tiene como objetivo comprender la relación de la lucha del MST por la reforma agraria con el debate sobre el fenómeno racial. Sobre la base de las contribuciones teóricas de los sociólogos Clóvis Moura y Florestan Fernandes, entre otros, nuestro estudio tiene como objetivo aumentar los subsidios para la percepción de cómo las desigualdades sociales y territoriales en el campo están intrínsecamente ligadas a las desigualdades raciales. En nuestro estudio vamos a investigar cómo el MST piensa históricamente el problema de la raza asociada con la lucha por la reforma agraria, ya que la mayoría de las personas que conforman los asentamientos y campamentos son hombres y mujeres de raza negra. Con este diagnóstico se pretende entender cómo la estrategia de lucha MST se asocia con la lucha contra el racismo como un legado de la esclavitud y el latifundio en Brasil. Con el fin de contextualizar este análisis de su posible eficacia en las esferas individuales y colectivas, vamos a examinar la posibilidad de encontrar elementos que apuntan a la relación entre la tierra, la raza y el punto de vista de la contribución clase para el avance de la lucha obrera. El estudio parte de la hipótesis de que el MST no se ha desarrollado el debate sobre la raza a medida que avanzaba en el debate sobre la cuestión de la cuestión de género y LGTB. Sin embargo, encontramos las entrevistas a militantes del MST Bahía, un gran potencial para el debate proceder internamente en la organización. Porque entendemos que la cuestión agraria y la cuestión racial se articulan históricamente en Brasil, marcas de trauma de colonización y la esclavitud, que legó al país un sistema de división de un terreno irregular y un marco racial que victimiza a la mayoría de los pobres y el racismo negro como la marca estructuración de la desigualdad social brasileña. Así podemos tratar la lucha por la tierra, así como por la superación de la lucha contra el racismo, así como la cuestión racial como una agenda para la discusión en la lucha por la reforma agraria.

Palabras clave: Tierra. Raza. Clase.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APN's	Agentes Pastoral Negros
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CEN	Coletivo de Entidades Negras
CEQ-MA	Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CCN-MA	Centro de Cultura Negra do Maranhão
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
CPC	Centro Popular de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FNB	Frente Negra Brasileira
GEOGRAFAR	Grupo Integrado de Pesquisa a Geografia dos Assentamentos na Área Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
	Movimento de Cultura Popular
MCP	Movimento de Educação e Base
MEB	
MNU	Movimento Negro Unificado
MPT	O Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NÚCLEO AKOFENA	Núcleo de Negras e Negros Estudantes da UFRB
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

TEN	Teatro Experimental do Negro
TERRITORIAL	Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
TEZ	Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi
UDR	A União Democrática Ruralista
UNEGRO	União de Negros Pela Igualdade
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
STF	Supremo Tribunal Federal
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Terra, Raça, Classe e Estratégia.....	13
2	A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO RACIAL NO PENSAMENTO MARXISTA BRASILEIRO/CLÓVIS MOURA E FLORESTAN FERNANDES.....	22
2.1	O pensamento de Clovis Moura: a conexão entre os fenômenos Terra, Classe e Raça no Brasil.....	22
2.2	Florestan Fernandes: de uma leitura da realidade sócio-racial ao significado do protesto negro.....	35
3	PRECEDENTES: LUTAS AGRÁRIAS COMO LUTAS NEGRAS E LUTA DE CLASSES NO BRASIL.....	47
3.1	Influência Haitiana à diversas lutas escravas – agrárias e negras – no Bra- sil.....	56
3.1.1	Lutas agrárias, de raças e classes na Bahia.....	59
3.2	A emergência do discurso antirracista em organizações urbanas: Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro, Movimento Negro Unificado.....	66
3.2.1	A Frente Negra Brasileira.....	66
3.2.2	Teatro Experimental do Negro (TEN).....	69
3.2.3	O Movimento Negro Unificado – MNU.....	72
4	O LUGAR DA QUESTÃO RACIAL NA ESTRATÉGIA POLÍTICA DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO MST.....	79
4.1	A formação do MST.....	79
4.1.1	A formação do MST na Bahia.....	81
4.2	O MST na Bahia e a Questão Racial.....	82
4.2.1	Uma aproximação pelo campo da música: A música de Ojeferson apontando caminhos para debater a articulação entre classe e raça no Brasil.....	110
5	A CAMINHO DA CONCLUSÃO	115
	REFERÊNCIAS.....	120

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como finalidade levantar subsídios para a percepção de como as desigualdades sociais no campo estão intrinsecamente ligadas às desigualdades raciais. A partir dessa análise visamos compreender de que maneira a luta do MST pela Reforma Agrária se associa ao debate sobre racismo numa perspectiva de avanço para a transformação social. Buscamos analisar qual a materialidade dessa articulação no chão histórico brasileiro e qual o potencial no âmbito da estratégia política de movimentos sociais do campo.

A partir desse objeto de estudo, justificamos a nossa inquietação pela necessidade de analisar o vínculo que existe entre latifúndio e racismo (questão agrária e questão racial) e a omissão desses vínculos históricos nas estratégias formuladas pela esquerda brasileira.

A nossa intenção aqui é desenvolver um diálogo investigando de que maneira está inserida na estratégia de luta do MST a pauta sobre a questão racial, visto que “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização política formada pela superpopulação relativa constituída por trabalhadores proletários e trabalhadoras proletárias, em sua maioria, negros e negras” (OLIVEIRA, 2017. p. 05). Todavia os dados coletados na nossa pesquisa são do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado da Bahia, portanto, estaremos tratando do MST, mas especificamente no Estado da Bahia.

O nosso estudo nasce da necessidade de investigar as representações acerca da questão racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, destacando de que maneira o debate racial está incorporado na proposta político-cultural da luta por Reforma Agrária, numa perspectiva de avanço para a transformação social. Visamos por meio da pesquisa, compreender de que maneira a luta do MST pela reforma agrária se associa ao debate sobre racismo, levantando subsídios para a percepção de como as desigualdades sociais e territoriais no campo estão ligadas às desigualdades raciais.

Para a implementação desta pesquisa, optamos por realizar um trabalho de análise bibliográfica que nos forneceu elementos para produzir os dois primeiros capítulos e o trabalho de campo por meio de entrevista oral possibilitou o desenvolvimento do terceiro capítulo. Por meio desses dois mecanismos conseguimos analisar crítica e teoricamente a coleta dos dados e concluir nossa pesquisa.

A metodologia do nosso trabalho constou das seguintes etapas: leitura de textos de

orientação teórico-metodológica, análise de livros e materiais sobre as questões raciais e questões agrárias, materiais pesquisados na internet, textos e vídeos de diversos autores brasileiros acerca dessas questões; entrevista a militantes do MST; análise geral dos resultados: os dados foram adquiridos mediante a análise de vídeos, entrevistas de militantes, consulta em livros indispensáveis à compreensão prévia do problema, textos a partir da internet e, processualmente, ocorreu a escrita da dissertação.

O desenvolvimento da pesquisa está estruturado em três capítulos: 1. A emergência da questão racial no pensamento marxista brasileiro - Clóvis Moura e Florestan Fernandes; 2. Precedentes: lutas negras como lutas agrárias, ou lutas agrárias como lutas negras; 3. O lugar da questão racial na estratégia política da luta pela Reforma Agrária no MST.

No primeiro capítulo estudamos a obra Clovis Moura e Florestan Fernandes como dois intelectuais militantes de histórias, realidades e trajetórias diferentes, porém, há em comum o engajamento no movimento de esquerda e na temática referente à problemática do negro no Brasil. São dois sociólogos marxistas que se diferenciam de outros autores pois, além de estarem engajados na luta social, buscaram analisar o Brasil principiando pela emergência da questão racial no pensamento marxista brasileiro. Esses dois teóricos nos presentearam com seus aportes teóricos para entender a articulação entre terra, raça e classe no Brasil.

Desenvolvemos, no segundo capítulo, uma interpretação das lutas agrárias no Brasil como lutas procedidas das injustiças raciais provocadas pelo processo colonial. Nesse capítulo estudamos diversos movimentos sociais agrários e, conseqüentemente, se configuram também como movimentos negros que, ao longo da história, tem trilhado caminhos essenciais para a construção de igualdade de direitos e oportunidades sociais e raciais no Brasil.

No terceiro capítulo, estudamos o MST e a questão racial, por meio de entrevistas a diversos líderes do MST da Bahia. Investigamos se na maneira do MST pensar a questão agrária está incluída a associação à temática racial, e se na estratégia de luta do MST há uma articulação desses dois fatores.

1.1 Terra, Raça, Classe e Estratégia.

Sobre a TERRA no Brasil, desde a época colonial há disputas acirradas pelo seu controle, e sua posse é um gesto de demonstração de poder político. A propriedade privada é,

portanto, a maneira mais comum do controle da terra no Brasil. Mas essa realidade é recente, passando a existir a partir do século XIX, pois durante os 300 anos de colonização portuguesa não havia ainda a propriedade privada da terra.

De acordo com Alentejano:

Do ponto de vista legal, o que havia no período colonial era o instituto das sesmarias, trasladado de Portugal para o Brasil. Segundo esse instituto, a terra, propriedade da Coroa, era cedida mediante o compromisso do aproveitamento econômico em benefício do reino de Portugal, sendo, portanto, ao mesmo tempo instrumento econômico e político. Econômico, pois o detentor da sesmaria deveria tornar a terra produtiva, de forma que ela gerasse riquezas para a Coroa; político, porque ao detentor da sesmaria era dado o controle sobre a área e a tarefa de proteger a terra da cobiça de outras potências estrangeiras. Entretanto, a concessão de sesmarias, embora fosse a única forma legal de acesso à terra na colônia, não foi a única forma efetiva de ocupação do território colonial pelos portugueses (ALENTEJANO, 2012, p. 473).

Portanto, a propriedade privada da terra passa a ser instituída com a Lei de Terras de 1850, “enquanto os posseiros em geral não tinham a posse efetiva das terras que ocupavam, reconhecida legalmente, no caso dos detentores das sesmarias a legislação tratou de viabilizar formas de legalização das mesmas” (ALENTEJANO, 2012, p. 473). A partir dessa lei, a terra passa a ser acessível somente pela compra direta, institucionalizando o latifúndio e permitindo brechas para a grilagem, pois a lei estabeleceu prazo para a legalização que acontecia via a comprovação da titulação das mesmas. “Isso possibilitou a falsificação de documentos, artificialmente forjados como antigos, a fim de assegurar o controle sobre as terras.” (ALENTEJANO, 2012, p. 473).

O mecanismo de controle da terra não permitia acesso aos escravos libertos e aos imigrantes camponeses europeus e asiáticos que vieram para o Brasil no fim do século XIX e no princípio do século XIX, pois esses não tinham recursos para comprá-las. Portanto, a lei não permitiu a democratização da estrutura fundiária. Assim, a propriedade privada da terra passa ao controle dos latifundiários. Além dessa apropriação pelos latifundiários existem outros meios para os usos da terra no Brasil, há as terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades rurais extrativistas, portanto, sem propriedade legal. Há as terras destinadas à Reforma Agrária, “os latifúndios que, por não cumprirem o preceito constitucional da função social, foram objeto de desapropriação, e suas terras destinadas à criação de assentamentos rurais, permanecendo sob o controle formal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)” (ALENTEJANO, 2012, p. 744). Há as terras indígenas, “resultado do

reconhecimento do Estado brasileiro do direito das populações originárias que sobreviveram ao genocídio às terras que outrora ocupavam” (ALENTEJANO, 2012, p. 744). Há, ainda, as terras devolutas, que pertencem ao Estado e por isso não estão disponíveis para o mercado.

Portanto, várias dessas terras são griladas ou são atualmente ocupadas coletivamente por populações camponesas formadas por Trabalhadores Rurais Sem Terra. A prática da grilagem é recorrente na história agrária brasileira e tem aumentado bastante por meio da legalização de processos fraudulentos de apropriação da terra sobretudo na Amazônia legal, pelas medidas provisórias nº 422 e nº 458, instituídos por atos governamentais no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. “Existe, ainda, o arrendamento como forma de acesso à terra no Brasil, subdividindo-se em duas modalidades: arrendamento de pequenas áreas por trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra; e arrendamento de grandes extensões de terra por empresários e empresas” (ALENTEJANO, 2012, p. 744).

Segundo Alentejano, nos últimos tempos há outro processo de domínio da terra no Brasil que tem crescido bastante que é o processo de estrangeirização da propriedade privada, embora a participação de empresas estrangeiras tenha sido reduzida, há um crescimento significativo.

Segundo Sauer e Leite (2010), havia, em 2008, 34.632 imóveis registrados em nome de estrangeiros no cadastro do INCRA, num total de 4.037.667 hectares. Isso significa pouco mais de 0,6% dos imóveis e 0,7% da área cadastrada no INCRA. Porém, após essa data proliferaram notícias sobre compra de terras por estrangeiros no Brasil, indicando o crescimento da estrangeirização das terras brasileiras. Diante da repercussão política negativa dessas medidas, o governo, por meio da Advocacia Geral da União (AGU) retomou procedimentos de controle sobre a aquisição de terras por estrangeiros que haviam sido abandonados desde 1998, mas com muito pouco resultado prático. Afinal, o parecer nº LA-01, de 19 de agosto de 2010, retoma a lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que estabelece o limite máximo de uma propriedade de 50 módulos (art. 3º) e o limite para a soma das propriedades de um quarto da área de um mesmo município (art. 12), o que, diante da imensidão de alguns municípios brasileiros e da inexistência de um limite para o número de propriedades em nome de uma mesma pessoa ou empresa, pouco significa. Além do mais, a legislação brasileira atual prevê que uma empresa aberta no Brasil, independentemente da origem de seus donos ou de seu capital, é considerada empresa brasileira; assim, as terras controladas diretamente pelo capital estrangeiro são seguramente muito maiores do que os dados do INCRA registram (ALENTEJANO, 2012, p. 744).

O autor afirma que no Brasil há uma complexa realidade no tocante à terra que envolve, de um lado, lutas pelo seu controle democrático em defesa de múltiplas formas de acesso comunitário e coletivo defendendo o respeito e demarcação dos territórios quilombos e

indígenas, as terras tradicionalmente ocupadas pelos movimentos sociais em luta pela Reforma Agrária; e, de outro, a permanência da propriedade da terra, a reafirmação de formas monopolistas apoiadas por ações das diversas esferas do Estado brasileiro, rejeitando e ignorando o reconhecimento das terras quilombolas bem como negando a titulação de terras indígenas, recusando a legitimação de terras tradicionalmente ocupadas e resistindo à desapropriação de terras que descumprem a função social e devem estar destinada à Reforma Agrária. Deste modo o Estado beneficia os latifúndios improdutivos, favorece a grilagem e preserva o direito de propriedade de quem utiliza mão de obra escrava (ALENTEJANO, 2012, p. 744). Assim, no Brasil, a maioria dos camponeses e trabalhadores rurais permanece Sem Terra enquanto essa continua sendo sinônimo de riqueza, poder concentrados nas mãos de uma minoria.

Sobre o termo “raça”, nos perguntamos: como tratar dessa questão no Brasil? Inclusive, se partirmos pelo conceito de miscigenação entendida como um fenômeno universal, adotaremos o entendimento de não haver mais raças ou etnias puras no mundo. A antropologia demonstra esse dinamismo miscigenatório milenar nos diversos continentes. Porém, no Brasil, “estabeleceu-se uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico) tentando-se, com isto justificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes” (MOURA, 1988, p. 60).

Segundo Moura, a democratização social não está medida no fato absurdo do português em determinadas situações estabelecer contato e intercâmbio sexual com as raças de suas colônias, pois essa seria uma conceituação defendida pela ordem vigente.

O mito da democracia foi estabelecido como uma falsa consciência construída pelas elites para ocultar a realidade e simplificar os fatos. A falsa da democracia racial se arraigou no Brasil como algo intocável, a pedra de toque da “contribuição brasileira” ao processo civilizatório da Humanidade (FERNANDES, 1989, p. 10). Ela expressa um meio de evasão dos extratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis:

Desse ângulo, o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita (FERNANDES, 1989, p. 24).

Segundo Fernandes, de acordo à ordem social arcaica, todos os privilégios, valores e padrões de comportamento podiam manter-se intactos, em proveito dos extratos dominantes da “raça branca” que compõem as elites e as classes privilegiadas, claro que gerando fatais prejuízos à nação. “A consciência social turva, obstinada e mesquinha dos egoísmos enraizados, que não se viam postos à prova (antes, se protegiam) contra as exigências cruéis de uma estratificação racial extremamente desigual” (FERNANDES, 1989, p. 24).

Por essas e outras, a conscientização racial deve existir, todos os negros precisam estar cientes da história tal como ela aconteceu e cientes também do seu papel na construção do novo. Por isso a necessidade da identidade étnica e o conhecimento como uma ferramenta na luta pela segunda abolição.

De acordo com o pensamento de Clovis Moura, “a elite de poder que se auto identifica branca escolheu, como tipo ideal representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro” (MOURA, 1998, p. 62). A partir dessa dicotomia étnica, ficou estabelecido por meio de uma escala de valores da qual o grupo que mais se aproxima do tipo branco é mais reconhecido e aceito socialmente e à medida que se aproxima do negro ficaria mais desvalorizado condenado e socialmente repellido. Isso criou mecanismos de dominação e não criou, portanto, um relacionamento democrático e igualitário. Embora sempre existisse um grupo de não brancos que se rebelaram contra a ordem estabelecida, bem como essa estratificação racial, essa gradiente étnica criou uma tendência à fuga da realidade e à consciência étnicas de grandes segmentos populacionais não brancos (MOURA, 1998, p. 62).

Deste modo, a consciência e identidade étnicas são escamoteadas por uma gama de brasileiros que sempre procuram símbolos étnicos da camada branca dominante como elementos de identificação. Na obra “Sociologia do Negro Brasileiro”, Clovis Moura nos traz informação de uma pesquisa realizada pelo IBGE sobre sua cor na década de 1980 e os inquiridos pelos pesquisadores do IBGE responderam sobre a sua cor o total de cento e trinta e seis cores. É possível perceber “como o brasileiro foge da sua realidade étnica, da sua identidade, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior” (MOURA, 1998, p. 63).

No sistema classificatório de cor ou raça do IBGE, atualmente, há quatro categorias

predefinidas previstas pela classificação: branco, preto, amarelo e pardo. Segundo Rafael Guerreiro Osório:

Embora já se tenha proposto que a situação socioeconômica dos pardos seria intermediária entre pretos e brancos, outros estudos com base em evidências empíricas mais sólidas mostraram haver nenhuma ou pouca diferença entre os dois grupos... Todavia, deve-se lembrar de que o propósito da classificação racial não é estabelecer com precisão um tipo “biológico”, mas se aproximar de uma caracterização sociocultural local. O que interessa, onde vige o preconceito, é a carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas potenciais de discriminações. Portanto, a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza (OSÓRIO, 2003, p. 23).

Portanto, os pardos também são considerados negros, pois são discriminados justamente pela sua parcela preta. Deste modo, a justificativa teórica é obviamente mais importante, pois “coloca os dois grupos como beneficiários legítimos de quaisquer ações que venham a ser tomadas no sentido de reverter o quadro histórico e vigente dessas desigualdades” (OSÓRIO, 2003, p. 23).

Em relação à terra, foi exatamente essa parcela da população que ficou desgarrada e compoendo a camada que formaria posteriormente os movimentos sociais que vão ocupar as propriedades em busca da sobrevivência negada historicamente. Portanto, para ser ativada pelo negro, a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política corajosa, pela qual a fusão de “raça” e “classe” regule a eclosão do Povo na história. “O trabalho livre não contou como uma fonte de libertação do homem e da mulher negros: ele os coloca em competição com os imigrantes em condições desiguais” (FERNANDES, 1989, p. 21).

Fernandes cita ainda sobre o termo raça que há uma ambivalência muito grande pois em relação ao negro e o mulato por exemplo os problemas não são iguais, ambos participam dos mesmos problemas mas em intensidades diferentes. Para ele é preciso que os movimentos negros de protesto consigam criar certas percepções básicas que tenham validade universal, superando assim este dilema (FERNANDES, 1989, p. 71). Para Florestan Fernandes, a raça se configura como pólvora, prestes a explodir a qualquer momento.

E o termo “classe”, em nossa pesquisa sugere a articulação com a categoria terra, pois

classe e raça combinam forças essenciais para contrapor à ordem existente e se fortalecem reciprocamente, “que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo.” A luta negra e a luta agrária fazem parte de uma luta da classe trabalhadora “ai está o busílis da questão no plano político revolucionário” (FERNANDES, 1989, p. 24).

Se existem além da classe elementos diferenciais revolucionários, que são essenciais para a negação e a transformação da ordem vigente, há distintas radicalidades que precisam ser compreendidas (e utilizadas na prática revolucionária) como uma unidade, uma síntese no diverso. Pois se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa (FERNANDES, 1989, p. 68).

Para Florestan Fernandes, as lutas de raças e lutas de classes são dilemas interligados (uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra). O negro adquire uma situação de classe proletária ao se classificar socialmente e continua vítima das discriminações e violências, portanto, continua sendo negro. Para ele a relação entre raça e classe é um fator revolucionário “de um lado, é imperativo que a classe defina a sua órbita, tendo em vista a composição multirracial das populações em que são recrutados os trabalhadores.” Portanto, dentro do capital os trabalhadores quaisquer possuem as mesmas exigências, mas existem trabalhadores que possuem exigências diferentes “e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes. Indo além, em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre os trabalhadores” (FERNANDES, 1989, p. 67).

A fórmula “proletários de todo o mundo, uni-vos” não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raças. Contudo, uma é a dinâmica de uma estratégia fundada estritamente na situação de interesses exclusivamente de classe; outra é a dinâmica na qual o horizonte mais largo estabelece uma síntese que comporte todos os interesses, valores e aspirações que componham o concreto como uma “unidade no diverso” (FERNANDES, 1989, p. 69).

Portanto, a raça também é um fator revolucionário específico. Para Fernandes, em nossa sociedade é mais adequado utilizar a frase proletários, negros e brancos, uni-vos para forjar a sua sociedade. De acordo com ele classe e raça são duas polaridades, que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos. Classe e raça são unidades do diverso.

A estratégia é justamente essa unidade do diverso, o protesto negro abastecido das diversas lutas necessárias para a integração do negro na sociedade de classes, a segunda abolição. Faz parte da estratégia a necessidade de uma consciência racial em que o negro esteja empenhado e ciente do seu papel nas lutas pelas transformações sócio-raciais.

Florestan Fernandes nos afirma que:

Isso não quer dizer que todo o negro poderá ser um militante proletário mais firme e decidido que os demais. Quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado. Uma coisa é jogar contra o capital o dinamismo negador de classe contra classe. Outra coisa é jogar contra ele todos os dinamismos revolucionários que fazem parte da situação global. O negro acumulou frustrações e humilhações que tornam incontáveis os seus anseios de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Ele não pode dar a outra face. É tudo ou nada. Ou rebeldia ou capitulação. Ou democracia para valer ou luta contra os grilhões, agora ocultos por trás de uma pseudodemocracia. Reflexões desta natureza podem parecer equivocadas. Mas, por que as elites temem as classes trabalhadoras e, mais ainda, "o populacho", em sua maioria composto de negros e de mestiços? (FERNANDES, 1986, p. 79/70).

Para Fernandes sobre o papel político do negro, é fundamental que ele entre nesse contexto ao invés de ir contra ou ficar fora. Muitos acham que quando o negro se afirma só como raça o potencial é mais bem aproveitado, mas isso provocará um isolamento. O negro deve compor ou estar articulado com os grupos que podem levar o protesto social até o fundo, na intenção de dinamizar o espaço político das classes trabalhadoras. Para Florestan é mais que o momento (e ele se referia ao final da década de 1980) de um lance entre raça e classe. E essa articulação seria jamais para neutralizar o elemento raça, “pois se neutralizar não haverá grupo humano que vá apresentar as reivindicações que são específicas da população negra” (FERNANDES, 1986, p. 60).

É imperativo que o negro entre como e enquanto negro, mas também substancialmente como negro que faz parte das classes despossuídas e das classes trabalhadoras e assim ele pode viver os dois papéis políticos simultaneamente e dar maior eficácia aos dois. Se ele tentar se isolar, ele vai falar sozinho, não unicamente como classe ele não levantará as bandeiras que são essenciais, porque a desproporção que existe nos padrões de carreira entre brancos e negros é enorme. Ninguém pode negar isto. É preciso que o negro coloque seus problemas, porque na desigualdade existem os mais desiguais; e as desigualdades que afetam o negro o afetam em termos de classe, mas também de raça. Por isso, no meu trabalho Além da pobreza, saliento que, depois de vencer o limiar da pobreza, o negro tem outros problemas que os brancos não têm. A desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira (FERNANDES, 1986, p. 60).

Portanto, a luta negra dissociada de um pensamento e uma articulação com a classe seria um erro, pois não completa a transformação social e por outro lado a luta pela terra sem um olhar para a questão racial configura-se também como um vacilo, pois o negro historicamente compõe a maior parte dos mais segregados socialmente. Consequentemente, na luta pela Reforma Agrária, que historicamente já se configura como uma luta da classe trabalhadora, os movimentos sociais que compõem essa luta necessitam instituir como pauta a temática racial e, por outro lado, os movimentos negros precisam articular as suas lutas raciais também como uma luta de classe e olhar para a questão agrária como embrionária, pois ela é elementar no tocante às desigualdades sócio-raciais no Brasil.

2. A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO RACIAL NO PENSAMENTO MARXISTA BRASILEIRO/CLÓVIS MOURA E FLORESTAN FERNANDES.

Clovis Moura e Florestan Fernandes são dois intelectuais militantes de histórias, realidades e trajetórias diferentes, porém, há em comum o engajamento no movimento de esquerda pautando a temática referente à problemática do negro no Brasil. Estes dois sociólogos marxistas diferenciam-se de vários outros por, além de estarem engajados na luta social, buscarem analisar o Brasil principiando pela emergência da questão racial no pensamento marxista brasileiro. Como veremos ao longo da pesquisa.

2.1 O pensamento de Clovis Moura: a conexão entre os fenômenos Terra, Classe e Raça no Brasil.

Clóvis Steiger de Assis Moura foi um militante negro do PCB, nordestino e piauiense que tornou-se um dos cientistas sociais de mais destaque nos estudos sobre o negro na estratégia da luta de classes no Brasil. Foi um ativista racial que refletiu sobre as diversas formas de resistências do negro no Brasil. Nascido na cidade de Amarante, em 10 de junho de 1925, tem entre seus antepassados um barão do império da Prússia (Ferdinando Von Steiger, seu bisavô materno) e, pelo lado paterno, a bisavó Carlota, uma escrava negra de um português – seu bisavô.

Clovis Moura principiou seus estudos militantes acerca da questão da resistência negra e escravista no Brasil na década de 1940, redigindo sua primeira obra aos 23 anos, *Rebeliões da Senzala*. Quando concluído, seu livro foi rejeitado pela editora Vitória, do PCB, que era a principal editora de esquerda no Brasil.

O tratamento de inferioridade da problemática racial no Brasil inclusive pelo partido comunista brasileiro estava visível e, inclusive, seus próprios companheiros militantes sugeriram-no que estudasse outros temas “mais relevantes”. O historiador Caio Prado Junior que era editor aconselhou a procurar assuntos relacionados à vida do sertão e as tradições locais. Mas, felizmente, Moura ignorou tais recomendações e prosseguiu na difícil meta de escrever sobre a “dialética dos negros no Brasil”. “Os PCs brasileiros, bem como os latino-americanos, tinham dificuldades em entender a questão ‘raça’/classe que envolve a problemática do afrodescendente brasileiro, bem como do afrodescendente latino-americano”

(MOURA, 1994).

É curioso entender porque uma obra bastante representativa tenha sido isolada e menosprezada por um partido de esquerda que defendia as mudanças sociais, mais curioso ainda é acreditar que assim como a sua obra, o próprio Clovis Moura foi também isolado pelos quadros dirigentes do partido. Complexa de riqueza teórica acerca da questão sócio-racial, seus estudos não estavam de acordo com os estudos dos intelectuais orgânicos do PCB. Pelo que pudemos depreender da genealogia do pensamento crítico brasileiro, de origem marxista, o centro da elaboração parte do pensamento da esquerda europeia.

Assim como a grande concentração de terras e de riquezas no Brasil é resultado do patrimonialismo e do racismo herdado da época colonial, o campesinato na visão marxista tem a propensão de se aliar a burguesia para o desenvolvimento das forças produtivas. Portanto para essa questão do negro não havia na doutrina europeia esse problema a resolver, era uma questão a ser formulada pelos intelectuais do capitalismo periférico, porém, a tendência era adotar de forma ortodoxa a teoria da revolução como se ela fosse uma só e coubesse em diferentes contextos. Por isso a adoção do modelo etapista, que interpretava que nós estávamos em regime feudal no campo, e para o desenvolvimento das forças produtivas era necessário se aliar com a burguesia nacional contra o imperialismo e o latifúndio.

Os estudos de Clovis Moura superaram a ideia das manifestações dos negros como simples “expressão de choques culturais”, portanto sua obra contestou o pensamento político social e acadêmico da época; para ele, a posição de inferioridade do negro na sociedade é que provocou as diversas maneiras de luta e resistência. Portanto, assim contrapôs vários autores que ignoraram a luta dos escravos e interpretaram-na como consequência da inabilidade e insuficiência a se habituar aos moldes da cultura ocidental.

A concepção burguesa, eurocêntrica e racista da realidade social enseja suavizar e atenuar a violência das práticas escravistas por meio de uma tentativa de explicar, amortecer e justificar o papel selvagem que teve a escravidão. Segundo Moura, Nina Rodrigues é um dos principais escritores que sustenta essas ideias. Portanto, em suas obras a luta dos negros escravos era considerada insignificante.

Clóvis Moura concebeu o escravo como um “agente coletivo” que lutou o tempo todo contra a violência do cativo e esteve sempre em luta diante da sua condição. Alguns autores consideram suas obras como precursoras na corrente “materialista”. “(...) Procurei demonstrar

o papel dos agentes sociais oprimidos, mesmo derrotados, o que vem negar a história como uma história de vencidos. Os vencidos são os vencedores da história porque eles, mesmo derrotados estabelecem as mudanças” (MOURA, 2003, p. 12).

Moura interpreta o escravo como um agente influente e participante nos movimentos políticos. Ele principia seus estudos com a intenção de conhecer a história social por meio dos “antagonismos entre senhor e o escravo” superando assim, trabalhos que dispuseram somente relatar a história de uma maneira cordial e “confortável”. Em suas diversas obras há várias contribuições essenciais sobre o negro brasileiro, posicionando-se nas extremidades da fronteira da sociologia, história e a política.

O aspecto político cogitado por Clóvis Moura continua bastante atual e gritante, pois a sua historiografia é fundamentalmente militante. Em sua obra o negro não é considerado como um assunto corriqueiro ou como um simples enunciado: é assumido com comprometimento e, igualmente, enquanto sujeito histórico responsável pelas mudanças sócio-raciais.

Segundo outro pesquisador e escritor acerca da questão racial, Octavio Ianni:

O que distingue a obra de Clóvis Moura é que ele compreende toda uma original e fundamental interpretação do Brasil, na qual predomina a perspectiva dos setores sociais subalternos, das classes populares, dos humilhados e ofendidos; povoando a história do Brasil. Mais do que outras interpretações do Brasil, a de Clóvis Moura está enraizada na longa gesta do escravo e ex-escravo, espelhando a grande maioria dos que trabalham no eito, na mineração, engenho e usina, fazenda e fábrica, campos e construções (IANNI, 2004, p.148).

Para o autor, na obra de Moura há uma interpretação do Brasil a partir dos grupos excluídos racial e socialmente e isso torna algo de muito singular em sua obra, que o diferencia de outros autores. Já o autor João José Reis, outro importante escritor sobre as questões raciais no Brasil, ressalta:

(...) seu livro *Rebeliões da Senzala*, escrito há mais de quarenta anos, representa um marco nos estudos da resistência escrava no Brasil. Na ocasião em que ele apareceu, as interpretações sobre a escravidão estavam se encaminhando, grosso modo, para uma divisão entre os que seguiam a influente obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, e a chamada “escola paulista”, capitaneada por Florestan Fernandes... Em ambas, a revolta, a resistência escrava de modo geral, tinha pouco ou nenhum papel na constituição do processo histórico (REIS, 2003, p. 10).

Para João José Reis, o livro *Rebeliões da Senzala* é um marco de grande destaque nos estudos da resistência negra, pois na época que ele foi publicado, os estudos predominantes não aportavam temas ligados à revolta e resistência escrava. Um exemplo é o livro *Casa Grande e Senzala* do Gilberto Freyre, que segundo Reis “apesar da complexidade e inegável riqueza da obra” estava mais preocupada a apresentar o espaço da casa grande como um ambiente de convívio harmonioso entre senhores e escravos. Portanto, Moura assumiu um caminho precursor na exploração da temática construindo uma memória que veio evidenciar um debate sobre as relações entre senhores e escravos, interpretando o escravo como um agente “coletivo”.

Moura destacou vários autores que, posteriormente, abraçaram sua perspectiva de análise e dedicaram-se a estudar a questão da atuação dos escravos rebeldes, elaborando trabalhos similares ao seu, entre eles estão: Ariosvaldo de Figueredo, Suely Robles Reis de Queiroz, Décio Freitas, Martiniano José da Silva, José Alípio Goulart e Luís Luna. Mas ele acrescenta que *Rebeliões da Senzala* teve apenas um mérito:

(...) haver despertado não apenas a inteligência, mas a comunidade negra para o debate de um assunto/problema que era considerado tabu pelos historiadores e sociólogos acadêmicos, especialmente em consequência da herança da obra de Gilberto Freyre que apontava o Brasil como o paraíso da democracia racial, fruto e decorrência da benignidade inicial do nosso escravismo patriarcal, e, depois, das relações interétnicas democráticas surgidas após o 13 de maio... O que surpreende é como certos escritores e cientistas sociais diante desta história cheia de choques e assimetrias procurem descrever a nossa história social como idílica. Este processo de antagonismos entre senhor e o escravo com interesses e papéis sociais antagônicos foi a tese central do livro (MOURA, 2003, p. 11).

A crítica a Gilberto Freyre e à tese da democracia racial está sempre presente em suas obras direta e indiretamente, ele questiona e considera ultrapassada, “desfigurada” e “deformada” a ótica “paternalista” e “filantrópica” de pesquisar, examinar e interpretar as lutas dos escravos numa perspectiva de caridade, compaixão e piedade para com os oprimidos.

Portanto, a proposta interpretativa de Freyre considerada por Moura uma maneira incoerente de ver a relação harmoniosa entre senhor e escravo, foi rompida em sua obra, assim como a corrente “culturalista” de Nina Rodrigues que interpretava a revolta escrava como uma maneira de preservação da cultura africana. Buscava transferir através dos conceitos de aculturação, assimilação, adaptação, acomodação, entre outros, as distintas

condições de consciência social do escravo, assim como a sua rebeldia para o plano cultural. Substituiu o conflito social pelos choques culturais e a escravidão permanecia tão-somente como um cenário inerte onde se operava. Segundo Moura, quase todos os escritores que discorreram sobre a escravidão moderna no Brasil a partir de Nina Rodrigues se colocaram com essa postura.

Contradizendo esse padrão historiográfico e suas percepções da história com seus aspectos clássicos que tendiam à exposição de um modelo sem antagonismos sociais e contradições, Moura descreveu o escravo como o componente ativo e dinâmico que, de distintas maneiras, se organizou e elaborou ações e estratégias que dinamizaram a sociedade, e contribuíram para o desgaste e destruição do sistema escravista.

Portanto, conseqüentemente, suas diversas maneiras de resistências à condição de escravo, cooperando assim para a ruína do modo de produção escravista contribuíram também para o surgimento do novo modelo de produção e os novos regimes de trabalho, que depois viria a ser o trabalho assalariado. "Foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem de uma forma de trabalho para outra ou, em outras palavras, a passagem da escravidão para o trabalho livre (...)" (MOURA, 1988, p. 50).

No livro *Sociologia do Negro Brasileiro*, Moura nos assevera que no Brasil criou-se a mitologia da "democracia racial" pelo fato de no país a grande maioria dos explorados ser constituída de afro-brasileiros e, por outro lado, "continuou-se o trabalho de desarticulação das religiões africanas transformando-as em simples manifestações de laboratório. (...) Na seqüência da passagem da escravidão para a mão-de-obra livre, o aparelho de dominação remanipula as ideologias de controle e as instituições de repressão dando-lhes uma funcionalidade dinâmica e instrumental" (MOURA, 1988, p. 55).

As manifestações culturais e religiosas africanas são tratadas pela sociedade "abrangente (capitalista)" como inferiores, fetichistas e, com isso, o processo da assimilação do Brasil se completará pela formação da filosofia da "democracia racial simbólica" que conserva privilégios e preserva os "valores discriminatórios do dominador em nível de relações interétnicas" (MOURA, 1988, p. 55). A ideia de democracia racial foi formulada pelas classes dominantes que ocuparam o lugar da classe senhorial.

A obra de Clóvis Moura propôs um rompimento com a historiografia

oficial/tradicional, destacando a importância de analisar a questão racial na busca de uma verdadeira democracia racial, pois no Brasil o problema da miséria, pobreza e opressão estão visceralmente ligados ao problema racial:

Em determinada fase da nossa história econômica houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, *nobre*, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não qualificado, braçal, *sujo* e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a abolição (MOURA, 1988, p. 72).

Conforme Moura, essa divisão do trabalho, “reflexo de uma estrutura social rigidamente estratificada ainda persiste em nossos dias de forma significativa. Assim como a sociedade brasileira não se democratizou nas suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou nas suas relações raciais” (MOURA, 1988, p. 72):

...Os conceitos da antropologia que tentamos analisar representam conceitos ideológicos que justificam o colonialismo e o neocolonialismo. Fugindo de analisar as forças econômicas e sociais básicas que dão dinamismo às sociedades, esses cientistas sociais procuram, através de conceitos como aculturação e outros, escamotear essa realidade, criando conjuntos ideológicos muito bem montados e academicamente indestrutíveis porque não se incorporam como norma de ação às lutas pelas transformações das sociedades subalternizadas pelo sistema colonial e neocolonial (MOURA, 1988, p. 57).

Moura afirma que o conceito de aculturação erroneamente é tido como aquele que explicaria as mudanças sociais, mas na realidade o processo é inverso, numa sociedade constituída de uma cultura dominadora e de outras dominadas a aculturação “estimula a desigualdade social dos membros das dominadas através de mecanismos mediadores que neutralizam a revolta dos membros das culturas dominadas” (MOURA, 1988, p. 47).

A partir dessas contribuições, fica óbvio que a aculturação, em vez de resolver o problema de uma sociedade poli étnica dividida em classes, pode servir para amortecer, dificultar o processo de mudança social. “No entanto, do ponto de vista histórico-estrutural, a nossa sociedade passou apenas por dois períodos básicos que foram: a) até 1888 a sociedade escravista; b) de 1889 até hoje uma sociedade de capitalismo dependente” (MOURA, 1988, p. 47).

A relação com a cultura ocidental-cristã dominante e a circulação de traços culturais africanos teve pouca influência para as mudanças substantivas da sociedade brasileira. “As populações descendentes das culturas africanas, apesar do grande ritmo e intensidade do processo aculturativo, continuam congeladas nas mais baixas camadas da nossa sociedade” (MOURA, 1988, p.47).

Moura assegura que durante toda a história do Brasil, quase não houve modificação nos níveis de subordinação e dominação e essa mudança só se sucederá quando houver um processo de mudança social radical. “Por questões de formação histórica, os descendentes dos africanos, os negros de um modo geral, em decorrência de sua situação inicial de escravos, ocupam as últimas camadas da nossa sociedade” (MOURA, 1988, p. 48).

Para Moura, na trajetória econômico-social da sociedade brasileira existiram apenas dois modos de produção: o escravista e o capitalismo dependente e, por meio disso, houve um constante processo aculturativo entre as culturas africanas dominadas e a cultura branca dominante; mas, esse processo não influenciou na mudança social estrutural, na passagem de um modo de produção para outro:

É nesse processo de choque entre as duas classes, inicialmente durante o regime escravista (senhores e escravos) e posteriormente, entre as classes dominantes e os seguimentos dominados, discriminados e marginalizados, que iremos encontrar explicação para essa realidade e, inclusive, para o grau de discriminação cristalizado no racismo (eufemisticamente chamado de preconceito de cor) por grandes parcelas da população brasileira que introjetaram a ideologia das classes dominantes. As religiões afro-brasileiras, em razão disto, deviam ser consideradas inferiores, de um lado, e/ou exterminadas, ou neutralizadas (assimiladas), de outro. Daí se procurar vê-las como elementos que representam não uma necessidade social, historicamente, cultural e psicológica de determinada comunidade étnica que compõe a nação brasileira, mas como remanescentes de uma fase já transposta da nossa história que precisa ser esquecida (MOURA, 1988, p. 54).

Para Clóvis Moura, o negro brasileiro, a partir das suas lutas na sociedade escravista contra a escravidão e posteriormente suas mobilizações após a abolição na luta pela igualdade racial incidem num fundamental instrumento para propor a superação do moderno quadro de desigualdade social que atinge milhões de brasileiros. Portanto, para entender a conjuntura das classes dominadas no Brasil, é necessário analisar as duas dimensões centrais da dominação: a classista e a racial. Nas relações de dominação na sociedade brasileira, elas encontram-se imbricadas.

Outro livro fundamental – já citado aqui – para entender a questão racial no Brasil é

“Dialética radical do Brasil negro”, lançado em 1994. Neste livro, Moura nos apresenta uma análise do Brasil a partir da formação social, cultural e econômica, focalizando a influência decisiva do negro e revelando a relação entre etnia e status, raça e classe. Apresenta o Brasil como um país de capitalismo dependente, uma sociedade poli étnica dividida em classes onde encontra-se a elite predominantemente branca compondo a classe detentora do poder político e dos meios de produção e os índios, negros e pardos, formando a classe dos trabalhadores, excluída do processo produtivo e socialmente marginalizada compondo a massa de segregados e explorados.

Explicando como transcorreu o escravismo, ele nos aponta duas fases: escravismo pleno (1550-1850) e escravismo tardio (1851-1888). A primeira fase é caracterizada pelo predomínio das relações de produção escravistas em que era absoluta a subordinação da economia de tipo colonial ao monopólio comercial e à Metrópole tendo como forma central de propriedade o latifúndio:

O escravismo pleno caracteriza-se pelo fato das relações de produção escravista dominar quase totalmente a dinâmica social, econômica e política. Nessa fase, o número de escravos em regiões como Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco em alguns lugares é maior do que a de homens livres. Por outro lado, como reflexo imane de dessa realidade, as lutas entre senhores e escravos são um fenômeno *normal* e se manifestam numa sequência de módulos de resistência ao cativo que vão da intermitência nacional da quilombagem, às fugas, suicídios, crimes individuais contra os senhores, feitores e propostos, guerrilhas, assaltos nas estradas e engenhos, como, também, pela existência e prática de uma legislação terrorista que vai dos açoites à pena de morte imposta em contrapartida pelos senhores (MOURA, 1994, p. 49).

O fluxo de mão-de-obra era sustentado pelo tráfico permanente de escravos da África, que comportava altíssimas condições de exploração e acumulação de lucros. Nessa fase acontece a consolidação do sistema escravista, cresce invariavelmente o número de escravos e a produção desse trabalho cria o clima de fastígio da classe senhorial. Esse prestígio era principalmente na cidade avaliado também pela sua renda e pela quantidade de escravos.

Havia total situação de dominação sob o escravo, condições desumanas de tratamento e o Estado voltado para defender os interesses e privilégios dos seus senhores. Entre os principais traços do escravismo pleno estavam o monopólio comercial da metrópole (até 1808), a produção de artigos para exportação para o mercado mundial, tráfico triangular de escravos como elemento intermediário de mecanismo de acumulação da metrópole assim como a subordinação total da economia de tipo colonial à metrópole, latifúndio escravista como maneira fundamental de propriedade, os escravos lutavam desamparados de forma radical e intensa contra a escravidão institucionalizada. Isso permitia o funcionamento do sistema escravista com eficiência na produção para o mercado externo por meio do

trabalho escravo e o controle das revoltas permanentes, mas por outro lado provocava diversas maneiras de insatisfação dos escravos que se desgastavam pondo em risco sua força de produção e equilíbrio social (MOURA, 1994, p. 50).

O Escravismo tardio é considerado por Moura a última fase do escravismo brasileiro, como modernização sem mudanças.

Queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto corresponde nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura. Desta maneira enquanto por um lado a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado as relações entre os homens nos processos de trabalho continuaram atrasados e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou” (MOURA, 1994, p. 52).

Para ele há uma dissonância e divergência em todo o suporte essencial da sociedade com o desenvolvimento da outra parte que se modernizou. Nasce assim uma contradição na estrutura que começa a provocar conflitos, choques e assimetrias como reflexos dessas diferenças. Desde o trabalho ao nível ideológico e outras diversas formas manifestam as desestruturações e contradições. Conforme Moura, a última parte do escravismo foi marcada principalmente pelos conflitos emergentes, isso fez a abolição ser erguida a várias mãos e as sequelas consequentes da escravidão perduram até hoje.

O que caracteriza o escravismo tardio é o “cruzamento rápido e acentuado de relações sobre uma base escravista”. O escravismo Tardio desemboca no capitalismo dependente, o escravismo moderniza e o Brasil fica dependente, nessa fase da modernização dependente, os senhores mantiveram seus interesses e privilégios, e descartaram-se da mão-de-obra escrava considerada dispendiosa e desqualificada e conservaram a posse da terra.

Em face desta problemática, surge em 1858, a chamada lei da terra, ou seja, a lei 601 pela qual o estado abria mão do seu direito de doar e colocava as terras no mercado para a venda a quem dispusesse de dinheiro para adquiri-las. Com essa reviravolta o Estado passa a ser mero vendedor e não distribuidor de terras de acordo com o interesse público (MOURA, 1994, p.70).

Segundo Moura, diante da possibilidade de uma abolição com a integração dos “ex-escravos” via doação de terras pelo Estado, criaram a Lei de terras como um mecanismo controlador e regulador para preservar e equilibrar os interesses dos senhores. Quando a terra

era doação do rei, havia algumas condições impostas como regulamento do uso, limite de doação por pessoa e o limite no tamanho do lote, mas a terra como mercadoria, a decisão relacionada a sua utilização passaram a ser deliberadas pelos compradores (os novos donos).

Desta maneira, a única forma de adquirir a terra era via compra direta ao governo, sendo assim “quando os escravos fossem abolidos não haveria mais nenhuma possibilidade de um decreto abolicionista radical que incluísse no texto a doação por parte do governo imperial capazes de fixá-los nas terras pertencentes à nação” - pelo contrário, as terras seriam mercadorias de aquisição impossível dado ao grau de descapitalização dos escravos.

A Lei da Terra pretendia inviabilizar a implantação de uma lei abolicionista radical que propusesse a doação de terras aos libertos, porem permitia que os imigrantes se tornassem pequenos proprietários. Desta maneira, a classe dominante incrementou no plano político e ideológico, o branqueamento da mão-de-obra livre e a ideologia do racismo como justificativa à exclusão do negro do novo processo produtivo.

Em “Dialética Radical do Negro Brasileiro”, Moura analisa também como o negro teve que sobreviver sendo parte das camadas mais oprimidas numa sociedade racista que tenta a todo tempo imobilizá-lo. As culturas africanas dominadas foram reelaboradas como uma cultura afro-brasileira como a identidade étnica do brasileiro não branco e o negro que busca se firmar e reafirmar tendo assim que disputar a sobrevivência social, biológica e cultural.

Para Moura há dois pontos de vista políticos e mobilizadores que instigam o tempo todo o “afro-brasileiro” vítima do preconceito racial: além de ser explorado pelo sistema capitalista, discriminado pela elite branca e também por uma camada explorada da população branca pobre imbuída pela ideologia do racismo; no âmbito do capitalismo dependente isso se agrava, pois estimula a competição nas sociedades em que a cor da pele é um dos elementos selecionadores. Por conseguinte, somente uma política que inclua soluções para o problema do negro, da classe operária e dos marginalizados no geral, é capaz de nortear a luta por uma sociedade verdadeiramente democrática nas relações de produção.

Um dos últimos livros bastante significativo de Clovis Moura é Sociologia Política da Guerra de Canudos da Destruição de Belo Monte ao Aparecimento do MST, construído a partir dos estudos sobre as lutas no campo brasileiro, publicado pela Editora Expressão Popular. Neste livro, há uma reflexão interessante sobre o caráter político dos movimentos sociais em geral, especificamente dos movimentos camponeses.

Moura buscou fazer um elo histórico para entender a trajetória que levou à Guerra de Canudos e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST. De acordo ao seu estudo há uma relação entre os dois, como parte do mesmo movimento de resistência a um dos pontos cruciais do atraso econômico e social do Brasil que foi monopólio da propriedade da terra. Segundo ele, no comportamento das elites do passado e do presente conserva-se o reacionarismo, a ignorância e a truculência das forças detentoras do poder que ao longo da história procedem conduzindo os destinos da Nação (FREIRE, 2000, p.15).

Aqui, além de importante reflexão teórica sobre a natureza e caráter político dos movimentos sociais em geral, e em particular dos movimentos camponeses, o leitor encontrará os elos históricos que nos fazem entender a Guerra Canudos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST, como parte de uma mesma cadeia de resistência ao monopólio da propriedade da terra em nosso país – um dos pontos cruciais de nosso atraso econômico e social (MOURA, 2000, p. 99).

Moura traça uma linha histórica de raciocínio estabelecendo uma comparação com os atos de violência no campo desde a colonização ao caso da Guerra de Canudos na Bahia – 1897 –, Massacre de Corumbiara em Rondônia – 1995 – ao Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará em 1997. “Como se vê, o massacre de Eldorado dos Carajás, assim como o de Corumbiara, já não é um fato deslocado do lugar, mas obedecem a essa lógica diabólica da penetração do capitalismo no campo” (MOURA, 2000, p.100). Ele afirma que a violência no campo acontece, pois a elite para defender seus privilégios recorre a todos os métodos selvagens montando um aparelho terrorista contra os camponeses e seus líderes com toda segurança da impunidade.

É, portanto, um aparelho político, capaz de impedir qualquer avanço na modernização no campo. Essa modernização que seria uma reforma agrária planejada, é concebida no sentido inverso por essas elites como a modernização do latifúndio, introduzindo reformas tecnológicas, mas, ao mesmo tempo, expulsando cada vez mais a população camponesa para as áreas urbanas, onde ela vai compor a demografia social das áreas gangrenadas das grandes cidades (Moura, 2000, p. 99).

Moura considera a insurreição de Canudos um fato emblemático das contradições no campo na sociedade brasileira pela violência como foi destruído e pelo heroísmo da resistência dos habitantes além de ter conseguido criar um modelo de comunidade camponesa que funcionou com êxito enquanto existiu. “A sua destruição fez as oligarquias agrárias suporem que para sempre o problema da terra no Brasil estava resolvido de acordo com os seus interesses” (MOURA, 2000, p. 108). Porém, há uma articulação camponesa de diversas maneiras em

diferentes regiões do território nacional motivada pela inquietação das massas que faz ressurgir paralelamente o movimento itinerante do cangaço (1917-1938), os Muckers no Rio Grande do Sul (1872), posteriormente, o movimento do Contestado (1912-16) nos Estados de Santa Catarina e Paraná:

“Um exemplo desses movimentos organizativos camponeses, os quais vão muito além da simples demonstração de descontentamento individuais ou grupal será encontrado no território livre de Formoso, entre os anos de 1948 a 1964... O território Livre de Formoso era praticamente um território independente, dominava o território de Trombas no Estado de Goiás Estabelecendo uma comunidade livre da estrutura de poder do Estado Nacional” (MOURA, 2000, p. 113).

Moura cita diversos conflitos pontuais e conseqüentemente movimentos e organizações camponesas em diversos estados como São Paulo, Bahia, Goiás, Pernambuco e um dos principais movimentos que aconteceu em Pernambuco foram as Ligas Camponesas a partir das reivindicações dos trabalhadores agrícolas do Engenho Galileia. Conforme Moura, enquanto os movimentos que antecederam às ligas eram revolucionários o movimento das Ligas Camponesas era reformista “a sua função é unir o direito dos homens do campo a uma força do Estado que obrigue a que esse direito já existente passe a ter função e fosse cumprido” (MOURA, 2000, p. 120).

As lutas dos camponeses brasileiros, ou melhor, a luta pela terra do homem que viva no campo, podem ser divididas historicamente em três módulos básicos a que de qualquer forma conseguem a articulação e desarticulação da estratificação social e da mudança social provocada. A primeira é a luta dos escravos formando quilombos, com uma economia e uma cultura paralelas, e durou até o fim da escravidão. O segundo módulo vem dos movimentos posteriores a Palmares e a Cabanagem no Pará até os movimentos de Canudos e Contestado. Neles, a massa camponesa procurava formar comunidades alternativas para subsistir paralelamente ao modelo de capitalismo no campo. Essas tentativas de um modelo alternativo à estrutura latifundiária organizando os camponeses nesse tipo de comunidade vão de Canudos e comunidades do beato Lourenço ao Contestado e termina na experiência do território livre do Formoso, liderado por José Porfírio. Esses projetos criativos de um novo universo social procuravam dinamizar internamente as comunidades, ordená-las socialmente, estratificá-las independentemente dos valores e do ordenamento de estratificação da sociedade maior.

Em última instância, criaram um Poder paralelo ao da sociedade maior (MOURA, 2000, p. 120).

Na linha de raciocínio de Moura, entre diversas lutas camponesas e entre diversos fatores que objetivaram a luta de classes no setor agrário, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movido pela dinâmica da dialética da realidade no campo. Para ele o MST incorporou o que é de mais novo e confiável na política por trazer como patrimônio o

sacrifício dos seus mártires, mas por outro lado assimilando a parte heroica do sacrifício, nunca se apresentando como um movimento derrotado e sim como enfrentamento às forças latifundiárias para mostrar para a sociedade a necessária mudança na estrutura fundiária brasileira (MOURA, 2000, p. 134).

As condições de vida, a pobreza em que se encontram a perversidade política dos donos das terras, tudo isto é visto e comparado. Daí o problema da reforma agrária está hoje em dia posto em discussão nacional, com o respaldo da opinião pública... É a situação do que o Brasil tem de atraso, colonial, pré-capitalista, semi-escravista que estava oculto, escondido, escamoteado, negado que vem à tona e surpreende, revolta e apavora o homem comum no Brasil, os intelectuais e artistas e os políticos dos partidos democráticos, progressistas e revolucionários (MOURA, 2000, p. 136).

Ele afirma que o MST regenerou o radicalismo político que teria sido abandonado pelo oportunismo dos partidos eleitorais que não contribuem para a resolução dos problemas mais agudos e as contradições mais abrangentes que o capitalismo neoliberal produz. Ele assegura que a trajetória independente do MST não será fácil “mas poderá ser, de qualquer maneira, aquela força que poderá ser o eixo político capaz de unir e dinamizar os trabalhadores das cidades e do campo para iniciar uma nova etapa da sociedade brasileira em direção ao socialismo” (MOURA, 2000, p. 137).

Se as lideranças do MST não se deslumbrarem com a miragem parlamentar e continuarem nas suas posições de independência e dinamismo social e organizacional, poderão ser uma força que aliada às correntes revolucionárias do Brasil tentarão (e possivelmente conseguirão) dar uma virada histórica na estrutura da sociedade brasileira.

Cem anos depois da destruição de Canudos, os trabalhadores brasileiros dos campos e das cidades enfrentam ainda o problema mais relevante para se conseguir a modernização (e falamos em modernização social e não tecnológica) das relações quase coloniais da estrutura da sociedade brasileira: a reforma agrária (MOURA, 2000, p. 145).

Com esse livro e diversas outras obras de Moura podemos traçar um pensamento de que no Brasil, os fenômenos terra, raça e classe estão eminentemente interligados; o Sem Terra de hoje é o escravo de ontem, que permanece lutando pela sua liberdade - embora a questão racial apareça nos documentos, mas não seja encarada também como centralidade da luta dos movimentos de luta pela terra.

A obra de Clovis Moura está constituída em vários níveis, estando em destaque o escravismo e a questão negra, assim como o estudo dos movimentos camponeses no Brasil.

Além de vários ensaios e investigações teóricas, entre os livros citados nesse artigo, sua obra está composta por 27 títulos publicados, a maioria deles sobre a história dos problemas da situação do negro no Brasil.

Moura é considerado pelo antropólogo e professor congolês naturalizado brasileiro Kabengele Munanga, como um dos maiores estudiosos, pensadores e intelectuais da questão negra no país. “Foi realmente um intelectual orgânico do povo negro” (MUNANGA, 2004). Durante seu percurso, além de atuar no campo científico foi um ativo militante das causas sociais: atuou desde a década de 1940 no Partido Comunista do Brasil, em plena época de ditadura militar, se envolveu diretamente com o Movimento Negro e tornou-se um colaborador da União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO) e do Movimento Negro Unificado (MNU) e transformou-se no principal ideólogo do movimento negro. Em 1980 recebeu o título de Notório Saber pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP como um gesto tardio de reconhecimento, mas a sua visão crítica em relação à necessidade da práxis social de que “uma ideia só se transforma em força material quando ganha as massas” permanecia. Ele era também um desconfiado em relação à sociologia (e historiografia) acadêmica. Portanto no final de sua carreira estava próximo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, época que colaborou teoricamente produzindo ensaios para a Editora Expressão Popular. Faleceu em 2003 aos 78 anos, após meses internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, devido a um câncer na garganta.

A partir dos estudos sobre Clovis Moura, assim como de sua obra, entendemos que a formação da nação brasileira é marcada pela exploração da força de trabalho indígena e negra e pela apropriação latifundiária. Na história civilizatória do país estes sujeitos sociais – índio e negro – foram excluídos social e racialmente de modo que tal marginalização não permitiu que tivessem acesso a condições financeiras dignas e o direito à terra. Portanto, fora do processo produtivo originam-se em superpopulação de segregados racial, social e territorialmente desgarrados dos bens e da terra.

2.2 Florestan Fernandes: de uma leitura da realidade sócio-racial ao significado do protesto negro

Nosso intuito aqui não é analisar toda a trajetória de Florestan Fernandes, embora sua história seja bastante instigante. Faremos, por enquanto, um recorte na intenção de ratificar al-

guns aspectos da sua vida intelectual principalmente em relação aos estudos sobre a questão racial.

Natural de São Paulo, nascido em 22 de Julho de 1920, ainda criança, aos seis anos de idade começou a trabalhar, por isso não concluiu o curso primário, formando-se mais tarde numa espécie de supletivo (Curso de Madureza). Florestan Fernandes foi homem simples e humilde que ao ingressar à universidade em 1941 (USP) no curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia foi recebido com indiferença por colegas e professores. A universidade estava nessa década (1940) semelhante a uma extensão das universidades europeias, desde a classe social dos alunos pertencentes à aristocracia paulista aos métodos de ensino com aulas ministradas nos idiomas dominantes dos colonizadores em inglês, francês, alemão e italiano, por professores estrangeiros.

Todavia essa situação não intimidou Florestan, que tornou-se um dos mais importantes pensadores sociais da modernidade, sempre fiel a sua classe de origem, cultivando a esperança do socialismo e da revolução brasileira até mesmo quando exerceu dois mandatos como deputado Constituinte.

[...] Iniciei a minha aprendizagem 'sociológica' aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto, e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade [...] A criança estava perdida nesse mundo hostil e tinha que voltar-se para dentro de si mesma para procurar, nas 'técnicas do corpo' e nos 'ardis dos fracos', os meios de autodefesa, para a sobrevivência. Eu não estava sozinho. Havia a minha mãe. Porém, a soma de suas fraquezas não compõe uma força. Éramos varridos pela 'tempestade da vida' e o que nos salvou foi o nosso instinto selvagem (FERNANDES, 1977, p. 142-143).

A luta incessante pela sobrevivência foi a linha de força de Florestan, desde seu nascimento – apenas 32 anos após a Abolição. Ainda na infância brotou-lhe a curiosidade e paixão pelos livros. Sua madrinha lhe presenteava com livros de historinhas, o que lhe possibilitou futuramente a sua atividade intelectual.

Fernandes teve a sua infância roubada pelo trabalho, ainda jovem aos 14 anos trabalhou como garçom, aos 17, estabeleceu o primeiro contato com as ideias socialistas nos livros e textos de Karl Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo e outros. Enfrentou dificuldades econômicas na batalha da carreira acadêmica com o dilema de trabalhar e estudar. Foi em contato com as Ciências Sociais que ele percebeu que só observar e compreender a realidade não eram o bastante, era preciso ir mais além, era preciso transformá-la.

Florestan conviveu com Antônio Cândido, publicando textos na Folha de São Paulo, começou se apropriar de teorias marxistas engajando na militância política e sempre buscando conciliar o estudo com a militância. Aproximou-se nesse período também do PCB em São Paulo, mas “percebeu que o espaço político era restrito para um intelectual questionador como ele (...) os trotskistas possibilitavam debates mais apropriados para aquele momento. Eram mais atraentes e não tinham alianças com nenhum setor comprometido com as forças de sustentação da ditadura Vargas” (CERQUEIRA, 2004, p. 42).

Fernandes, além de contribuir teoricamente escrevendo artigos para o jornal Folha da Manhã, estabeleceu o primeiro contato com as ideias socialistas nos livros e textos de Rosa Luxemburgo, Engels, Lênin, entre outros, traduziu também várias obras clássicas de Karl Marx. Tornou-se mestre em Antropologia e doutor em Sociologia pesquisando a situação dos tupinambás. Mas o primeiro livro de Florestan Fernandes surgiu de uma pesquisa patrocinada pela UNESCO, sobre a escravidão e a questão racial em São Paulo.

Essas pesquisas eram coordenadas pelo professor Roger Bastide, que o convidou para realização do projeto. Foi um conjunto de pesquisas realizado em algumas regiões do Brasil no princípio dos anos de 1950, com o propósito de difundir mundialmente uma experiência bem-sucedida de integração racial. “A coisa mais importante que aconteceu em minha vida de sociólogo profissional e de militante socialista!” afirma Florestan (FERNANDES *apud* PEREIRA, 1987, p. 152).

Vários estudos confirmaram que a UNESCO foi inspirada pela ideia de que no Brasil reinava a democracia racial. Esse pensamento se sustentava exatamente numa época em que o mundo saía de uma guerra que tinha o racismo como peça inerente das batalhas militares e ideológicas. Pois o nazismo incorporado pelo fascismo desenvolveu-se com base no racismo brutal reacendendo em outras partes do mundo. Avesso a essa conjuntura haviam vários estudos feitos por norte-americanos e por alguns brasileiros apoiados na tese de democracia racial oriunda das obras de Gilberto Freyre, que se inspirou em um trabalho de Donald Pierson sobre a Bahia. O Brasil foi escolhido para fazer parte da pesquisa, pois circulava a tese de que aqui as relações raciais eram harmônicas e o preconceito racial era apenas um elemento do preconceito de classe. A teoria da democracia racial brasileira foi abraçada com muito ânimo na proposta da UNESCO de proporcionar elementos que confirmassem a tese.

O impacto desses estudos foi assimilado de modo traumático porque havia na ideologia brasileira e na academia, como ambiente cultural, certo compromisso com a tese da demo-

cracia racial. Com os trabalhos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, em *Negros e brancos em São Paulo*, é que foi revelada a realidade do preconceito racial de par em par com o preconceito de classe e, portanto, o preconceito racial constitutivo da sociabilidade na sociedade brasileira. Como afirma Otávio Ianni:

Um fato estranho reside em que vários estudos financiados pela UNESCO foram publicados em inglês e francês. Mas por alguma razão ainda não esclarecida (suponho que tem a ver com a interpretação), esse livro de Roger Bastide e Florestan Fernandes não foi publicado nessas duas línguas. E esse livro – por ser fruto de uma pesquisa empírica, historiográfica em vários níveis (tanto pesquisas de campo como de reconstrução histórica) – incomodou grandemente setores intelectuais e elites no Brasil. Mas também fecundou de maneira surpreendente diversos estudos sobre a questão racial no Brasil, que foram influenciados por essa visão mais rigorosamente científica e fundamentada em entrevistas, depoimentos, relatos e documentos (IANNI, 2003, p. 06).

Nesses estudos acerca das relações raciais e racismo no contexto da ordem capitalista, o objetivo era principalmente examinar a natureza democrática das relações raciais no Brasil. É a partir desse momento que Florestan principia de forma contundente as pesquisas sobre o negro, temática que muito nos interessa para realização do nosso trabalho. A grande surpresa vinda desses estudos, é que “em vez de estudar o negro como objeto, como se fazia até então, Florestan e Bastide resolveram mobilizar a comunidade negra para participar da pesquisa como sujeito, junto com os pesquisadores” (IANNI, 2003, p. 45).

Estes estudos levaram à alteração substancial da até então vigente interpretação das relações raciais na conjuntura da sociedade brasileira. Os estudos superaram a concepção de uma sociedade apresentada como racialmente resolvida e sobrevém à constatação de que os grupos raciais estão distribuídos de modo desigual no interior da ordem social assim como as posições sociais distribuídas entre os grupos estão conexas à discriminação racial dos negros.

Dessas pesquisas, surgiu o livro, *Branços e Negros em São Paulo*, publicado em 1953, e, com o aprimoramento das pesquisas, logo após o golpe militar de 1964, ele publicou *A integração do negro na sociedade de classes (1965)*. Essa obra representou-se como um divisor de águas na história das Ciências Sociais no Brasil e no mundo, pois foi considerada uma das mais importantes obras da sociologia moderna (RIBEIRO, 2011, p. 44). Assim como Clóvis Moura, Florestan contestou as teses de Gilberto Freyre ao examinar sua obra *Casa grande & senzala*. Florestan confirmou que o autor tentou ocultar, o preconceito, a violência, e a segregação contra os negros como elemento fundante na formação da sociedade

brasileira (*Idem*, p. 44). Deste modo, Florestan trilhou na mesma linha do pensamento radical de Clóvis Moura, embora a obra de Clóvis Moura não tenha sido tão conhecida como a de Florestan:

[...] A vivência de Florestan Fernandes como criança, adolescente e adulto, na cidade de São Paulo, deu a ele uma percepção aguda do que era a cidade. Isso aparece em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes*. É patente que ele vê a questão racial inclusive a partir de sua vivência em São Paulo. Em outros termos, Bastide, por se interessar em religiões, mergulhou na vivência das relações negras e brancas de maneira muito forte. Não é ironia e nem é injusto dizer que alguns autores brasileiros veem a questão racial da janela, desde longe ou desde o alpendre da casa-grande (IANNI, 2003, p. 08).

A partir das leituras de Florestan Fernandes, compreendemos que a questão do racismo tem relação com uma série de outras questões sociais e também agrárias, porque a desigualdade social no Brasil tem ligação com a questão do negro e entre a maior parte da população pobre e Sem Terra no Brasil estão os descendentes de escravos. Florestan Fernandes cita no livro “A integração do negro na sociedade de Classes” dois dilemas sociais que historicamente foram acarretados por esses problemas:

As transformações histórico-sociais, que alteraram a estrutura e o funcionamento da sociedade, quase não afetaram a ordenação das questões raciais, herdamos o *antigo regime*. Ele se perpetuou com suas principais características obsoletas, mantendo o negro e o mulato numa situação social desalentadora, iníqua e desumana... Primeiro, havia o dilema da absorção da ‘população de cor’ às formas de vida sociais organizadas imperantes na ordem social competitiva. O estado de miséria, de desorganização e de abandono, em que vivia a maior parte dessa população, precisava ser combatido e superado... Segundo, havia o dilema ‘preconceito de cor’ ou seja, no que isso significa na sociedade brasileira, da perpetuação da velha associação entre cor e posição social ínfima, a qual excluía o ‘negro’ de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados) da condição de gente (FERNANDES, 1965, p. 02).

Segundo Fernandes, era extremamente crucial enfrentar tais dilemas, pois nenhuma sociedade deve permanecer imune a questões tão graves e desumanas. Casando esse debate com as inquietações das nossas pesquisas é fundamental estabelecer uma associação entre o fenômeno racial e o fenômeno agrário, para compreender a história e o funcionamento da sociedade atual, em que existe uma grande quantidade de pessoas sem terra no Brasil.

De acordo com Florestan Fernandes:

(...) a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus

ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1965, p. 20).

A tentativa de exclusão do negro do cenário social pode ser entendida diretamente como consequência do processo falho de abolição da escravidão que não criou nenhum reparo à situação dos negros “ex-escravos”. Portanto como consequência, a inserção do negro procedeu de forma tardia se refugiando nos setores mais subalternos na sociedade.

Segundo Cerqueira, a obra de Florestan:

[...] subverteu a visão contemplativa sobre a escravidão que havia a partir da “casa grande” em relação à “senzala”, uma visão que colocava em relevo a miscigenação como fator indutor da “democracia racial”. Ele contestou essa tese, colocou a questão racial na perspectiva do oprimido, a partir da “senzala” em relação à “casa grande” sem, contudo, mistificar a senzala. Junto com as comunidades negras segregadas, desenvolveu uma interpretação da realidade social do negro tomando como base a necessidade de uma segunda abolição. Pela primeira vez foi abordada de forma sistematizada, sua tese sobre a revolução burguesa, inconclusa no Brasil, e o modo dramático e subalterno pelo qual os negros são integrados ao novo regime, após a abolição da escravatura (CERQUEIRA, 2004, p. 49).

Diante das obras de Florestan, não é necessário muito esforço para perceber que um mergulho na história social do Brasil proporciona a revelação de que durante a escravatura e depois da abolição formou-se uma poderosa cultura amplamente racista que determina o lugar de negro e o lugar de branco na sociedade brasileira, sendo um inferior ao outro.

O negro sofreu diretamente as consequências de um processo marcado pelas desiguais condições de acesso às novas ocupações econômicas advindas da mercantilização da economia. Como consequência imediata da abolição da escravidão e como símbolo da modernização da estrutura produtiva, desenvolveu-se a economia competitiva permitindo a inserção desigual dos vários grupos raciais. Desse modo, foi priorizada a mão de obra europeia pelo governo nacional na concepção de que os imigrantes brancos representavam o surgimento da civilização e da modernização da sociedade nacional. Devido a esse processo, foi retardada a integração do negro na sociedade: “O estrangeiro aparecia, (...), como a grande esperança nacional de progresso por saltos... Desse ângulo, onde o ‘imigrante’ aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente ‘negro’ ou ‘mulato’, pois se entendia que ele era o agente natural do trabalho livre” (FERNANDES, 1965, p. 27).

Florestan revela neste sentido, que as expectativas dos negros no quadro de concorrência foram prejudicadas com o desenvolvimento da economia competitiva em São Paulo, visto que esses estratos raciais não estavam adaptados em um quadro de concorrência para enfrentar a adequabilidade do trabalhador importado para aquelas tarefas condizentes com a nascente economia capitalista. Portanto as oportunidades econômicas não seriam usufruídas de maneira igualitária pelos grupos raciais devido ao princípio desigual a que foram submetidos.

De acordo com essa idéia:

[...], o regime escravista não preparou o escravo (e, portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como “trabalhador livre” ou como “empresário”. Ele preparou-o, onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para toda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais mas não encontravam agentes brancos. Assim mesmo, onde estes agentes apareceram (como aconteceu em São Paulo e no extremo sul), em consequência da imigração, em plena escravidão os libertos foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco (FERNANDES, 1965, p. 51-2).

Segundo Fernandes, a estrutura social constituída no período pós-abolição não incorporou a mão de obra negra uma vez que o agente do trabalho escravo não dispunha das condições sociais favoráveis a esta nova realidade. O negro deparou-se com todas as dificuldades de adequação à estrutura social em construção, pois saía de um modo de vida escravista. Por consequência, o processo de inserção sobreveio de modo doloroso e excludente.

Dessa maneira, enquanto os trabalhadores imigrantes em função das condições sociais inerentes à economia de mercado nascente tiveram amplas possibilidades de ascensão social, o negro ficou sem condições de inserção nos setores dinâmicos da economia competitiva, pois o trabalho livre não lhe propiciou, sendo assim empurrado para os setores mais subalternos no interior da sociedade. Isso insinua a percepção do racismo como seguimento de uma herança do passado que sobrevive continuamente na sociedade nacional.

Na lógica da ordem social competitiva, seria ao passo que esta se desenvolvesse, os mecanismos de discriminação racial seriam superados. Nessa lógica, à medida que os negros fossem integrados à economia e a situação de igualdade de oportunidades de ocupação, educação e renda ocupassem o lugar das distinções sociais, as desigualdades sociais seriam resolvidas.

Desse modo a interpretação fornecida por Fernandes pressupõe a compreensão da ordem social capitalista, expressão exata dos valores democráticos e da igualdade das oportunidades fundados no critério racional da competência. Como podemos perceber, ele expõe uma interpretação dinâmica da realidade brasileira e, por conseguinte, considera urgente a supressão das barreiras raciais e necessária ao pleno desenvolvimento da economia competitiva.

Outro livro que traz bastantes elementos cruciais sobre as “lutas de raças e de classes” é o “Significado do Protesto Negro”:

O dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente. E exige uma contra violência que remova a concentração racial da riqueza, da cultura e do poder... Esse dilema liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tão pouco, uma não se esgota na outra). Ao se classificar socialmente, o negro adquire uma situação de classe proletária. No entanto, continua a ser negro e a sofrer discriminações e violências. [...] em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre os trabalhadores, a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos — a classe e a raça (FERNANDES, 1989, p, 62).

Fernandes traz neste pequeno livro bastantes elementos que nos reforça a informação de que a questão negra é central na disputa pelas as reformas estruturais em nosso país. Para Florestan no Brasil ainda é necessário uma segunda abolição para a eliminação de barreiras raciais. “Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma *sociedade nova*, por exemplo... ‘proletários de todo o mundo uni-vos’ não exclui ninguém ‘unidade no diverso’” (FERNANDES, 1989, p. 62).

Parafraçando Florestan Fernandes, o militante da Consulta Popular Mario Soares Neto fez um texto para o “13 de Maio” de 2013, dia em que se comemora a abolição da escravatura, para protestar contra a violência racial pela Marinha contra o Quilombo Rio dos Macacos, uma comunidade na região do recôncavo da Bahia:

Ainda nas palavras do nosso mestre, nesse texto em muito esquecido pelas esquerdas em nosso país intitulado “Luta de raças e de classes”, o dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente. E exige uma contra violência que remova a concentração racial da riqueza, da cultura e do poder. Que assim seja. Trabalharemos incansavelmente por esse objetivo: que a raça e a classe sejam elementos explosivos nos próximos

períodos... A questão negra é central na disputa pelas as reformas estruturais em nosso país (SOARES, 2013, p. 02).

Para Soares, “na realidade, longe de termos conquistado a Liberdade, o sistema capitalista tem aprofundado ainda mais a exploração e a dominação do povo negro. As forças imperialistas promovem a miséria, o genocídio e a exploração da população negra no mundo.” A questão negra é central na disputa pelas reformas estruturais em nosso país.

São essenciais e diversos os problemas históricos e teóricos percebidos pela obra de Florestan Fernandes. Toda a sua produção intelectual de está impregnada de uma postura reflexiva que questiona constantemente a realidade social. Estão no conjunto da sua obra também problemas relativos à educação popular e às responsabilidades do cientista social, trata-se de uma obra múltipla e extensa. Florestan aponta o princípio de uma nova época na história da sociologia brasileira (IANNI, 2003, p. 02).

De acordo com Octávio Ianni, Florestan inaugura uma nova postura de interpretação sobre as configurações e os movimentos da sociedade. Sua obra permite conhecer o presente, repensar o passado e imaginar o futuro:

A Sociologia de Florestan Fernandes inaugura uma nova época na história da Sociologia brasileira. Não só descortina novos horizontes para a reflexão teórica e a interpretação da realidade social, como permite reler criticamente muito do que tem sido a Sociologia brasileira passada e recente. Permite reler criticamente algumas teses de Silvio Romero, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire entre alguns outros. Simultaneamente, retoma e desenvolve teses esboçadas por Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, Caio Prado Júnior, entre outros. A partir desse diálogo com uns e outros, a Sociologia de Florestan Fernandes inaugura uma nova interpretação do Brasil, um novo estilo de pensar o passado e o presente (IANNI, 2003, p. 01).

Segundo Ianni, a interpretação do Brasil formulada por Florestan Fernandes revela a formação, as lutas, os desenvolvimentos e as perspectivas do povo brasileiro. Um povo formado por populações indígenas, portugueses, africanos trazidos como escravos, imigrantes europeus, árabes e asiáticos incorporados como trabalhadores livres. “Mas essa é uma história baseada no escambo e escravidão, no colonialismo e imperialismo, na urbanização e industrialização, por meio da qual se dá, inicialmente, a formação da sociedade de castas, e, posteriormente, da sociedade de classes” (IANNI, 2003, p. 01). A história pesquisada por Fernandes é percorrida por importantes lutas sociais, abrange desde as revoltas dos índios

contra os colonizadores às lutas dos negros contra o regime de trabalho escravo. E essa linha histórica que no século XX vai desencadear nas lutas dos trabalhadores no campo e na cidade pela conquista da terra, por direitos sociais e pela transformação das estruturas sociais.

Florestan Fernandes elaborou uma obra fundamental no campo da teoria sociológica. Há nos seus escritos, uma sociologia muito bem desenvolvida. É considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil. Com um estilo de reflexão que questiona o pensamento e a realidade social “As suas contribuições sobre as relações raciais entre negros e brancos, por exemplo, estão atravessadas pelo empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta e, ao mesmo tempo, discutir as interpretações prevalecentes” (IANNI, 2003, p. 02).

Em toda a sua produção intelectual está presente a perspectiva crítica questionando o pensamento e a realidade social e racial indo além do explicado e do que já está dado, apresentando novos horizontes. “A democracia só será realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça” (FERNANDES, 1989, p. 59).

Para Florestan, “o preconceito de cor e a discriminação dinâmica são uma causa estrutural e dinâmica da ‘perpetuação do passado no presente’” (FERNANDES, 1972, p. 93).

Florestan buscou compreender a transição traumatizante do “ex-escravo” para a condição de homem livre na emergência das sociedades de classe. Foi intelectual altamente envolvido com a questão racial, com a classe trabalhadora e com os negros, que na batalha das ideias assumiu grandes lutas no campo acadêmico, e assim como Clovis Moura teve divergências teóricas com os próprios companheiros da esquerda e comunistas. A filosofia defendida por Fernandes divergia daquela adotada por colegas de militância socialista devido ao fato destes defenderem que a questão racial já estava completada dentro da luta de classes e que este problema se solucionaria com o desencadeamento da revolução social. Para Florestan, na realidade brasileira a questão da raça antecipa a questão da classe e para pensar uma transformação social e uma revolução democrática há necessidade de uma estratégia de luta política e destemida, pela qual a fusão de 'raça' e 'classe' regule a eclosão do povo na história (RIBEIRO, 2011, p. 45).

Florestan conduziu sua sociologia para uma necessidade de transformação social e

racial com uma produção teoria direcionada a compreender as contradições da sociedade brasileira, tornando-se assim, uma grande referência para o movimento de esquerda no Brasil. Para ele o problema em relação a articulação de raça e classe era bem mais profundo, complexo e abrangente, como ressalta:

[...] em 1951 enfrentamos a resistência do PCB, que teimava em separar raça e classe e considerava a questão de raça como exclusivamente de classe. As descobertas sociológicas e o clamor dos trabalhadores e militantes negros modificaram a consciência da situação. Do outro lado, mesmo no seio da esquerda, a percepção da realidade dos negros demonstrou que o próprio companheiro branco nunca estava isento do preconceito e da discriminação ou que os partidos de esquerda avançavam sobre uma pregação igualitária que estavam longe de praticar. Seria preciso dar tempo e moldar uma personalidade democrática, que não poderia nascer pronta e acabada em um átimo. Ouvi e tive que debater honestamente críticas ao PT e à CUT. Contudo, ainda não chegamos à sociedade que pretendemos construir e ao homem novo, que ela deverá gerar! (FERNANDES, 1989, p. 10).

Segundo Florestan, ele tinha ensejo de participar de um partido revolucionário embora no Brasil - tratando da realidade das décadas de 1980 a 1990 - não permitia a existência de um partido tão radical. Para ele o PT era o único partido com um grande compromisso com a classe trabalhadora, apesar de também possuir em seu princípio características capitalistas, mas ele fez amizades com os integrantes do Partido e exerceu dois mandatos como deputado constituinte, no período de 1987 a 1990, e o segundo de 1991 a 1994. Nos seus mandatos de deputado Florestan sempre foi compromissado e coerente, mas às vezes contrariou decisões do partido como um caso recusado pelo partido referente a uma emenda defendida pelo MNU que sugerira, propondo um acréscimo ao título da “Ordem social” da Constituição um capítulo aos negros. “Ele defendia que ninguém mais que os negros mereciam e deveriam ter um capítulo na Constituição que garantisse seus direitos. Como deputado constituinte, ele pode testar na prática do dia-a-dia o valor de seus pensamentos. Como ele mesmo dizia, contra a ideia da força, a força das ideias” (RIBEIRO, 2011, p. 46).

Florestan faleceu em 10 de agosto de 1995, após um procedimento cirúrgico de transplante de fígado, e deixou a sua obra, o seu exemplo e a sua relação de pertencimento a luta política junto aos movimentos sociais. A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do MST, feita em sua homenagem, onde acontecem cursos de formação política para integrantes da Via Campesina do mundo inteiro é um dos exemplos de que a história de Florestan teve a sua importância à classe trabalhadora.

3. PRECEDENTES: LUTAS AGRÁRIAS COMO LUTAS NEGRAS E LUTA DE CLASSES NO BRASIL.

Podemos interpretar as lutas agrárias no Brasil como um contraponto ao projeto racista e desigual implantado no Brasil, primeiro com a invasão portuguesa incidindo na escravidão e genocídio dos índios e posteriormente durante o período escravocrata, assegurado na concentração de terras e na escravidão de pessoas negras. Foi por meio da apropriação latifundiária e da concentração da terra pelos colonizadores através da repressão, tortura e morte que o índio e o negro foram excluídos social e territorialmente de modo que tal marginalização não permitiu que tivessem acesso nem ao direito à terra muito menos a condições financeiras dignas. Portanto, a luta pela terra no Brasil tem historicamente um vínculo com a questão racial e gera, portanto uma luta de classe, a cor majoritária da classe trabalhadora brasileira é negra. Aqui a questão da colonização do território aconteceu a partir da questão racial, o sistema de colonização manteve estruturas econômicas, políticas e culturais que foram capazes de perpetuar territorialmente a divisão sócio-racial da população.

Embora os fatos sejam tratados pela história de maneira separada, os escravos eram em sua maioria agricultores, e a luta, portanto, era agrária. Variadas foram as formas de luta direta contra o sistema escravista. Fugas, organização de quilombos e revoltas aconteceram em qualquer local onde houvesse escravidão. Mesmo que não tenham tido êxito completo, esses movimentos transformaram a dominação e deixaram notícias das ações e caminhos dos africanos rumo à liberdade, ao longo do período colonial e do século XIX.

Para Clovis Moura todas as regiões geográficas importantes no Brasil tinham uma porcentagem expressiva de escravos entre a população. Estima-se que nenhuma região tinha menos que 27% de escravos entre a população. Quando começou a campanha abolicionista, os escravos estavam concentrados nas três províncias cafeeicultoras mais importantes: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Foi essa constante presença de escravos em diversas regiões que acomodou a persistência da escravidão e em decorrência desta a concentração agrária e de um modo de produção escravista (MOURA, 1989, p. 10).

A distribuição dos escravos aconteceu de acordo aos interesses da economia colonial, de acordo ao desenvolvimento das economias regionais, subordinadas às necessidades do mercado externo. Na Bahia (com irradiação para Sergipe) os escravos foram distribuídos para os campos de plantação de cana de açúcar, fumo e cacau, para os serviços domésticos e

posteriormente para os serviços de mineração na zona diamantina. No Rio de Janeiro e São Paulo, os negros foram conduzidos para o trabalho das fazendas açucareiras e cafeiras da Baixada Fluminense e para os serviços urbanos. Em Alagoas, Pernambuco e Paraíba foi onde mais aconteceram as grandes plantações de cana de açúcar e algodão do nordeste. No Maranhão (com irradiação para o Pará), predominou a cultura do algodão. Em Minas Gerais (com irradiação para Mato Grosso e Goiás), com o trabalho escravo voltado para a mineração no século XVIII.

Portanto a maior parte da mão de obra negra estava direcionada para o trabalho no campo, principalmente na área da agricultura, os escravos compunham desta maneira uma classe desgarrada da terra, mas que manejava essa terra para beneficiar o seu dono. O escravo tornou-se aqui principalmente um agricultor sem-terra, desprovido de qualquer condição financeira, sendo assim, a luta pela liberdade, conquista do território por meio dos quilombos fazia-se necessária. Havia duas classes, de um lado estava o sem-terra, sem-teto, sem documento e língua oficial reconhecida, sem direitos e a outra era a do colonizador, do detentor do poder, como afirma Moura:

Podemos ver que a estratificação dessa sociedade na qual duas classes fundamentais - senhores e escravos - se chocavam, era criada pela contradição básica que determinava níveis de conflito. Em outras palavras, a classe dos escravos (oprimida) e a dos senhores de escravos (opressora/dominante) produziam a contradição fundamental. Essa realidade gerava a sua dinâmica nos seus níveis mais expressivos. Desta forma, os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia (MOURA, 1989, p. 09).

Surgiram assim as diversificadas maneiras de resistência social, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos. O quilombo, por exemplo, representa uma forma ininterrupta dos escravos protestarem contra o escravismo: “Configura uma manifestação de luta de classes, para usarmos a expressão já universalmente reconhecida” (MOURA, 1989, p. 10).

Para Moura, no Brasil como em outros países da América que houve o escravismo moderno, esses ajuntamentos por meio dos quilombos se multiplicaram como gesto de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas que estavam sujeitos. “Na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro *maron*, o quilombola, portanto aparecia como sinal de rebeldia permanente

contra o sistema que o escravizava. Em Cuba, eram os *palanques*, muitos deles famosos.” (MOURA, 1989, p.11).

No Brasil as lutas agrárias surgem primeiro com os povos nativos em defesa de seu território e posteriormente, com o aniquilamento dos indígenas e o tráfico de escravos africanos escravizados principalmente para o trabalho rural, as lutas agrárias permanecem nas senzalas, nas fazendas por meio de revoltas, motins e principalmente nas fugas para os quilombos como disputa e conquista territorial. O objetivo do escravo era a liberdade, e a luta pela conquista do território significava um elemento da componente da liberdade. Não podemos negligenciar aqui também os escravos urbanos que em grandes cidades como Salvador, boa parte estava ligada a outros trabalhos de caráter mais urbanos, porém a maioria dos escravos do país lidava com a agricultura.

Aqui perpetuou uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. "Mas através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem." E no trabalho pesado do campo predominaram os negros, que na luta pela sobrevivência, trabalhavam escravizados na lavoura nas fazendas, e posteriormente como uma herança do trabalho, permaneceram agricultores nos quilombos e depois como trabalhadores livres. "Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, *nobre*, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não qualificado, braçal, *sujo* e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a abolição" (MOURA, 1988, p. 72).

A quantidade majoritária de negros desprovida de qualquer condição financeira material e territorial é que compõe o grupo de segregados racial, social e territorialmente. Só depois de um longo período de escravidão, chegando à época da abolição é que migra-se para o Brasil uma gama de brancos pobres europeus para substituição da mão de obra negra. Esta minoria de pobres brancos soma-se aos negros desprovidos da terra e muito tempo depois vão formar os movimentos sociais de luta pela terra.

Os cinco séculos de presença negra no Brasil foram caracterizados por amplas lutas pelo território, pela liberdade e pela resistência da religião e cultura de matriz africana. Todavia, muita coisa ainda falta a ser conquistada. Contudo a população negra, ao longo da história, tem trilhado caminhos essenciais para a construção de igualdade de direitos e oportunidades.

As lutas dos negros que incidiram na formação dos quilombos, além de contribuir para o desgaste das relações escravistas, representavam também uma luta camponesa por território, consequentemente uma luta agrária, racial e de classe.

Das lutas negras e concebidas historicamente também como lutas agrárias e luta de classes, estão primeiro os quilombos que marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em todo território nacional (MOURA, 1989, p. 13). Entre os diversos quilombos espalhados pelo Brasil, o Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas - foi o mais conhecido pela história. Segundo Gennari, “de acordo com uma crônica de 1678, a população de Palmares chega a ser estimada em cerca de 20 mil pessoas” (GENNARI, 2011, p. 42).

A capacidade de organização coletiva de Palmares representava fortes ameaças à ordem escravocrata, contudo, os quilombolas resistiram por oitenta anos derrotando cerca de trinta expedições militares. Clóvis Moura definiu o Quilombo dos Palmares como “a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do Continente Africano” (MOURA, 1987, p. 110).

Ao contrário do que alguns setores querem nos fazer pensar, as negras e negros desde país nunca lutaram apenas por si mesmos. Os quilombos comprovam isto. Não eram apenas territórios negros, mas espaços de solidariedade de classe, pois para lá se dirigiam e eram recebidos todas e todos que queriam lutar por melhores condições de vida. Os quilombos foram uma afronta à sociedade desigual, tornaram-se exemplos de sociedade fraterna e igualitária. Constituíram-se em espaços de unidade de luta dos trabalhadores pobres brancos, indígenas e da população negra. Foram espaços onde a opressão e a exploração eram atacadas de frente, a partir da união solidária entre homens e mulheres. (Trecho do manifesto Lançamento do Movimento Quilombo Raça e Classe, p. 01).

Em relação ao Quilombo de Palmares, século XVII, por sua estrutura organizacional, é considerado como a República de Palmares. De todas as lutas negras, a mais conhecida é a da República de Palmares, embora haja estudos afirmando que “a evidência arqueológica reforça a percepção de que Palmares estava longe de ser homogêneo, com hierarquias sociais e conflitos internos, assim como externos” (FUNARI, 2001, p.13). É importante frisar que desde o início da escravidão, os negros africanos, transformados em escravos, se organizaram contra o sistema escravista, como estratégia de tentativa de sobrevivência e preservação dos seus modos tribais e culturais condenados ao extermínio pela violência da escravidão (MOURA, 1988, p.110).

[...] com exceção da experiência de conteúdo controvertido do Haiti, nenhum movimento de escravos conseguiu estabelecer Estado próprio. O papel dessas lutas sempre foi outro: solapar as bases materiais e conseqüentemente as relações de trabalho existentes entre senhor e escravo (MOURA, 1972, p. 21).

De acordo com Moura há um dinamismo dos escravos fugitivos dos grilhões da escravidão, em busca de liberdade:

[...] infestando as matas, fugindo para seu recesso, perseguidos por capitães-domato ou membros da milícia, esses grupos de negros fugitivos foram uma constante na paisagem social do Brasil escravista. Mas não foi apenas o quilombola que se organizou. Mesmo aqueles que não chagavam a decisão extrema de fugir, também se reuniram, criavam grupos de resistência nas senzalas, muitos deles aparentemente com objetivos simplesmente religiosos ou de lazer, mas que funcionavam como mecanismos de distensão psicológica contra a rigidez do regime de trabalho a que estavam submetidos. Os batuques, muitos comuns, por isto mesmo, serviam como ponto de convergência dos grupos que reelaboravam os seus valores culturais e tribais e durante a sua função restabeleciam a hierarquia antiga, fragmentada com e pelo cativo (MOURA, 1972, p. 23).

Conforme Moura esse processo de organização foi uma constante, tanto é que depois da Abolição os negros “livres” se agrupavam especificamente em confrarias religiosas, associações recreativas, culturais e esportivas, centros de religiões afro-brasileiras ou populares, como candomblés, terreiros de macumba, xangôs, centros de umbanda/quimbanda, pajelanças, escolas de samba, grupos teatrais e partidos políticos de esquerda:

Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata. Paradoxalmente, não temos nenhum documento escrito pelos Palmarinos durante sua Existência. Certamente seguiam como nos outros quilombos, a tradição africana de comunicação oral (MOURA, 1987, p. 38).

A República de Palmares vai de 1630 a aproximadamente 1695 transformando-se em uma espécie de confederação, que abrigava os vários quilombos ao seu redor. Havia ali ao longo do tempo uma ligação do escravo quilombado com outros grupos sociais e a sua capacidade de organização representou uma séria ameaça para a ordem escravocrata vigente. Os quilombolas em Palmares permaneciam constantemente em estado de beligerância na batalha por manter um controle político, militar e cultural do território, em contraposição à imposição do Estado imperial nas terras colonizadas. Ou seja, a disputa pelos territórios não foi apenas entre nações europeias, mas com os negros quilombolas, que buscaram reconstruir uma estrutura em que tivessem plenos poderes e autonomia no território. O quilombo de

Palmares, assim como os outros quilombos, além de contribuir para o desgaste das relações escravistas representava também uma luta agrária por território se configurando como uma luta de classes.

Já o movimento cabano conhecido como Cabanagem - 1835 a 1840 no Pará -, foi um movimento originário das desigualdades provocadas pela colonização, é, portanto, luta negra e luta agrária, pois entre os seus objetivos, estão a luta contra a escravidão, contra os grandes latifundiários e, sobretudo, contra o descaso do governo imperial, que tratava a população com enorme abandono. Essa afirmação foi feita por SANTOS (2004, p. 108):

Entre os pontos que uniam estas diferentes frações num mesmo movimento de contestação, podemos citar a insuficiência política de camponeses e proletários que se associavam à pequena burguesia, como em forma de encontrar soluções eficazes para seus problemas, principalmente a miséria; além disto, o ódio comum à aristocracia portuguesa contribuiu para esta aproximação.

O termo cabano já era usado pela elite brasileira pejorativamente em relação à movimentos “revolucionários” de índios e negros no período imperial no nordeste e norte do Brasil, mas foi no Pará que, em forma de movimento, o termo expandiu denominando a cabanagem. Pela historiografia tradicional apresenta-se apenas a versão nativista do movimento, mas há outras interpretações como a defendida por Caio Prado Junior, que descreve o movimento como uma legítima “luta de classes”.

Segundo o autor:

[...], se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província, com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação política, apesar da falta de continuidade que o caracterizava, fica-lhe, contudo, a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder (PRADO, 1972, p. 69).

Outro movimento popular contra situações de miséria, opressão e desigualdades sociais, raciais e agrárias, diretamente causadas pela concentração de terra foi a Balaiada - Maranhão, que durou de 1838 à 1841. “Na Balaiada havia brancos, mas eram a minoria, inclusive os chefes eram negros” (Depoimento de um entrevistado no filme “Abolição”, 1988). Ocasionalmente por situações de fome, a miséria, escravidão e maus tratos compuseram os fatores principais de insatisfação popular que induziu a mobilização dessas camadas sociais para a luta con-

tra as injustiças sócio-raciais. Logo a revolta atingia transversalmente os proprietários de terra.

O que foi a Balaiada, a Revolta dos Malês, a Cabanagem, o Quilombo dos Palmares se não exemplos de solidariedade entre as trabalhadoras e os trabalhadores brancos e negros em busca de um nova forma de sociedade. Negaram o sistema escravista e com ele as formas primitivas de acumulação capitalista e formação de uma burguesia sanguinária. Essa é nossa verdadeira identidade, olhe para a história do Brasil e verás: negros e negras juntos com os trabalhadores brancos em solidariedade na luta por outra sociedade que não aquela hierarquizada e desigual imposta. Essa é a nossa verdadeira identidade: a luta, a revolta, a unidade entre os trabalhadores, a aliança em luta da raça e da classe na defesa da transformação do *status quo* (Trecho do manifesto do Lançamento do Movimento Quilombo Raça e Classe, 2016, p. 01).

O período que antecedeu o golpe militar, o fim do “regime democrático” e o estabelecimento da ditadura militar (entre 1964 e 1985), foi caracterizado por diversas lutas sociais agrárias. A Revolta de Trombas e Formoso (de 1950 a 1957), por exemplo, foi uma das manifestações agrárias que aconteceu na região que hoje é fronteira de Goiás e Tocantins. Território de terras devolutas marcado por grilagem de terra pelos latifundiários, habitada por vários camponeses boa parte de diversos estados do Nordeste com a ideologia proletária em que defenderam armados o seu direito a terra, apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os camponeses influenciados pela estratégia da tática de guerrilha desenvolvida por Mao Tsé-Tung, conseguiram vencer confrontos e conquistar o título da terra, porém o golpe militar de 1964 e a ditadura conseguiu por meio de intensa repressão, prisões e torturas, desarticular os diversos movimentos e organizações sociais da época.

Entre esses movimentos, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais articulavam trabalhadores rurais para lutar pelo cumprimento dos seus direitos.

As Ligas Camponesas, entre 1945 e 1964, no seu tempo histórico foram ~~um dos~~ movimentos mais expressivos pela capacidade de mobilização de camponeses no Brasil na luta pela Reforma Agrária, surgidas no contexto do processo de industrialização durante o governo Juscelino Kubitschek. O surgimento das Ligas foi necessariamente devido ao aumento dos conflitos no campo e a falta de reconhecimento de direitos trabalhistas, sociais e providenciais dos trabalhadores. É época de crescentes situações de miséria da população nordestina, desemprego e redução de salários provocados pela intensificação da mecanização da produção agrícola. Utilizando o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra”, as Ligas organizaram milhares de trabalhadores rurais, principalmente, no Nordeste brasileiro, contra a estrutura latifundiária

no Brasil. A primeira Liga foi formada no estado de Pernambuco, expandindo-se também para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O advogado e depois deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião (1915-1999), foi uma das lideranças do Movimento mais conhecida pela história. Como vemos no depoimento abaixo do filho do líder Francisco Julião, um integrante das Ligas Camponesas:

As Ligas Camponesas foi um movimento organizado politicamente para dar um grito a favor do homem do campo. Agora o problema agrário e da Reforma Agrária em si não vem daí, vem de muito antes. Vem desde a escravatura que se formou uma falsa liberdade para o escravo, mas liberdade sem terra, sem dar o homem o acesso à terra, não houve liberdade nenhuma. O negro continua sendo tão escravo quanto antes porque o homem do campo continua sem terra (Depoimento do Filho do líder Francisco Julião, um integrante das Ligas Camponesas, no filme “Abolição”, 1988).

A partir do depoimento acima, podemos compreender que as lideranças das Ligas tinham uma compreensão da necessidade da Reforma Agrária também como um reparo à questão racial que ficou mal resolvida. Analisando o discurso do entrevistado, é notável em sua fala a compreensão que o problema da desigualdade no campo é também um problema de Raça e conseqüentemente de Classe. No filme “Abolição” podemos ver mais um depoimento de militante que em sua fala deixa óbvia sua compreensão da articulação da questão agrária com a questão racial:

A questão Agrária, o companheiro lembrou muito bem o papel da escravatura, e ainda se vive de escravo esperando essa tal de Reforma Agrária que é um bicho. Essa Reforma Agrária é um bicho e a gente não sabe ainda qual o tipo de Reforma Agrária que esses homens estão discutindo, que é muito tipo de reforma agrária e a que interessa o trabalhador é a Reforma Agrária radical, essa é a que interessa os trabalhadores (Depoimento de filho de um integrante das ligas Camponesas no filme Abolição, 1988).

As Ligas traduzem um importante movimento de conscientização e organização de trabalhadores rurais e realizando enfrentamento intenso aos grandes proprietários exigindo o cumprimento de direitos básicos e Reforma Agrária. Era também uma época de sindicalização dos trabalhadores. Podemos perceber por meio das conversas dos filhos dos militantes das ligas uma compreensão sobre a questão agrária atrelada a desigualdade racial. As Ligas radicalizavam seus métodos de ação política por meio do ideário revolucionário da Revolução Cubana.

Por outro lado havia as forças conservadoras lideradas pelos latifundiários amparados pela imprensa que criminalizavam todos os movimentos sociais, considerando-os antagonistas à democracia. Assim como acontece atualmente com o MST e os diversos movimentos sociais, a disputa desigual na luta de classes favorece o lado conservador, por meio dos aparatos de poder, com o apoio da mídia burguesa e o congresso nacional conservador que impossibilita a aprovação de leis trabalhistas, e que quando aprovadas são desconsideradas.

Com o golpe militar, as Ligas Camponesas sofreram duras repressões, prisões dos líderes, torturas e perseguições, aconteceu o mesmo com os sindicatos rurais que vão ao fechamento. Por outro lado o aumento da concentração fundiária conservou os méritos e interesses dos grandes proprietários, e o ingresso do capital estrangeiro na agricultura encontrou na ditadura um aporte e alavanca.

O golpe desarticulou a organização dos trabalhadores no campo e possibilitou a ampliação do monopólio da terra. Apesar das duras repressões contra as Ligas Camponesas, o movimento cumpriu uma função importante de mobilização, conscientização e organização social da população desfavorecida, sujeita a regimes de exploração no campo.

As Ligas atribuíram ao campesinato o papel de vanguarda do movimento revolucionário. No seu projeto, o campesinato passa a desempenhar uma função política central e dinamizadora das transformações estimadas necessárias para a construção do Brasil enquanto nação ao propor o socialismo como única alternativa viável de desenvolvimento para países subdesenvolvidos, caracterizados pela predominância de “relações de produção feudais no campo” (SENA, 1985, p. 133).

As ligas camponesas adquirem, após 1959, nova conformação. O movimento, nascido em Pernambuco como uma luta contra a expulsão da terra, amplia sua perspectiva e evolui para a luta pela reforma agrária, empunhada como bandeira política de um movimento que se caracterizava, desde seu nascimento, pela defesa dos direitos do camponês. Neste momento, as lutas camponesas e a questão agrária passaram também a ser confrontadas com a “questão nacional” e a ser incorporadas às teses desenvolvimentistas e às propostas reformistas desenvolvidas por largos setores da sociedade. Paralelamente, as ligas camponesas passaram a amadurecer seu próprio projeto político e a expandir-se para fora de Pernambuco (JACCOUD, 1990, p. 36).

Inicialmente, no estado de Pernambuco, em 1946, e posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás, as Ligas Camponesas exerceram intensa atividade até a queda de João Goulart, em 1964.

É importante ressaltarmos, que a articulação entre os três fatores que analisamos aqui – terra, raça e classe – estão socialmente intercalados por meios dos fatos registrados na história, é impossível compreender concretamente um dos fatores sem analisarmos os outros pois na história dessas lutas, em suas entrelinhas eclodem elementos que não permitem que eles estejam dissociados. Temos que estar atentos a essa análise para não cairmos no limite de deixar a entender que havia uma harmonia entre essa classe formada pelos brancos e negros, no decorrer de toda luta social há conflitos externos e também internos. Embora seja fundamental percebermos que as lutas raciais, sociais e agrárias tinham a sua pauta específica surgida de acordo a suas necessidades imediatas, numa análise da história de cada movimento é possível perceber uma luta de classes e raças, porém suas lutas eram por questões imediatas e necessárias à sobrevivência, mas suas indignações provinham de problemas agrários, sociais e raciais. Portanto numa análise às desigualdades sociais no Brasil, se faz necessário adentrar na questão racial, bem como na questão agrária, pois a maioria dos desgarrados da terra são as vítimas da desigualdade sócio-racial e vice-versa, uma coisa está ligada a outra. E a superação da desigualdade social só existirá por completo quando suprimir o racismo e realizar a reforma agrária.

3.1 Influência Haitiana à diversas lutas escravas – agrárias e negras – no Brasil

Muitos historiadores defendem o impacto e a influência da revolução do Haiti em outros países inclusive no império brasileiro no início do século XIX, em que houve um medo da revolução haitiana.

Os discursos políticos brasileiros estavam apoiados em referências haitianas, o tema dividia palco de discussões, por escravistas e antiescravistas. Diversas revoltas que ressurgiam no Brasil eram apelidadas de “haitianismo”, o Haiti era tratado como uma “panela de pressão” prestes a estourar também no Brasil. Portanto, aqui foram pensadas estratégias de rever o controle dos escravos, temendo o fim da escravidão e a implantação da experiência haitiana:

A revolução haitiana destruiu uma das mais lucrativas colônias europeias e criou um Estado negro nas Américas, se transformando num símbolo de resistência escrava em todo hemisfério, um lembrete de que era possível vencer a classe senhorial. O “haitianismo” se tornou a expressão que definiria a influência daquele movimento sobre a ação política de negros e mulatos, escravos e livres, nos quatro cantos do continente americano. O Brasil não ficou de fora. Em 1805, apenas um ano após a proclamação da independência haitiana por Jean-Jacques Dessalines, seu retrato decorava medalhões pendurados dos pescoços de milicianos negros no Rio de Janeiro,

episódio que ganha maior significado se lembramos de que Dessalines era também militar, o comandante chefe das forças haitianas que derrotaram os exércitos de Napoleão enviados para recuperar a ilha e reintroduzir a escravidão. Em 1814, na Bahia, os escravos falavam abertamente nas ruas sobre os sucessos nas Antilhas francesas. Nas conjunturas revolucionárias de 1817 e 1824 no Nordeste, o Haiti esteve na ordem do dia. Na revolução pernambucana de 1817, ao lado da corrente anticolonialista liderada pelos proprietários rebeldes, insinuaram-se tendências mais radicais constituídas por pretos e mulatos interessados numa revolução social inspirada na que ocorrera na colônia francesa (REIS, 2017, p. 06).

Reis salienta que, talvez mais do que alimentar sonhos de liberdade nos barrancos e nas senzalas, o Haiti sustentou pesadelos em casas senhoriais, palácios governamentais e mesmo clubes rebeldes brancos. “Na conjuntura da descolonização no Brasil, várias vozes ligadas à ordem advertiram sobre uma reprodução aqui do fenômeno haitiano, caso as divergências entre portugueses e brasileiros se aprofundassem” (REIS, 2017, p. 06). O haitianismo despertou medo entre os senhores, em diversos estados brasileiros se percebia o temor carregado de certo exagero como justificativa para reprimir ainda mais os negros.

No livro “Os Jacobinos negros” de C. James, o autor apresenta o escravo como objeto de estudo, mas mostrando que no Haiti os negros chegaram ao poder, organizados dentro da sua conjuntura:

Os homens fazem a sua própria história. E os jacobinos negros de São Domingos fariam a história que mudaria o destino de milhões de homens e o curso de três continentes. Todavia, se é possível aproveitar uma oportunidade, não é possível criá-la. O comércio de escravos e a escravidão estavam firmemente entrelaçados à economia do século XVIII. Três forças: os proprietários de São Domingos, a burguesia francesa e a burguesia inglesa prosperaram sobre a devastação de um continente e a brutal exploração de milhões de seus habitantes. Enquanto essas forças se mantivessem em equilíbrio, o tráfico demoníaco prosseguiria [...] Mas nada, por mais lucrativo que seja, dura para sempre. Desde que o seu próprio desenvolvimento ganhou ímpeto, os fazendeiros das colônias e as burguesias francesas britânicas passaram a gerar pressões internas e a intensificar as rivalidades externas, dirigindo-se cegamente para conflitos e explosões que despedaçariam as bases do seu domínio e criaram possibilidades de emancipação (JAMES, 2000, p. 39).

De acordo com Luiz Mott, embora isso seja ignorado pela historiografia nacional, houve uma comunicação entre os escravos brasileiros com as demais regiões do ocidente. Os negros não viviam isolados no Brasil. Segundo ele há relatos de negros que portavam imagens do ex-escravo que proclamou a independência do Haiti – Jean Jacques Dessalines – e realizavam atos de resistência no Brasil (MOTT, 1982, p. 56).

Ele cita alguns exemplos desses atos ocorridos no Brasil, como em 1814 na Bahia, realizado por escravos atuantes das atividades pesqueiras, resultando no assassinato de 13 brancos e 56 negros. O autor utiliza relatos que vão do Vice-Rei do Brasil, o Conde de Óbidos, referente a Palmares, aos depoimentos do Capitão de Fragata do Recife em 1817, e do Comodoro Inglês Bowles com relação à insurreição de Pernambuco. A partir dessas fontes, o autor tentou compreender as conexões entre as revoltas ocorridas no Brasil e a Revolução do Haiti, tendendo a colocá-las, num mesmo patamar de importância e de significados.

Temia-se o exemplo – “o mau exemplo” – do Haiti, pois, esta revolução dos escravos produzia entre os negros do Brasil o estímulo e o paradigma para o questionamento do regime servil nacional. Temia-se que se repetisse aqui no Sul a “malévola” influência haitiana como nas rebeliões dos negros dos Estados Unidos, notadamente na revolta de Denmark Vesey, em 1822, antilhano de origem e conhecedor das táticas e bandeiras revolucionárias dos negros vitoriosos de São Domingos (MOTT, 1972, p. 60).

Para Mott, há indícios de que a Revolução do Haiti ocasionou uma pressão política para o fim da escravidão do Brasil. Encontramos na sua obra, diversas menções à figuras ou imagens do Haiti e de suas possíveis reincidências no Brasil. Segundo ele, o Haiti servia como o maior exemplo dos riscos causados pela escravidão, e foi apropriado pelo pensamento anti-escravista para cobrar reformas e mudanças sobre a escravidão – mas não sobre os escravos.

Entre os aspectos que marcaram o período entre 1790 e 1840 está o amplo número de levantes e revoltas no Brasil. Podemos analisar o surgimento de diversas manifestações causadas por escravos, brancos livres nacionais estrangeiros, numa época de efervescência política provocadas por diversos fatores externos e internos. Foram vários movimentos detectados no Brasil, desde os citados acima: A Farroupilha (1835); A Sabinada (1837-1838); Cabanada (1832); Praieira (1848); Revolta da Serra do Rodeador (1817-1820); Revolta de Carrancas (1833); Revolta de Manuel Congo (1838); Revolta do Reino da Pedra Bonita (1838); Revolta dos Malês (1835). De acordo com tempo histórico e a conjuntura política em que aconteceram esses atos, é impossível negar a importância da revolução haitiana e de outros fatores internos e externos.

Sabemos que o grande “incêndio” ocorrido no Haiti, com a explosão e vitória dos negros foi incontestável. Chamas se espalharam em todo mundo de economia escrava. Os mais próximos foram os mais atingidos. Mas no Brasil, apesar de encontramos focos isolados que tiveram origem nesse acontecimento, comparada com São Domingos, aqui foi encontrado, tão-somente fagulhas, que rapidamente foram controladas ou apagadas. A crítica a essa historiografia pode ser analisada nos limites do

espaço e do tempo. Ao estudarmos unidades de tempos fragmentadas, como esse recorte, por exemplo, ou nos recortes estabelecidos como Brasil Colonial ou Brasil Monárquico, deixamos de perceber, numa visão de longa duração, as mudanças ocorridas (problema do tempo). Por outro lado, não existem estudos brasileiros que tentem compreender o Brasil com outros locais, com problemas semelhantes, com estudos muito próximos. Isso leva a tratar o Brasil de forma independente do que estava ocorrendo em outros lugares (problema do espaço) (NISHIKAWA, 2016, p. 06).

Assim como a escravidão, exploração e o racismo, as lutas pela terra, território, liberdade e igualdade racial e social, nasceram há séculos e não foram ainda concluídas. Há ainda um caminho extenso a ser percorrido. De acordo ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2014, os negros representam 54% da população brasileira, e somam 76% dos mais pobres do país. Esse número indica que três em cada quatro pessoas é negra entre os 10% mais pobres do país. Portanto, a luta de classes no Brasil é também uma luta agrária e de raças, pois nasce com os índios em defesa do seu território e prossegue com os negros africanos escravizados, embora depois haja uma soma de imigrantes vindos para a substituição da mão de obra negra, a maioria dos pobres e desgarrados da terra no Brasil são as pessoas negras. Aqui os fenômenos terra, raça e classe estão intercalados, pois consequentemente a classe detentora da terra, da riqueza e do poder é branca e europeia.

Na Bahia, estado aonde ocorreu o primeiro desembarque de navio negreiro por ser primeira capital da colônia em 1530, é um dos estados brasileiros com maior porcentagem de negros (79,3), precedida apenas do Maranhão (80%), segundo o IBGE.

3.1.1 Lutas agrárias, de raças e classes na Bahia.

No Estado da Bahia, terra de inquietos e densos antagonismos de raças, classes e interesses sociais diversos, os três fatores estão presentes a todo o momento na formação do povo baiano. Assim como todas as regiões do Brasil, há na Bahia um histórico de revoltas e conflitos agrários, raciais e de classe desde a sua formação até os dias atuais. Ao longo da metade do século XIX, por exemplo, a Bahia se constituiu de um ambiente favorável à resistência escrava, fundamentalmente “em primeiro lugar com o crescimento vigoroso da população negro-mestiça, em especial a dos africanos” (REIS, SILVA, 1989, p. 33). Foram importados cerca de 8 mil africanos por ano, para atender a demanda da economia açucareira, que desde o

fim do século XVIII, “foram atingidos por certos ventos de prosperidade” (REIS, SILVA, 1989, p. 33).

Nosso estudo aqui não trata de uma enciclopédia de lutas, mas um diagnóstico dos fatores pra entender a história e contribuir com a análise da realidade social caminhando para uma complexidade. Portanto, como vimos fazendo ao longo do nosso estudo, citaremos como registro e como fio condutor da discussão (para a nossa argumentação), algumas lutas que marcaram a história e que, conseqüentemente, de modo direto ou indireto, vão contribuir para as lutas atuais.

Aqui podemos registrar diversas revoltas que carregam características indígenas, negras e agrárias. Das revoltas indígenas há registro de várias, como a Guerra dos Aimorés - índios selvagens e nômades, caçadores e pescadores, entre os anos de 1555 e 1673 na região do Sul, pela região próxima a Ilhéus e Porto, bem como o Levante dos Tupinambás contra os portugueses, entre 1617 e 1621, ocorridas em resistência à escravização indígena por parte de brasileiros e lusitanos. A luta dos índios é, sobretudo, agrária, em defesa de suas terras.

Bem como as lutas indígenas, a luta do povo negro foi sempre uma constante na realidade baiana. “Na escravidão nunca se vivia em paz verdadeira, o cotidiano significava uma espécie de guerra não convencional” (REIS, SILVA, 1989, p. 33). Desde o Período Colonial, as lutas dos negros exprimem “as contradições do modo de produção capitalista em sua fase de acumulação mercantilista tendo as rebeliões, fugas e formação de quilombos como explicitação dos conflitos de classe e étnicos” (GEOGRAFAR, 2011, p. 11).

Historicamente, as lutas por meio dos quilombos foram inúmeras na Bahia, não temos um registro de quantidades exatas, mas para ter uma ideia dos quilombos contemporâneos, numa pesquisa pelo núcleo de estudos GeografAR em 2010, foi identificado a existência na Bahia 674 comunidades identificadas como quilombolas e 332 comunidades foram certificadas segundo a Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pela emissão de certidão de autoidentificação de comunidades quilombolas no País (GEOGRAFAR, 2011).

Podemos lembrar aqui algumas lutas baianas e focando a relação direta dos escravos com a agricultura, como o Quilombo do Buraco do Tatu, habitado por duas centenas de escravos, muito bem protegido com fossas e caminhos falsos, em Salvador até o ano de 1763. Os quilombolas sobreviviam de agricultura e pesca, mas também de assaltos nas estradas e do saque a fazendas vizinhas, levando grande instabilidade às áreas agrícolas próximas e provocan-

do, frequentemente, forte reação repressiva. “A formidável densidade da população africana na Bahia favoreceu sua representatividade cultural, suas identidades étnicas e sua disposição à luta” (REIS, SILVA, 1989, p. 34). Para Reis e Silva a mera presença de um grande número de africanos na Bahia intimidava setores importantes da classe senhorial.

A Revolta dos Alfaiates ocorrida em Salvador em 1789, por exemplo, a apenas nove anos da Revolução Francesa na Europa, representa um marco na batalha pela liberdade e contra a exploração do sistema escravista, visto que em sua composição social houve uma ampla participação dos negros, escravos, libertos e mulatos. Já a Federação do Guanais foi uma revolução nativista, no ano de 1832, nas vilas de São Félix e Cachoeira, constituindo-se um dos germes que provocaram a revolta maior de 1837, conhecida por Sabinada. É importante registrar aqui também que na própria luta pela independência da Bahia, a participação negra foi significativa, pois quem estava fazendo a luta na prática era a camada popular formada por índios, mestiços e majoritariamente os negros, embora houvesse resistência a eles entre as elites libertárias.

De acordo com José Reis e Eduardo Silva no livro “Negociações e Conflitos”, havia luta de classes o tempo todo:

O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas (REIS, SILVA, 1989, p. 11).

Segundo os autores, haviam conflitos sem fim, mas haviam também negociações que nada tinha a ver com relações harmoniosas entre escravo e senhor, havia ao lado da sempre violência, um espaço social que se teria de barganha e conflitos. De acordo aos autores, os escravos, em várias regiões do Brasil, brigaram e conseguiram uma “brecha camponesa” que significava obter dos senhores o direito a um pedaço de terra para cultivar e até comercializar o excedente da produção, porém a relação direta do escravo com o mercado devia ser vetada. “Se os barões cedem e concedem, é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam, é para melhor viver algo mais que o mero sobreviver” (REIS, SILVA, 1989, p. 11).

A “brecha” podia interessar aos senhores como estratégia de controle social ou como fator de redução dos custos de manutenção da escravaria. Quando havia falha na negociação, ou esta nem se realizava, por impaciência escrava ou intransigência senhorial “abriam-se ca-

minhos de ruptura”, um deles era a fuga. Entre os senhores e escravos haviam objetivos, recursos e estratégias, “modos de passar a vida”. Portanto, o escravo foi um agente ativo, autor de uma enorme negociação política por autonomia tentando fazer a vida e a história.

O Engenho Santana, em Ilhéus (BA), se configura como o melhor exemplo, os escravos exigiram a ampliação da “brecha camponesa” condições para voltarem ao trabalho. Os escravos desse grande engenho se levantaram em duas ocasiões, 1789 e 1824, em ambas formando quilombos. No primeiro episódio, os rebeldes submeteram ao senhor um tratado com as condições sob as quais retornariam ao trabalho. Dentre elas, o reconhecimento de direitos ligados às condições de trabalho e de vida: diminuição do volume de tarefas, o cultivo de roças de subsistência, eleição do feitor e celebração de festa, sem que fosse necessário pedir licença.

Por outro lado a Revolta dos Malês, na cidade de Salvador, em 1835 que é considerada a mais importante feita por escravos urbanos nas Américas, foi organizada por africanos iorubás (chamados nagôs no Brasil), adeptos do Islã (os malês), mas contou com a participação de negros não muçulmanos, escravos e libertos, e alguns de outras nações que não os nagôs. Estima-se que os rebeldes tenham sido em torno de seiscentos, cerca de cinquenta morreram em combate e nove pessoas foram mortas por eles.

Ali, os escravos e libertos, trabalhando juntos no sistema de ganho ou simplesmente vivenciando a maior flexibilidade (inclusive do anonimato) proporcionada pelo ambiente urbano, desenvolveram ou aprofundaram solidariedades étnicas e religiosas a partir das quais puderam organizar um discurso convincente de crítica à escravidão baiana. A rebelião teve uma multiplicidade de sentidos religiosos, étnicos e classistas, que se entrecruzaram num momento de crise da hegemonia senhorial numa Bahia politicamente dividida (REIS, SILVA, 1989, p.11).

A conquista da abolição, em 13 de maio de 1888, apesar de resolver o problema da escravidão não solucionou a situação da população negra, agora ex-escrava, na realidade social brasileira. A República, instaurada com um golpe em 15 de novembro de 1889, não se tornou realidade para a maioria da população brasileira, em especial para a população negra, haja vista que não foram tomadas medidas para a inserção dos negros no mundo dos “brancos”, ou melhor, na sociedade de classes como afirmou Florestan Fernandes.

Embora os negros que realizaram essas diversas revoltas estivessem em diversas tarefas, como, por exemplo, a pescaria, o trabalho na agricultura se sobrepunha e a sua luta era principalmente por território e liberdade, outra vez a questão agrária, junto a questão racial em defesa de uma classe.

A Guerra de Canudos ocorreu entre 1896 e 1897, durante a República Velha. O arraial de Canudos foi criado sob a liderança de Antônio Conselheiro, e agregava famílias pobres do sertão baiano. O movimento tinha caráter coletivista, messiânico e monarquista. Conselheiro atribuía à República os males que sofria a população brasileira. Foram necessárias quatro expedições para o exército conseguir vencer os sertanejos.

Na época, o cenário da Primeira República, o movimento dos trabalhadores rurais organizados em Canudos representou ameaça à ordem republicana, pela sua capacidade de organização coletiva de trabalhadores rurais. Assim como todo o nordeste brasileiro que era palco de revoltas sociais significativas tentando maneiras alternativas de trabalho, produção, redistribuição. Fizeram parte dessa luta muitos negros “ex-escravos”, assim como brancos pobres que compunham a classe desfavorecida dos bens e da terra. Canudos “começa a ser seguido por uma multidão composta por trabalhadores rurais, sem posses, ex-escravos, velhos, mulheres e crianças” (NETO, 2007). “A grande massa humana provinha de pontos próximos ou distanciados dos sertões nordestinos” (SILVA, 1973, p. 468).

Embora organizado em uma pequena comunidade no sertão da Bahia, o movimento representava uma aglutinação de pessoas contra a desordem social, situação de miséria, desumanidade e a fome que viviam as pessoas no interior do estado. Havia um contingente de morte de pessoas por falta de alimento e água, pois o nordeste atravessava uma seca e a situação de insegurança provocava indignação social e a agitação social e organização coletiva era a maneira de fugir da exploração, da fome e da morte.

“... os grupos de adeptos que surgiam todos os dias, procedentes de diversos lugares por onde peregrinara durante mais de 20 anos, o Santo Conselheiro... Pessoas de recursos, que vendiam sua terra e seu gado. Homens e mulheres paupérrimos. Índios do aldeamento de Miranda e Rodelas..., pretos libertos pela lei áurea... Doentes mentais, aleijados, incapacitados que viviam de esmolas do Bom Jesus e esperavam seus milagres...” (SILVA, 1973, p. 465-466).

A partir da observação de SILVA, podemos perceber que no movimento de Canudos faziam parte os mais segregados sociais e raciais, inclusive os negros que foram libertos pela lei áurea, mas que prosseguiram sem-terra, sem moradia e permaneciam lutando pela liberdade. Como podemos ver em um depoimento de uma senhora negra cedida ao filme *Abolição*:

...E ainda dizem que a lei áurea chegou para nós, chegou não, nós temos que tornar crime inafiançável a prática de racismo nesse país onde negro não tem o direito igual, onde a gente passa fome e por ser negro já recebe um salário menor, onde não se tem oportunidade de saúde, de educação, não se respeita os nossos direitos em nenhum lugar. Passamos de cidadão ou cidadão de terceira categoria, mudou alguma coisa? Mudou? Não, nós temos que continuar lutando para ser um Brasil grande e forte... Que país é esse? Que povo somos nós? Somos gente com muita força, com muita garra, vamos virar essa situação (Depoimento de uma mulher negra entrevistada no filme *Abolição*, 1988).

Assim como as outras lutas citadas aqui podemos associar ao termo criado por Gramsci, considerando as características de guerra de movimento, em que houve enfrentamentos diretos e mobilizações diversas que contribuíram para as lutas posteriores da classe trabalhadora, embora não conseguiram garantir a mudança nas estruturas do Estado.

Sobre o conceito de guerra de movimento:

... Gramsci desenvolve com originalidade a proposta leninista da passagem da guerra de movimento à guerra de posição.... Guerra de movimento (que exige uma estratégia fulminante na tomada do poder contra o Estado forte e coercitivo) e guerra de posição (que exige concentração de hegemonia e movimentação de todos os recursos de hegemonia e do Estado para a tomada do poder). A primeira, utilizada na revolução efetivada de Outubro de 1917, tem como marca fundamental a tomada frontal do poder. A segunda, apropriada aos países capitalistas desenvolvidos, onde a sociedade civil é mais forte e igualmente complexa, corresponde a uma estratégia de longa duração e requer a organização das massas (SAID, 2009, p. 100-101).

A guerra de movimento levou à vitória da classe operária na Rússia na revolução de Outubro de 1917, Gramsci propõe ao proletariado a guerra de posição nos países capitalistas desenvolvidos. Por guerra de manobra ou movimento utiliza-se a estratégia revolucionária de ataque frontal objetivando a conquista e a conservação do Estado mediante ao assalto ao poder. Esta estratégia é considerada mais apropriada às sociedades orientais, nas quais a sociedade civil é incipiente perante o Estado. Já a guerra de posição, a sociedade civil seria a esfera da guerra que corresponde à conquista de posições fundamentais para a construção da hege-

monia. Esta seria mais apropriada às sociedades ocidentais nas quais ao Estado compreende tanto a sociedade política quanto a sociedade civil.

Em relação ao movimento de Canudos e a essa leitura que se tratava de um movimento com características negras, Munanga nos explicita que:

Na verdade o que esses grupos humanos tem fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de serem vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem tido suas culturas [...] objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas. Lembremos que, nos primórdios da colonização, a África negra foi considerada como um deserto cultural, e seus habitantes como o elo entre o homem e o macaco (MUNANGA, 2009, p. 20).

Deste modo, ao articular os fenômenos, classe, questão racial e questão agrária, busca-se a compreensão da realidade que se revela de maneira complexa e contraditória, mas que não se abre mão de considerá-la passível de ser apreendida cientificamente (GEOGRAFAR, 2010, p, 06). A permanência da questão agrária na Bahia e no Brasil inteiro no País pode ser comprovada de diversas formas. Seja pelo número de conflitos no campo, que segundo registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

O número de assassinatos decorrentes de conflitos no campo em 2015 foi o maior dos últimos 12 anos no Brasil, com 49 mortes registradas, a maior parte na Região Norte, de acordo com os dados de um balanço anual da questão agrária divulgado esta semana pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Dados da entidade mostram que de 1.115 casos de homicídio decorrentes de conflitos no campo registrados entre 1985 e 2014, 12 foram julgados (PONTES, 2016, p. 01).

Deste modo, o número de conflitos, em suas diversas maneiras de expressão, é resultado da proporção da concentração de terras no País.

De acordo com a pesquisa da CPT de 2015, a Bahia está no segundo lugar no ranking de conflitos no campo com 9,9%, precedida apenas pelo estado do Maranhão (12%), o equivalente a 99 conflitos envolvendo 12795 famílias, dentre eles, indígenas, quilombolas, Sem Terra, Camponeses de Fundo de Pasto, assentados havendo dois conflitos trabalhistas de trabalho escravo envolvendo 360 trabalhadores nas lavouras de Café na cidade de Encruzilhada e na Cana de Açúcar no município de Lajedão (CONFLITOS NO CAMPO, 1015). O curioso é que os estados com maior população negra são os mesmos onde há maiores quantidades de conflitos agrários:

Quanto às tentativas de homicídio, Pará (18), Bahia (12), Maranhão e Paraíba (ambos com 6) lideram o quadro nacional. Consigna-se que das 59 ocorrências de tentativa de homicídio, as maiores vítimas foram, na ordem, 13 indígenas (incluídas as lideranças), 10 sem terra e 8 lideranças (PONTES, 2016, p. 01).

O conflito agrário se efetiva quando um movimento propõe novas e distintas formas de produzir o espaço e os saberes desses espaços no mundo rural, diferentes da racionalidade do capital com a natureza, da realização do trabalho humano e com o controle dos bens produzidos por esse trabalho. As formas de ação dos movimentos entram em choque imediato com as seculares estruturas latifundiárias e com o Estado. Este se coloca a serviço dos privilégios das elites agrárias e, quando atende às reivindicações dos camponeses, se movimenta de forma lenta e compensatória (PONTES, 2006, p. 102).

Portanto, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao proporcionar essas informações por meio da apresentação de diversas informações dos conflitos no campo no Brasil em 2015, contribui para a compreensão sobre o fenômeno dos conflitos agrários que são resultados diretos do processo de colonização. Os trabalhadores do campo são vítima também da morosidade do Estado, tanto na reparação das terras indígenas e negras quanto na realização da Reforma Agrária. O campo brasileiro é habitado por população composta pelos ex-escravos que permanecem continuamente lutando por direitos e pela integração social.

3.2 A emergência do discurso antirracista em organizações urbanas: Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro, Movimento Negro Unificado.

3.2.1 A Frente Negra Brasileira

A Frente Negra foi um movimento sócio racial nascido em São Paulo, em 1931, com o propósito de multiplicar forças nas lutas pelo lugar do negro na sociedade brasileira. Em meio a diversas entidades negras, a Frente Negra se diferenciou por erguer uma luta por conquistas de posições do negro nos diversos setores da vida brasileira. Época de racismo acirrado, condições precárias de educação, forte desemprego entre homens negros e mulheres negras, em que desde os anúncios à procura de empregados que apareciam em jornais, estavam explícitos que não aceitavam candidatos negros.

A Frente Negra Brasileira surgiu pelo resultado da observação da situação que o

negro passava aqui em São Paulo. Surgiu com toda a força protestando contra o preconceito racial e ao mesmo tempo trabalhando para a elevação cultural, política e social do negro em São Paulo. Assim foi que ela protestou contra diversos fatos que existiram aqui em São Paulo, contra a formação não da guarda civil, mas do modo que a guarda civil atendia os negros, nunca tinha vaga. A FNB através da sua resistência conseguiu colocar mais de 400 negros na guarda civil. Os jornais publicavam que precisam de pessoas, mas não queriam de cor (Depoimento de um integrante da FNB, no filme Abolição, 1988).

Nessa conjuntura eram alardeadas absurdas teses de racismo científico defendida por autores como Nina Rodrigues e Monteiro Lobato, que as transformavam em políticas públicas como incentivo à imigração europeia, pois de acordo com a tese, só quando a “raça degenerada” submergisse, o Brasil alcançaria o status de civilizado, a chamada tese do branqueamento nacional.

A Frente Negra saiu a campo junto com os entes negros e conseguiam abrir caminho para que ocupássemos o que deveríamos ocupar em trabalho. Ela então espalhou por todo o Brasil, esteve as suas delegações no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais. Ela se alastrou por todo o país porque houve uma compreensão dos negros e da necessidade de luta contra o preconceito e contra o racismo. A Frente Negra sempre esteve diante de todos os movimentos que surgiram contra o Negro. E o resultado foi brilhante por que ela conseguiu através das suas pregações, toda a colocação do negro e também do incentivo para que o próprio negro conseguisse a sua independência econômica (Depoimento de um integrante da FNB, no filme Abolição, 1988).

A Frente Negra funcionou com vários setores, desde o esportivo, o musical, o educacional... Ganhando credibilidade pelas instituições negras a Frente cresceu criando também delegações na Bahia, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

Com o propósito de integração social e racial, a frente se autodenominava “órgão político e social da raça”, atingiu diversas dimensões chegando a tornar-se um partido político. Mas um decreto assinado por Getúlio Vargas, de 1937, pôs na ilegalidade todos os partidos políticos, extinguindo assim também a Frente. Podemos perceber ao longo da história das lutas negras que esse processo da organização política institucional para disputar o poder é muito ameaçador para as classes dominantes; nos EUA, por exemplo, os Panteras Negras foram destruídos quando se tornaram o Partido do Poder Negro na década de 1980.

O fato é que a Frente proporcionou à população negra, marginalizada e desassistida socialmente, meios de organização coletiva, fundou uma escola e proporcionou ações de

combate ao preconceito:

Através da Frente Negra comecei a ter consciência inclusive de ser negro, de me posicionar como negro, então para mim era uma escola. Eu não ia ao cinema, era de casa para o trabalho e de lá para frente negra. Incorporei a frente negra nas minhas ideias no meu modo de vida, aprendi demais. Ela tinha diversos departamentos, esportivos, musical, feminino. A participação das mulheres foi muito importante. Eu acredito mesmo que se não fosse essa participação a frente negra não seria a mesma. A Frente Negra foi muito combatida na época porque era nacionalista e democrática. Principalmente nacionalista porque nós achávamos que o negro tinha que se apegar aonde estava. O negro americano queria ser americano e nós brasileiros queríamos ser brasileiros até para não jogar fora 400 anos de trabalho dos nossos antepassados. Então somos brasileiros e como tal, teremos que usufruir de tudo que aqui tem. Até porque nossos antepassados não foram imigrantes, foram trazidos aqui à força contra sua vontade, e quem vai pagar esses 400 anos de graça? O partido da Frente Negra era um departamento político do movimento, foi registrado no Rio de Janeiro. Nós tivemos um ganho de causa e nós achamos que a política seria uma válvula para que o negro assumisse uma posição diferente e foi a ala negra da frente negra que teve essas ideias porque nós achávamos que a política no Brasil remove montanhas, muda o curso do rio, arquiva processos, desarquiva processos, manda prender, manda soltar. O negro como não era fazendeiro, nem capitalista, banqueiro, industrial, comerciante, então nós tínhamos que lutar no sentido político do voto, então nós trabalhamos na Frente Negra seriamente na fundação de um partido político (Depoimento de integrante da Frente Negra Brasileira, no vídeo CULTNE – Frente Negra Brasileira).

Mas na historiografia nacional o protagonismo afro-brasileiro ainda não foi contextualizado e considerado como deveria, as lutas e movimentos negros são meramente classificados pelos relatos oficiais como coadjuvantes nos grandes eventos históricos e por outro lado sofrem tentativas de desqualificação por meio de rótulos que tentam tachar negativamente suas ações:

Porém, a Frente permanece atual, talvez porque tenha tido o mérito de elaborar um projeto político para o negro e para o Brasil. Nesse projeto político de inclusão, a raça seria um fator de mobilização e coesão, e não de segregação, como vista e sentida no dia a dia. Agindo no sentido de privilegiar a educação, a ação cultural e a participação política baseada no que poderíamos chamar hoje de voto étnico, suprapartidário, a Frente supriu carências imediatas de parte da população negra. Ainda surgirão muitos estudos sobre a Frente, muitos deles tentando desqualificá-la, mas os temas que pautou permanecem atuais (BARBOSA, 2011, p. 02).

A Frente foi de fato um movimento com uma ideologia antirracista e seus ideais permaneceram atualmente, sua memória e seus métodos de reivindicação e intervenção foram estudados pelos movimentos negros mais contemporâneos, como por exemplo, o MNU, como veremos mais à frente. Veremos abaixo, trecho da fala de um integrante da Frente Negra, em conversa com membros do movimento negro sobre uma possível ligação da

luta da Frente com o Movimento negro:

A diferença que houve entre a nossa época e a de vocês é que sentíamos o preconceito aberto, nós passávamos pelo barbeiro e ele dizia, aqui não cortamos cabelo de preto... Preto chegava no restaurante e ouvia: vocês vão comer lá na baixada porque aqui o patrão não quer preto. Era assim, aberto, porque quando chamava um indivíduo de negro, geralmente era como tema pejorativo (Depoimento de integrante da Frente Negra Brasileira, no vídeo CULTNE – Frente Negra Brasileira).

3.2.2 Teatro Experimental do Negro (TEN)

O TEN surgiu na década de 1940, por meio de indagações e inquietações importantes que visavam buscar soluções para a integração do negro no teatro brasileiro. A principal finalidade era resolver a questão da necessidade de um Teatro do Negro Brasileiro que lutasse também no campo das artes, pela “completa libertação do negro”.

Os objetivos do TEN eram o “resgate” a um espaço no teatro brasileiro, “nós testemunhávamos que o negro não entrava nem como plateia nem como ator, como interprete no nosso teatro, tampouco o negro participava como ator teatral” (NASCIMENTO, Depoimento, no vídeo CULTNE – Frente Negra Brasileira). Com o sentimento de pertença ao Brasil, e a consideração aos negros escravos que ergueram o país o TEN surge na intenção também de “resgatar os valores culturais da África no Brasil”. “Nós constatamos que os valores culturais da África no Brasil trazidos por nossos antepassados eram sempre tidos e definidos como folclóricos, como material marginal à cultura oficial, à cultura chamada cultura brasileira” (NASCIMENTO, Depoimento, no vídeo CULTNE – Frente Negra Brasileira).

Por um entendimento da cultura brasileira como base na questão indígena e negra, o Movimento artístico surge nessa intenção de reivindicar a presença dos valores culturais indígenas e negros na dramaturgia. Além de elaboração de peças teatrais, o movimento trabalhava também na concepção do espetáculo com uma estética onde tivesse presente a cultura negra.

O idealizador do TEN foi Abdias do Nascimento, um negro, neto de escravo, nascido no contexto pós-abolição, mas o racismo e as relações raciais que marcavam o Brasil, no seu tempo eram muito fortes. Abdias, devido a sua atuação como um negro defensor dos direitos negros teve nome incluído em vários inquéritos policiais militares, exilou-se nos Estados Unidos, onde trabalhou como professor universitário. Foi diplomado em contabilidade, bacharelou em ciências econômicas pela Universidade do Rio de Janeiro. Em 1944 fundou e dirigiu o

Teatro Experimental do Negro, participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro, cursou sociologia no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, foi militante do movimento negro e, em 1950, foi o organizador do primeiro Congresso do Negro Brasileiro.

O TEN propôs trabalhar a valorização social do negro no Brasil por meio da educação, cultura e arte. Nasceu para dialogar sobre uma sociedade que há séculos tentava escamotear a prática da discriminação racial e do racismo com a “peneira furada” do mito da “democracia racial,”. De acordo com Abdias, na época como enfrentamento ao tabu da “democracia racial” no Brasil, “o Teatro Experimental do Negro era a única voz a encampar consistentemente a linguagem e a postura política da negritude, no sentido de priorizar a valorização da personalidade e cultura específicas ao negro como caminho de combate ao racismo” (NASCIMENTO, 2010, p. 10).

De acordo com Abdias, O TEN propunha-se a combater o racismo, que em nenhuma outra perspectiva da vida brasileira revelava tão ostensivamente sua impostura como no teatro, no sistema educativo e na televisão. Esses eram os verdadeiros baluartes da discriminação racial à moda brasileira. Diante dessa situação, o TEN se organizava em várias frentes, tanto denunciando as formas de racismo como assegurando a resistência à “opressão cultural da brancura”.

Fiel à sua orientação pragmática e dinâmica, o TEN evitou sempre adquirir a forma anquilosada e imobilista de uma instituição acadêmica. A estabilidade burocrática não constituía o seu alvo. O TEN atuou sem descanso como um fermento provocativo, uma aventura da experimentação criativa, propondo caminhos inéditos ao futuro do negro, ao desenvolvimento da cultura brasileira. Para atingir esses objetivos, o TEN se desdobrava em várias frentes: tanto denunciava as formas de racismo sutis e ostensivas, como resistia à opressão cultural da brancura; procurou instalar mecanismos de apoio psicológico para que o negro pudesse dar um salto qualitativo para além do complexo de inferioridade a que o submetia o complexo de superioridade da sociedade que o condicionava. Foi assim que o TEN instaurou o processo de revisão de conceitos e atitudes visando à libertação espiritual e social da comunidade afro-brasileira. Processo que está na sua etapa inicial, convocando a conjugação do esforço coletivo da presente e das futuras gerações afro-brasileiras (NASCIMENTO, 2010, p. 14).

A proposta do TEN era a valorização social do negro por meio da cultura negra negada diante de uma sociedade dominante, carregada de uma bagagem de formação metropolitana

européia e de uma filosofia de conceitos “pseudocientíficos” de inferioridade da raça negra. O objetivo era trabalhar o Brasil por meio da arte, cultura e educação.

E como era o propósito, o TEN agiu criando e apresentando peças com artistas negros, sobre questões raciais com impactos bastante significativos, “a primeira vitória abriu passagem à responsabilidade do segundo lance: a criação de peças dramáticas brasileiras para o artista negro, ultrapassando o primarismo repetitivo do folclore, dos autos e folguedos remanescentes do período escravocrata” (NASCIMENTO, 2010, p. 03). O TEN aspirava uma literatura dramática enfocando os pontos mais intensos da vida afro-brasileira. No campo da educação agiu alfabetizando seus primeiros participantes, “recrutando operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional” (NASCIMENTO, 2010, p. 03).

As iniciativas de Abdias foram incrementadas durante as discussões da Assembleia Nacional Constituinte. Com a nova Carta, promulgada em outubro de 1988, a natureza pluri-cultural e multiétnica do país passou a ser contemplada pelo direito, tornando a prática de racismo um crime inafiançável e determinou-se pela primeira vez a demarcação das terras dos remanescentes de quilombos, antigas comunidades de escravos. Abdias foi um dos responsáveis pela instituição da Comissão do Centenário da Abolição em 1988 e por seu desdobramento na Fundação Cultural Palmares.

Em outubro de 1990 compôs como suplente de Darci Ribeiro a chapa lançada pelo PDT ao Senado. Em abril de 1991, foi escolhido por Leonel Brizola, que se reelegera governador do Rio de Janeiro em 1990, para ocupar a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras. Em final de agosto, Abdias substituiu Darci Ribeiro que se tornara secretário de Projetos Especiais do governo fluminense no Senado. Após a morte de Darci em fevereiro de 1997, voltou ao Senado em caráter definitivo, exercendo o mandato até janeiro de 1999, ao final da legislatura 1995-1999. Participou do governo de Anthony Garotinho (1999-2002) como secretário de Direitos Humanos e da Cidadania (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

Do ponto de vista da educação popular, o TEN precede organizações e movimentos mais famosos, como o MEB, o MCP e o CPC que assumem uma postura importantíssima no âmbito da militância por meio da arte e do campo cultural. Devido a suas radicais iniciativas, o TEN foi perseguido e executado pela ditadura, em 1968.

3.2.3 O Movimento Negro Unificado – MNU

Como sempre as manifestações negras foram reprimidas, e a partir dos anos 1960, com a repressão da ditadura militar brasileira, todas e quaisquer manifestações de cunho racial estavam inviabilizadas. Os militantes negros eram censurados e achacados de “impatrióticos” e imitadores dos ativistas americanos defensores dos seus direitos civis. Conquanto houvesse diversas iniciativas de agregação de pessoas no formato de movimento social de cunho racial que propusesse mudanças, mas ainda não tinha existido nenhum movimento nacional de repugnância às subordinações e desigualdades raciais (HANCHARD, 2001, p. 35).

Como proposta política, só ressurge o Movimento Negro em 7 de Julho de 1978 – data que depois fica conhecida como o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo - a partir de um ato público contra a discriminação sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê em São Paulo. Esse ato leva a várias ações que fazem surgir o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, como uma instância para se discutir assuntos sobre discriminação racial. Por meio da articulação do MNU nasce o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, no governo Franco Montoro, sendo considerado o primeiro órgão público direcionado a defender os movimentos sociais afro-brasileiros. Ainda nesse período houve indicação de negros para a “Comissão Arinos” que por meio dessa, criminalizou a discriminação racial na Constituição de 1988 e por meio da Lei Caó estabeleceu-se a tipificação do racismo como crime. A lei foi criada por um projeto de autoria do deputado Carlos Alberto de Oliveira, promulgada em 1989. (HANCHARD, 2001, p. 40).

Houve vários avanços nas lutas institucionais dos movimentos afro-brasileiros contra o racismo após a nova constituição, inclusive uma aceitação maior por parte da sociedade acerca dessa temática. Isso é notado também devido uma intensificação das lutas pela militância negra na política. As lutas negras sempre foram pautadas pelos próprios negros, embora tivesse apoio de partidos de esquerda, estes não foram os responsáveis pelos avanços das lutas antidiscriminação.

Segundo Fernandes:

Os negros e os mulatos tomaram a si - sem apoio externo — a tarefa de modificar essa situação. Os movimentos sociais no meio negro pretendiam esse objetivo ambicioso, contra todos e contra tudo. Na verdade, se alcançassem êxito, teriam limpad o a sociedade brasileira das sequelas do mundo colonial e da sociedade escravista. Através de uma revolução dentro da ordem, conquistariam o que lhes fora negado (FERNANDES, 1989, p. 66).

Para Fernandes esses movimentos embora não atingiram todo o meio negro, brutalizado e entorpecido demais para dar semelhante salto histórico coletivamente, mas construíram uma visão negra da sociedade contrapondo a ordem legal existente. A imprensa negra e várias organizações ou associações negras por suas vias intelectuais e por seus méritos, desmascararam as manifestações e denunciaram a realidade, o preconceito de cor e discriminação racial, desnudaram a hipocrisia das leis e da constituição pondo abaixo o mito da democracia racial. “Propuseram-se ser os campeões de sua defesa, porque aspiravam à condição de cidadão e lutavam por instituir a Segunda Abolição, a abolição erigida pelos negros e para os negros” (FERNANDES, 1989, p. 66).

De acordo com Florestan Fernandes “o principal feito do protesto negro configura-se na elaboração de uma contra ideologia racial”. Para ele, desde o 13 de maio às lutas posteriores, o negro não foi um expectador passivo dessa revolução social espontânea.

Quanto aos processos histórico-sociais de longa duração, coube ao negro protagonizar o primeiro movimento social contestador que põe em questão os fundamentos democráticos da ordem existente e propalada ausência do preconceito e da discriminação nas relações raciais. Esse movimento atinge seu clímax nas décadas de 30 e 40 e adquire tal vitalidade, que forja uma contra ideologia racial e vincula a supressão do “emparedamento do negro” à conquista de uma segunda abolição... Uma segunda vaga de ebulições conduz o negro ao protesto coletivo, em certos momentos da década de 60 e a partir do fim da década de 70. Então, o negro ativista chega à consciência de um racismo institucional e, aproveitando estratégias vinculadas à luta de classes, combate as mistificações da “democracia racial”, as versões da história oficial sobre a fraternidade das raças ou da democracia racial, correntes entre os brancos e ao mesmo tempo entre os negros. Apresenta-se, assim como o polo radical do que deve ser a democracia e uma sociedade civil aberta no Brasil. Ambas têm de ir além da pobreza, na negação e superação das iniquidades e das desigualdades raciais (FERNANDES, 1989, p. 32).

Fernandes afirma que o negro desmascara e, ao mesmo tempo em que emerge a sua denúncia e mostra sua ira, exige a segunda abolição. “O negro elabora uma radiografia racial da sociedade brasileira e é com base nos resultados dessa radiografia que se insurge contra o paternalismo, o clientelismo e a expectativa de conformismo dos brancos das classes dominantes” (FERNANDES, 1989, p. 32).

A escravidão não impediu que o seu agente de trabalho e a sua vítima construísse sua própria história, independentemente dos mitos consagrados pela “história oficial”. A liberdade

não é uma dádiva, mas uma conquista. Essa conquista pressupõe que os negros redefinem a história, para situá-la em seus marcos concretos e entrosá-la com seus anseios mais profundos de auto emancipação coletiva e de igualdade racial (FERNANDES, 1989, p. 34).

Ele deixa o seu recado também ao Partido dos Trabalhadores que enquanto partido das classes operárias e das massas populares, não podia estar ausente das comemorações do dia “Dia da Abolição”. E reforça que a data constitui uma ficção histórica. “Uma princesa assinou uma lei que extinguiu uma instituição que já estava morta. No entanto a historiografia oficial e as classes dominantes posteriormente transformaram essa data em um marco histórico e a converteram no símbolo de que, no Brasil, a escravidão se encerrara por iniciativa dos de cima a “modo pacífico” (FERNANDES, 1989, p. 55).

Para ele, o PT não podia engrossar a onda de consagração da ordem estabelecida. Pois há dois lados nessa comemoração “o da consagração do 13 de Maio como uma realização altruística da Casa Imperial e do elogio à conciliação. O do negro, agente desconhecido das ações decisivas e fulminantes na hora final, e do desmascaramento da história oficial” (FERNANDES, 1989, p. 63).

No Partido dos Trabalhadores, só foi criada a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT em 1995, como um espaço de discussão da luta racial. As centrais sindicais também começaram a aderir ao tema da questão racial. Movimentos como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) passaram a aderir a temática inclusive no seu V Congresso na década de 1990. A CGT (Central Geral dos Trabalhadores) organizou um Seminário Nacional de Sindicatas Antirracistas no Rio de Janeiro, que originou a Comissão Nacional de Desenvolvimento da Igualdade Racial. Depois foi estruturada uma Secretaria Nacional de Desenvolvimento da Igualdade Racial (HANCHARD, 2001, p. 35).

Embora com bastantes avanços, na prática ainda há um desfavorecimento do negro, como afirma Hanchard:

As condições de contestação da ordem dominante também sofreram mudanças significativas. O movimento negro pôde passar de uma atividade política indireta e amíuade clandestina para uma contestação e uma condenação francas dos legados de violência racial, discriminação e subjugação generalizada dos negros em todos os níveis da sociedade brasileira. Embora a filiação a partidos políticos tenha aumentado nos últimos dez anos, com a eleição de negros para cargos municipais e estatais, o número de negros no Congresso Nacional não se alterou significativamente desde o fim da ditadura militar (HANCHARD, 2001, p. 35).

Com as propostas e ações políticas do Movimento Negro Unificado, que discutia principalmente a ascensão do negro ocorreu uma mudança na maneira de enfrentar a discriminação racial e o racismo no Brasil.

O Movimento propiciou uma mudança na luta das organizações negras, direcionando o produto das salas de debates e conferência, atividades lúdicas e esportivas, para ações de confronto aos atos de racismo e discriminação racial, elaboração de panfletos e jornais, realização de atos públicos e criação de núcleos organizados em associações recreativas, de moradores, categorias de trabalhadores, nas universidades públicas e privadas. Com esse diferencial, o MNU foi, na década de oitenta, a organização que realizou as maiores e mais importantes manifestações contra o Apartheid na África do Sul, embora não recebesse apoio político ou financeiro da Organização das Nações Unidas – ONU (MACHADO, 2014, p. 04).

Todavia, os grupos, ao invés de construírem um movimento de oposição à ideologia dominante, criando assim suas bases político-culturais de combate não apenas ao racismo, mas também ao capitalismo, assumiam, quase sempre, a forma da polarização-oposição. Desse modo a extrema preocupação com normativas deixava abertura para manipulações pelo sistema vigente e suas instituições tais como os partidos políticos.

Podemos observar que a partir do ano de 1979 o Movimento tomou uma dimensão na perspectiva do poder negro, defendendo poder pelos negros a partir dos partidos. O Movimento Negro vislumbrava o cenário político brasileiro da conquista do poder pelo fato também dos negros comporem a base onde aconteceu a constituição inicial dos partidos. Porém as regulamentações, negociações e alianças do jogo político do poder disponibilizado pelos partidos para os negros, sem que houvesse articulação com a democratização de poder incluindo negros, provocaram divergências dentro do Movimento, impediu o desenvolvimento harmônico do trabalho, dividindo os núcleos do MNU. Porém o Movimento prossegue com a sua luta antirracista, ao longo da história, sempre enfrentando as batalhas, com diversas conquistas sócio-raciais.

A complexidade da tarefa do Movimento Negro Unificado continua extrapolando a dimensão que imaginamos, em razão de que sua luta é externa, contra um sistema baseado em desigualdades sociais e étnicas, mas também é interna, buscando estabelecer uma unidade independente, solidária e coesa frente à sociedade brasileira (MACHADO, 2014, p. 06).

O MNU investiu na guerra de posição, e um dos resultados que lograram foi a implosão do mito da democracia racial enquanto discurso que maquiava a realidade do país. O

MNU supera essa ideologia. Porém o Movimento segue numa luta de caráter mais urbano e não dialoga com o interior do país, notadamente percebemos também que o Movimento não acumulou acerca da questão agrária, não há uma articulação com a luta do negro no campo. Por outro lado, a luta pela reforma agrária não conseguiu ser tão unânime na aceitação do povo brasileiro em razão da eficácia de campanhas publicitárias.

Por meio da articulação nacional de diversos movimentos negros, deu-se a criação da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos) na intenção de representar os quilombolas do Brasil. A CONAQ foi criada no dia 12 de maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa/BA, após a realização da reunião de avaliação do I Encontro Nacional de Quilombos (20 de Novembro de 1995) e com a Marcha Zumbi dos Palmares: Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, ambos os eventos realizados em Brasília/DF, quando o Movimento Negro brasileiro encaminhou uma série de reivindicações ao Governo Federal. “Neste passo, várias políticas públicas voltadas à população negra começaram a ser implantadas, como a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de desenvolvimento de políticas para valorização deste segmento populacional” (COSTA, 2008, p. 02).

A CONAQ foi criada com a participação de representantes de diversas entidades negras, entre elas representantes dos quilombos de Frechal/MA, Campinho da Independência/RJ, Rio das Rãs, Lages dos Negros e Rio de Contas/BA, Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses (CEQ-MA), Conceição das Crioulas e Castainho/PE, Mimbó/PI, Mocambu/SE, Ivaporunduva/SP, Kalungas/GO e as entidades CCN/MA, SMDH, Furnas do Dioniso e Furnas da Boa Sorte/MS, Comissão Pastoral da Terra (CPT/BA), Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi (TEZ/MS), Grupo Cultural Niger Okám-Organização Negra da Bahia, dos Agentes Pastoral Negros (APN's/GO), Grupo Cultural Afro Coisa de Nego/PI, Movimento Negro Unificado-MNU dos Estados da BA, GO, PE, RJ e DF.

Ela está formada por representantes de comunidades quilombolas de 24 estados da federação, com apoio de entidades ligadas à questão do campo e de entidades do movimento negro que lutam em defesa dos territórios quilombolas.

Entre os seus diversos objetivos estão a luta contra o preconceito e racismo, a luta pela posse da terra em defesa do “espaço ancestral”, por políticas públicas que busquem respeitar e considerar a organização histórica das comunidades quilombolas, por projetos de desenvolvimento sustentável que busque a valorização dos recursos naturais e a harmonia com o meio ambiente. Portanto a CONAQ como movimento político organizado surge para reivindicar so-

luções a problemas nacionais, defender o direito do povo negro no meio rural e pra questionar as relações desiguais historicamente estabelecidas.

Nesses seus 20 anos de existência, o movimento tem realizado diversas reuniões de articulação e mobilização de quilombos em diversos estados junto a entidades quilombolas com a intenção de avaliar e planejar as ações desenvolvidas pela Comissão de Articulação de Quilombos e fazer cobranças aos órgãos federais (Gabinete da Casa Civil, Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, INCRA Nacional e Ministério da Justiça). Foi interposta (junho de 2000), ainda, uma ação judicial junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e representação na Procuradoria Geral da República (6ª Câmara-Brasília/DF), no que se refere à titulação das terras de 50 áreas e políticas públicas para as comunidades negras rurais quilombolas do Brasil (COSTA, 2008, p. 05).

Entre as conquistas está o decreto 4.887, assinado em 20 de novembro de 2003 pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, regulamentando os procedimentos técnicos e administrativos para a demarcação, o reconhecimento, delimitação e titulação dos territórios quilombolas, que trouxe elementos para o início do processo de regularização fundiária e a criação do Programa Brasil Quilombola, que destina recurso de vários órgãos do Governo Federal para o desenvolvimento econômico e social das comunidades quilombolas. Portanto a CONAQ se empenha na estratégia de defesa dos direitos quilombolas, assim como na sensibilização da opinião pública sobre as questões raciais.

A constituição da CONAQ lança o movimento quilombola no cenário nacional. A partir disso, o movimento quilombola torna-se reconhecido como um dos agentes mais ativos do movimento negro no Brasil contemporâneo e introduz um debate que busca fortalecer a perspectiva de que o Brasil possui em suas estruturas mais profundas uma grande pluralidade étnica (SOUZA, 2017, p. 15).

Podemos citar aqui tentando não cair numa “tendência sintomática”, mas como uma linha para nos ajudar nesse raciocínio, que durante os anos dos Governos do PT, ouve alguns avanços significativos em relação a programas raciais, isso por ter prosseguido as diversas lutas negras e também por haver integrantes de movimentos negros incluídos no governo. Os avanços estão desde os programas de educação voltados para a história e cultura afro-brasileira e Africana, promoção da igualdade racial, estatuto racial e ações afirmativas presentes nas cotas raciais. Porém embora sejam reparos importantes, é importante reafirmar que não são radicais ao ponto de resolver o problema do negro na sociedade de classes e

raças. Mas, são avanços significativos que, ao longo da história do país, jamais existiram.

4. O LUGAR DA QUESTÃO RACIAL NA ESTRATÉGIA POLÍTICA DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO MST

Nesse capítulo a nossa intenção é desenvolver um diálogo investigando de que maneira está inserida, na estratégia de luta do MST, a pauta sobre a questão racial, visto que “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização política formada pela superpopulação relativa constituída por trabalhadores proletários e trabalhadores proletários, em sua maioria, negros e negras” (SOUZA, 2009). Todavia os dados coletados na nossa pesquisa são referentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado da Bahia, portanto estaremos tratando do MST, mas especificamente no estado da Bahia.

O MST é considerado o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, também o maior da América Latina (GOHN, 1998). É um movimento social de esquerda em que a luta pela terra, a Reforma Agrária popular e o socialismo são os seus principais horizontes. “A reforma agrária é popular, porque abrange a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo o povo” (MST, 2014, p. 52).

De acordo ao programa agrário do MST, as práticas e a luta pela Reforma Agrária Popular têm uma vinculação direta com o legado do MST e com as lutas massivas camponesas do passado de modo que permite ao movimento “projetar as alianças de todo povo e as relações que queremos e necessitamos desenvolver com a terra, o território e a produção para construirmos uma sociedade justa, igualitária e fraterna para todos” (MST, 2014, p. 52). Para o MST, a Reforma Agrária Popular provem do enfretamento ao modelo do capital: o agronegócio, e buscam criar as condições de acumular forças para as mudanças estruturais de toda a sociedade.

4.1 A formação do MST

O MST foi oficialmente fundado no Brasil em 1984, e no ano de 1985 foi realizado o seu I Congresso Nacional em Curitiba, no estado do Paraná, aonde foi elaborado os seus princípios organizativos, seus principais objetivos e a decisão coletiva de expandir a luta do

Movimento para os diversos Estados do país. Segundo Mançano, “as referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul” (MANÇANO, 1998, p. 33).

Para a historiadora baiana e também militante do MST, Maria Rosa do Carmo Oliveira, o Movimento surge com referência às diversas lutas por terra, acontecidas no Brasil, encabeçadas por inúmeros movimentos com diversas denominações por volta da década de 1970. Portanto, o MST adquire em seu surgimento, um caráter de síntese do legado do passado, como forma de aprender com os avanços e limites de experiências anteriores. Estes movimentos eram organizados em parcerias com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), órgão ligado a Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, criados por volta do período do Regime Militar como espaços de conscientização aos trabalhadores do campo.

Com o objetivo de lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade, o MST tornou-se um movimento de caráter de massas e popular, pois consegue mobilizar e incorporar enorme contingente populacional excluído dos meios de produção; um caráter sindical, pois articula a luta pela terra a um conjunto de medidas econômicas e um caráter político por almejar a transformação da sociedade, ao incorporar na luta pela terra a luta de classes, potencializando sua base social através da prática da luta coletiva, de construção de identidade, de consciência política, de cidadania (OLIVEIRA, 2010, p. 03).

De acordo com Oliveira, o ponto de vista organizativo do MST estrutura-se através da realização de um Congresso Nacional, tem uma Coordenação e Direção Nacional, uma Coordenação e Direção Estadual, as Coordenações Regionais, as Brigadas e os Núcleos de Famílias, mais uma organização social através de Setores, como Frente de Massas, Produção, Formação, Educação, Saúde, Comunicação, Cultura, Juventude, Gênero, Direitos Humanos, além das Comissões de Secretarias, Finanças, Relações Públicas e Disciplina (OLIVEIRA, 2010, p. 03).

Na trajetória de luta do Movimento, desde o seu início, havia uma meta de atingir todo o território nacional. De acordo aos seus objetivos iniciais, onde estivesse trabalhador Sem Terra, o MST estaria para motivá-lo e organizá-lo coletivamente para lutar pela Reforma Agrária e ao longo das suas três décadas de existência, ele assumiu essa característica, se configurando historicamente como um movimento de abrangência nacional.

4.1.1 A formação do MST na Bahia

No estado da Bahia na década de 1980, o cenário de diversas lutas de posseiros, pequenos proprietários, e iniciativas de movimentos sociais com caráter de resistência popular, instigaram a vinda de militantes do MST do Sul do país no ano de 1986. Esses militantes estavam articulados com grupos de base da Igreja Católica (principalmente a Pastoral da Juventude) e com sindicatos rurais (STRs) na Região Extremo Sul. Assim foi realizada no Extremo-sul da Bahia, a primeira assembleia do Movimento onde foram definidos os três primeiros pontos de orientação para expandir a luta pelo Estado:

1. A Reforma Agrária se faz com mobilização e que a partir daquela data se trabalharia no sentido de ocupar as terras improdutivas ou devolutas da região; 2. Era necessário um plano conjunto com os sindicatos, MST e outros movimentos populares para que a luta pela Reforma Agrária realmente fosse alcançada; 3. Havia necessidade imediata de organizar as áreas de conflito em todo o estado (SOUZA, 2004, p. 66).

No ano de 1987, acontece a primeira ocupação de terra na Bahia, o Movimento se expande também para a região sul do Estado, posteriormente para a região do sudoeste, Chapada Diamantina e gradativamente foi para todas as regiões do estado, por meio de ocupação de latifúndios improdutivos e realização de mobilizações em defesa do povo do campo. Durante esse processo, o Movimento formou diversos militantes na Bahia, vários que já se encontravam em mobilizações de lutas pela terra e instigaram a vinda do MST. Posteriormente esses militantes, em sua maioria negra, lideraram o movimento e prosseguem formando militantes no Estado. Nesse ano de 2017, o MST completa 30 anos de caminhada.

Salientamos ainda que ao longo de sua história, o MST foi organizando várias formas de luta, como: a ocupação das terras improdutivas, acampamentos, marchas, jejuns e greves de fome, vigílias, manifestações e outras. Internamente foram constituindo comissões, núcleos de famílias, setores, coordenações e direções coletivas, espaços de construção coletiva de uma práxis política para a transformação social da realidade e a emancipação dos camponeses e das camponesas. Além, da produção cultural de seus símbolos e o resgate da memória de lutas anteriores (OLIVEIRA, 2010, p. 04).

Oliveira ressalva que o campo brasileiro é um espaço de intensos conflitos, “mantendo na ordem do dia a histórica luta pela terra no país, a luta pela Terra e Reforma Agrária,” onde de um lado existe as ocupações de terras enquanto forma e espaço de luta e resistência dos trabalhadores, e de outro a intensificação da concentração fundiária.

4.2 O MST na Bahia e a Questão Racial

No início do ano de 2017 participamos do primeiro evento anual do MST da Bahia, o seu 29º Encontro Estadual de 11 a 14 de janeiro. Evento que acontece todos os anos desde a sua formação no estado, com o objetivo de avaliar, planejar, estudar e construir coletivamente a luta em defesa da Reforma Agrária nos próximos períodos. Por meio de uma leitura visual e imagética do 29º Encontro Estadual do MST, aonde havia 1500 militantes das diversas regiões do estado da Bahia, podemos perceber que a maior quantidade de pessoas eram negras. Nesse encontro tivemos a oportunidade de conversar com as principais lideranças na Bahia e dialogar sobre o nosso tema de pesquisa. Entre as pautas discutidas no Encontro estavam: Análise de conjuntura política; A luta de classes e a luta pela Reforma Agrária; Balanço e desafios 30 Anos do MST; Planejamento 2017; Posse da Direção Estadual.

É fácil perceber por meio da observação aos participantes do Encontro Estadual do MST, que a grande maioria dos seus integrantes é negra, os militantes que estavam no evento são os representantes de todas as instâncias do Movimento no estado da Bahia, desde as coordenadoras e os coordenadores de assentamentos e acampamentos, dos setores aos dirigentes estaduais e nacionais. Mas é também curioso perceber que a temática racial não faz parte da pauta de debates do MST, bem como da sua estratégica de luta pela transformação social.

Por meio da observação de diversos eventos do MST, desde a Marcha de Feira a Salvador no ano de 2011, bem como as visitas nas tarefas da militância a vários assentamentos em diversas regiões da Bahia e por último no 29º Encontro Estadual do MST, é latente a presença majoritária da população negra. Nossa inquietação é consiste em entender porque na luta do MST pela Reforma Agrária não está imbuída a pauta pela superação do racismo, visto que essa população é a mais pobre do país. Então na Bahia, a classe trabalhadora é negra, consequentemente vítima do racismo e da desigualdade social e racial.

No encontro, um aspecto interessante me chamou muito atenção que foi uma pauta sobre sexualidade, questões LGBT e diversidade sexual. É interessante, pois um movimento social do campo já conseguiu perceber a dimensão da importância de superar a homofobia na luta pela Reforma Agrária. O debate sobre gênero e patriarcado também é sempre pauta e mesa de debate, isso é interessante, pois o Movimento vai além de discutir as questões ligadas à terra e discute dimensões do ser humano, com um olhar voltado também para os seus integrantes. Porém a nossa inquietação provem de uma percepção de que nos debates gerais

do Movimento, inclusive no debate de gênero e no debate sobre as questões LGBT, em sua maioria são pessoas negras que estão inseridas. Deste modo não há dúvidas que são também vítimas de racismo, porém, por que essas pessoas negras não inseriram também a temática racial como pauta e como estratégia de luta?

Com a constatação de que na Bahia o Sem Terra de hoje é o escravo de ontem, e com a hipótese de que o MST tem insuficiência em tratar a luta pela terra também como uma luta pela superação do racismo, bem como de questão racial como pauta de debate na luta pela reforma agrária, perguntamos a diversos militantes que estavam no encontro: “De que maneira o MST historicamente pensa a questão racial associado à luta pela Reforma Agrária, visto que a maioria das pessoas que compõe os seus assentamentos e acampamentos são negros e negras?”

De acordo com Elisabeth Rocha, militante negra da Direção Nacional do MST na Bahia, o Movimento em sua trajetória sempre se preocupou com o “debate central” da luta pela terra, Reforma Agrária e transformação social, e as temáticas consideradas mais específicas, vem trabalhando de forma setoriais. Mas ela reconhece que o Movimento ainda não se atentou para a questão racial:

Então o MST vem discutindo essa questão da diversidade sexual, do gênero, da mulher, da juventude, e o que está por trás disso mesmo é a questão do ser humano dentro do Movimento. Ai quando a gente se depara com o debate da questão racial, a gente não constituiu e olha que nosso movimento é formado exatamente por negros e negras, por pobres marginalizados, pelas pessoas que sempre tiveram a margem dessa sociedade desde a invasão desse país. Então é um debate necessário, é uma temática que a gente precisa dialogar não só na base, especialmente nas nossas instâncias de direção para construir uma posição política frente ao massacre e ao genocídio que a população tem hoje, não só no nosso país mas no mundo a questão da escravidão, do preconceito, do racismo que é uma questão que já está impregnada na sociedade (ROCHA, 2017).

Rocha afirma que o Movimento é formado justamente por pessoas negras e o tema racial precisa ser encarado pelo MST como estratégia de luta. Por meio da sua fala é possível perceber o reconhecimento da falha histórica do Movimento. Ela ressalta ainda, que atualmente o Brasil passa por diversas ondas de intolerância, há uma visão carregada de fascismo, xenofobia, intolerância religiosa e genocídio da juventude negra. Prossegue:

Então são aspectos que nós não damos conta na nossa trajetória ou damos conta de forma superficial por tratar sempre a questão macro da transformação da sociedade num processo revolucionário, num processo de transformação, mas a transformação só vai acontecer quando a sociedade mudar de fato a sua visão de mundo, e a visão

de mundo tem que partir dos movimentos sociais e o MST tem essa tarefa de construir uma posição de classe dentro da classe trabalhadora, com esses recortes. E esse recorte é essencial porque é o recorte da questão racial, então temos esse déficit dentro desse debate. A meu ver e nós aqui no estado da Bahia mais do que nunca tempos essa dificuldade, não nos aproximamos muito do debate, construímos o debate na relação da luta pela terra, mas na relação do debate contra o racismo, sobre a questão racial, a gente precisa desenvolver. Então acho bem interessante quando nós somos questionados sobre essa situação porque começamos a pensar naquilo que deixamos de discutir ao longo da nossa história (ROCHA, 2017).

Rocha em sua fala considera que o MST precisa reparar esse déficit do debate da questão racial na estratégia de luta, ela afirma que é importante o Movimento ser questionado sobre essa situação porque possibilita o olhar para “esses recortes pormenorizados” e de repensar a luta à partir do que ficou devendo ao longo da história.

Acho que não é questão de consciência, o fato de nós sermos negros e marginalizados dentro dessa sociedade, a gente leva como ponto central não a nossa identidade racial, o que a gente leva como ponto central é a questão do capitalismo e a questão da desigualdade social, sem se atentar pra esse recorte. Quem é a classe trabalhadora marginalizada sofrida somos nós os negros, então a gente não leva em consideração isso, talvez falta um aprofundamento, acho que não é falta de consciência racial. Não é falta de consciência da nossa posição de classe, nem de cor ou de raça (ROCHA, 2017).

Na nossa conversa com Elisabeth Rocha, por um lado ela assegura que na Bahia o MST não age inconscientemente, pois a maioria dos seus integrantes é negra e estão conscientes de que por isso são Sem Terra, e vítimas de uma situação de marginalização social. Mas por outro lado, declara também que o debate sobre a questão racial “de certa forma parece que não é relevante dentro do debate macro da desigualdade social” (ROCHA, 2017). E reitera que o MST precisa rever a sua posição, pois a discussão racial é essencial para saber qual a identidade do Sem Terra e qual o seu lugar na luta de classes.

Já na fala do militante Márcio Matos que foi dirigente nacional do MST nos anos de 2005 a 2015, “o nosso Movimento pela questão da sua origem ter sido nas articulações da igreja católica, no sul do País, só iniciou no Nordeste à partir da Bahia em 1987, eu acredito que hoje o MST principalmente aqui na Bahia tem mais clareza dessa questão” (MATOS, 2017). Ele menciona que pelo Movimento ter se originado nas articulações da igreja católica, no sul do país aonde esse debate não é tão presente como no nordeste, talvez isso também tenha contribuído historicamente pela ausência da temática racial na estratégia de luta.

Outro militante negro e um dos fundadores do MST, Eudes Queiroz, também

considera que entre outros fatores, o fato do Movimento ter começado a se organizar a partir da região sul do País, esse debate talvez não fizesse parte da urgência do MST de acordo com a realidade da maioria dos seus integrantes naquela região:

Eu acho assim, o Movimento surgiu no sul do país, o sul do país também teve muitos outros tipos de imigração, um tipo de imigração mais pacífica. No caso de nós, os negros, foi uma questão escravizada mesmo. No sul tem negros? Tem, mas foi mais pacífica do ponto de vista da migração. Houve migração da Europa, de diversos países europeus e se tornou uma turma branca, que a maioria não é negra, mas tem muito negro lá também. Mas eu acho que esse não é o cerne não, eu acho que a gente precisava provocar mais essa questão do debate. Você pega a Bahia, o Nordeste quase todo, que tem mais presença da questão negra, você pega São Paulo também tem presença negra, você pega outros estados aí, como o Espírito Santo e Minas Gerais que tem mais presença negra e a gente precisa fazer esse tipo de debate (QUEIROZ, 2017).

Para ele, mesmo estando no nordeste, a maior quantidade de negros e inclusive lutas negras, falta também esse debate. “Como, por exemplo, na Bahia, já haviam lutas independente da organização do MST e essas lutas obviamente nos trouxeram uma importância para o Movimento. Mas, o MST enquanto movimento social foi organizado no sul do país” (QUEIROZ, 2017). Eudes ressalva em sua fala que não só na Bahia e no nordeste, mas o MST nacionalmente precisa discutir a questão racial, pois em todos os Estados há pessoas negras. E todas as discriminações precisam ser discutidas, entendidas e combatidas na estratégia de luta do Movimento.

De acordo com Valmir Assunção, assim como as falas que o antecedem aqui, é importante compreender que quando o Movimento nasce nos anos 1980 no sul do país, “a pauta racial tinha pouco debate na sociedade e em se tratando do sul do país pior ainda, então acho que esse é um componente importante pra explicar o momento de hoje sobre a questão racial” (ASSUNÇÃO, 2017). Segundo ele, pelo Movimento ter nascido no sul, “a incorporação dos membros da direção nacional era boa parte branca, mas por outro lado é um preconceito velado que existe na cabeça de muitas lideranças até de esquerda com relação ao negro e com relação ao nordeste” (ASSUNÇÃO, 2017).

Segundo Florestan Fernandes, essa questão faz parte de algo mais amplo e profundo que um fermento social. Era uma incipiente ruptura racial. Segundo ele, inclusive os partidos de esquerda, viam o “problema negro” como uma questão exclusivamente de classe e, portanto, como um “problema social”. Mas é um problema social e racial:

Os anarquistas, os socialistas e os comunistas não podem compartilhar, apenas, de uma consciência crítica da situação do negro. Eles devem saber que o preconceito e a discriminação raciais estão presos a uma rede da exploração do homem pelo homem e que o bombardeio da identidade racial é o prelúdio ou o requisito da formação de uma população excedente destinada, em massa, ao trabalho sujo e mal pago, como sugerem várias investigações feitas nos Estados Unidos, na Inglaterra e na África do Sul. Nessa população recrutam-se os malditos da terra, os que são ultraspoliados e tem por função desvalorizar o trabalho assalariado, deprimir os preços do mercado de trabalho para elevar os lucros, quebrar a solidariedade operária e enfraquecer os rebanhos sociais. Por isso o 20 de Novembro é uma data que transcende à comunidade negra. Ela atinge todos os oprimidos e em particular os trabalhadores que possuem empregos, participam do movimento sindical e lutam organicamente pelo advento do socialismo (FERNANDES, 1989, p. 28).

Para Florestan, os demais trabalhadores jamais podem aceitar o rolo compressor que passa por cima da população negra e a esmaga. Segundo ele, “ao mesmo tempo, o negro deve ter a consciência de que sua emancipação coletiva põe o problema da democracia e de uma República democrática sem subterfúgios” a revolução dentro da ordem não é suficiente para eliminar as injustiças políticas, educacionais, econômicas, culturais, que afetam os estratos negros da população (FERNANDES, 1989, p.18).

Estudando diversos materiais, cartilhas e cadernos de formação do MST para entender sua visão acerca da questão racial, podemos citar aqui, por exemplo, o Programa Agrário que é um documento criado a cada cinco anos no Congresso Nacional do Movimento. No último Programa Agrário elaborado no ano de 2014 no 6^a Congresso Nacional do MST não encontramos elementos que apontem para a temática da questão racial como parte da estratégia da luta. Nesse programa podemos entender, por exemplo, que o projeto de Reforma Agrária Popular proposto pelo MST parte de uma concepção política centralizada na luta de classes, construindo uma proposta de produção agrícola que supere a exploração do trabalhador e que aglutine forças sociais por meio de uma articulação entre o campo e a cidade com o propósito de superação do capitalismo.

O nosso projeto se insere na luta da classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e desigualdades. O nosso horizonte é, pois, a superação do modo de produção capitalista. [...] Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas e quilombolas) tem sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto a agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direito ao capital. [...] A construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada por um amplo leque de forças populares representadas pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade (MST-PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p. 33-34).

A partir desse raciocínio e bem como do entendimento do Movimento, a luta é construída pelo acúmulo que vai sendo construído tanto com a reunião de experiências antecedidas (experiências agrícolas pré-capitalistas, como é o caso dos povos originários, quilombolas e comunidades extrativistas). Historicamente o MST vem construindo um acúmulo para um projeto popular para o Brasil, mas sem a necessidade incluir especificamente a temática racial. Entende-se que todas as temáticas estariam incluídas na luta de classes.

Nosso Programa não se destina apenas aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra ou aos povos que vivem no campo. A reforma agrária é Popular, porque abrange a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo o povo. (MST-PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p. 52)

O Programa Agrário foi construído a partir de discussões coletivas com integrantes do Movimento, com base em conhecimentos científicos e da prática do Movimento pelo país. É como uma síntese do pensamento do Movimento. Portanto notamos que no principal documento elaborado pela militância do MST não há menção referente à questão racial.

Valmir Assunção nos científica que foi o primeiro negro a fazer parte da direção nacional do MST, e que os movimentos sociais da época dos anos 80 tinham a compreensão de que toda superação da desigualdade e toda luta tinha que ser compreendida simplesmente com a luta de classe, e essa questão racial e étnica jamais entraria no debate:

O Movimento Sem Terra ao longo dos anos demorou muito tempo para compreender a importância de debater essa questão racial. Um dos exemplos é que o meu caso, nós temos uma foto que é nítida que é um jogo de futebol da direção nacional e só tem um negro da Direção Nacional nos anos 80 e foi justamente o período quando eu entro na direção nacional. Fui o primeiro negro a ir para a direção nacional do MST (MST-PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p. 52).

Fernandes afirma também que, inclusive nos próprios movimentos de esquerda, o preconceito está arraigado, “mesmo no seio da esquerda, a percepção da realidade dos negros demonstrou que o próprio companheiro branco nunca estava isento do preconceito e da discriminação ou que os partidos de esquerda avançaram sobre uma negação igualitária que estavam longe de praticar” (FERNANDES, 1986, p. 10).

Mas Valmir Assunção declara que naquela época inclusive ele próprio, não tinha muita consciência do debate racial e foi justamente por meio da atuação na direção nacional do MST, que teve a necessidade de morar em Salvador por conta das articulações políticas, e assim começou a ter a dimensão da importância do debate dentro das organizações sociais. “O MST até hoje não debate com prioridade essa questão racial, não é prioridade, mas lógico que em qualquer lugar que a gente chegue a maioria dos acampados ou dos assentados são negros, e falta justamente impulsionarmos cada vez mais esse debate” (FERNANDES, 1986, p. 10).

Segundo indagação de Florestan Fernandes:

O que deve fazer o intelectual negro? Possuir uma “consciência crítica” refinada e dolorosa e calar-se, para “não agravar os problemas”? Ou impor-se o dever de dar combate tenaz ao nosso modo de ser, ambíguo e covarde, de afirmar uma democracia racial que não existe, de tolerar o preconceito de não ter preconceito, de silenciar “para não piorar as coisas”? O intelectual “branco”, por sua vez, deve ficar surdo e mudo, submetendo-se a um código racial hipócrita e dilacerante? Vieira dizia que a omissão é o pior dos pecados. Todavia, possuir uma “consciência crítica” de uma dada realidade e ignorar que ela exige desdobramentos práticos para ser destruída é mais grave que omitir-se: pressupõe um compromisso tácito com os que querem que a realidade não se altere que ela se reproduza indefinidamente (FERNANDES, 1989 p. 50).

Segundo Fernandes, por isso, impõe-se ao negro a liberar-se de símbolos, avançar por seus próprios meios, e superar comportamentos e datas que o prendem ao “mundo que o português criou”. E ele põe o dedo na ferida indagando: qual o papel do intelectual negro consciente de que a questão racial não está superada mesmo nos movimentos de esquerda que luta para a transformação social? É perceber toda essa questão e calar-se para não agravar os problemas e piorar as coisas? É não tocar na pólvora ou é justamente acender o pavio para desmascarar tal situação e construir a luta a partir da verdadeira realidade e de um dado concreto?

O interessante, na Bahia, é que a maior quantidade de dirigentes é negra, desde os coordenadores nacionais, aos dirigentes de regionais, setores e brigadas. Inclusive todas as pessoas que entrevistamos se consideram negras – embora esse não tenha sido o critério para as entrevistas, os entrevistados foram selecionados de acordo as funções -, mas nem todos têm muitos elementos para discutir a temática. É possível perceber que aqueles que estão localizados mais próximos de Salvador, ou assumem tarefas que necessitam sempre estar em articulação em Salvador e com outros movimentos urbanos, dominam com maior propriedade a temática.

Assim como adverte Queiroz, 2017, “eu acho que a gente passa a discutir mais quando nós chegamos à cidade grande, em Salvador. Depois de muitos anos de Movimento organizado na cidade de Salvador, aonde tinha um debate mais focado da questão racial.” E segundo ele, por um lado, o MST tem dificuldade em articular teoricamente a luta agrária com a luta pela superação do racismo, mas por outro lado, os movimentos negros organizados em Salvador têm também muita dificuldade de ir para o interior do estado discutir a questão racial e assim o debate fica mais restrito na capital. Inclusive faz parte da nossa inquietação também, perceber que os Movimentos negros não associam a sua luta racial com a luta agrária, por serem movimentos de caráter urbano. Mas o que para nós é muito óbvio é que o interior do estado é bem mais povoado que a capital; por que esses movimentos não adquirem um caráter estadual, por exemplo? Mas isso é assunto para outro estudo, mais aprofundado.

Para Florestan Fernandes os ativistas negros não devem, portanto, esconder-se dentro dos “seus grupinhos”:

Eles precisam proclamar quais são os valores que contrapõe aos mitos raciais das classes dominantes e a qualidade igualitária e imperativa desses valores para todos os que vendem a força de trabalho como mercadoria. E precisam, acima de tudo, despertar a consciência do caráter supra-racial da solidariedade proletária, por que, no fundo, a superexploração do negro é a condição tanto de desvalorização do trabalho operário em geral quanto o fortalecimento do despotismo das classes burguesas (FERNANDES, 1986, p. 25).

Segundo ele, o 1º de Maio e o 20 de Novembro evocam os laços econômicos, morais e políticos que prendem os oprimidos entre si e subordinam todas as causas a uma mesma bandeira revolucionária. “Oprimidos do Brasil: uni-vos. Uma nova sociedade os espera, se vocês souberem construí-la!” (FERNANDES, 1986, p. 25).

Porém, como uma resposta a nossa pergunta, o militante Wesley Lima nos explica que:

A gente tem uma dificuldade de dialogar a identidade racial com essa identidade de classe, com a identidade Sem Terra. Inclusive nos Estados Unidos, as diversas experiências que a gente tem do próprio movimento de resistência, de luta, é difícil eles pautarem, por exemplo, um processo de transformação social, eles acabam pensando a ascensão do negro, mas no campo da conquista dos direitos mesmo, mas não pensam de uma maneira mais ampla, num processo de transformação (LIMA, 2017).

Podemos lembrar aqui, por exemplo, o Partido dos Panteras Negras (Black Panther

Party), originalmente denominado Partido Pantera Negra para Autodefesa (em inglês, Black Panther Party for Self-Defense). Foi uma organização política socialista revolucionária norte-americana defensora do nacionalismo negro que marcou a história por conta da sua radicalidade em defesa do negro permeando pelo campo da estética, política e autodefesa. (1966 à 1982). Os Panteras Negras defendiam tanto a reafirmação do negro enquanto um sujeito belo, quanto a ocupação dos espaços de poder e possuía uma polícia negra comunitária que defendia seus bairros contra a violência da polícia branca oficial. Diversos movimentos negros no Brasil, em Salvador por exemplo, se inspiram ideologicamente nos Panteras Negras como forma de organização e articulação para a luta pela reafirmação da sua negritude:

Ai você pode citar vários movimentos, tem a CONEN, tem o CEN, tem os companheiros do MNU, tem uma série de movimentos de combate a questão do racismo e, sobretudo a questão da intolerância religiosa e tem a ver também com esse processo de organização da luta do povo negro (QUEIROZ, 2015).

Segundo Queiroz, o MST compreende que as ocupações de terra são equiparadas a um quilombo de resistência:

Porque quando você ocupa o latifúndio, ocupa a terra e que em volta tem outros latifúndios, eles se organizam em grupo. Por exemplo, a UDR significa a União Democrática Ruralista, no início quando nós ocupávamos terra, a UDR se juntava aos fazendeiros para fazer a chamada reintegração de posse, em outros momentos a PM, e outros momentos eram através da pistolagem e o que é que nós fazíamos: resistência. Ou seja, nós escolhíamos os lugares de mais difícil acesso para acampar, que o transporte não chegasse com facilidade e que a gente pudesse ter visão de um todo. Da mesma forma como Zumbi dos Palmares e outros organizaram os quilombos, então eu vejo que essa é a coisa (QUEIROZ, 2015).

Para Eudes, os latifundiários estão organizados em sua classe social, mas a estratégia do MST é também semelhante aos quilombos, pois a estratégia de trabalho de base, organização e segurança, surgiu com inspiração nessa luta:

Agora lógico que nós precisamos debater melhor dentro do MST, essa questão racial. Mas, é um debate mais profundo, é um debate que a gente precisa compreender esse processo de luta, porque não é só simplesmente a questão da conquista da terra, mas a conquista de muitas coisas que acho fundamental, a questão da educação, do acesso à universidade, do conhecimento, do empoderamento. Nosso movimento teria que fazer esse debate e participar desse debate porque quando se fala em Reforma Agrária, se fala de agricultura, se fala de resistência, e se fala também dessa questão racial, do que aconteceu com os negros que vieram da África para chegar no Brasil como escravos e que foi feita a abolição da escravatura, mas se tornaram escravos de uma série de outras coisas que não tiveram espaço pra poder se desenvolver (QUEIROZ, 2017).

Mas Assunção ratifica que no último período, o MST conseguiu avançar um pouco sobre essa questão. “Mas faça uma análise se na direção nacional, a maioria é negra ou branca. Eu não tenho esses dados porque não sou mais da direção nacional, mas eu tenho quase certeza que é branca” (ASSUNÇÃO, 2017). Valmir considera importante o MST fazer um levantamento sobre a identidade racial dos dirigentes no MST nacionalmente para decifrar qual a porcentagem de negros. Nós também não encontramos nenhuma pesquisa, nem dados referentes a identidade racial dos integrantes do MST, embora em comparação com o tempo histórico citado por Valmir, percebemos visualmente, que já há uma maior quantidade de negros na direção nacional, mas o problema que nos inquieta principalmente é a falta da inserção do tema racial na pauta de luta, pois mesmo com uma maior inserção de negros na direção, ainda falta essa leitura.

Valmir afirma ainda que no Estado da Bahia, o MST surgiu a partir de uma articulação feita por lideranças brancas do sul do país, mas a partir da primeira ocupação, os militantes da Bahia na sua grande maioria negros assumiram as responsabilidades de dirigir o movimento. E atualmente a grande maioria dos integrantes da direção do MST da Bahia é negra. “Nas lutas dentro da ordem, a solidariedade não pode deixar frestas” (FERNANDES, 1989, p.69). Valmir prossegue: “e lhe digo isso porque desde a sua formação inicial, há 30 anos atrás, na Bahia, o MST foi formado com esse componente de negros que é a grande maioria no Estado e assumem a direção” (ASSUNÇÃO, 2017). Para ele, isso permitiu que hoje em todos os setores e seguimentos do Movimento tivesse a sua grande maioria negra.

De acordo com Fernandes:

O negro precisa organizar o seu protesto nessa escala, para combinar todo o potencial racial do protesto negro ao conteúdo de classe que ele precisa adquirir para que se torne revolucionário numa amplitude universal, irmanando e unindo todos os que são vitimados pela hegemonia de privilégios arcaicos ou modernos, de origem colonial ou recente. A Segunda Abolição, ao contrário do que imaginavam os líderes dos movimentos negros do passado, é exigida por uma enorme massa de pessoas, que foram excluídas da condição humana e mantidas fora dela, acima dos ditames da consciência responsável e da razão. Uma imensa parte da “população negra” também está imersa nos números que abrangem a pobreza absoluta no país. Todavia, essa é uma variável concomitante e o negro deve estar preparado para a tarefa política de catalisar a revolução democrática acima de todas as contingências, não só para que a democracia racial se converta em realidade, mas, ainda, para que a democracia seja a expressão da força revolucionária de todos os deserdados da terra. Ainda assim, o negro deve ser forte para não ceder o que lhe é particularmente essencial. Não pode aceitar que o esmagamento cultural, produzido pela escravidão,

se mantenha ou que o seu talento só possa vicejar de acordo com os padrões construídos e impostos pelo “mundo dos brancos” (FERNANDES, 1989, p. 48).

Segundo ele, uma sociedade multirracial democrática exige que todos os estoques raciais contribuam para os dinamismos histórico-culturais comuns. E para isso é necessário formular valores e atividades que valorizem o conhecimento ancestral e também especificamente o negro no plano intelectual. De acordo ao seu pensamento, o negro por fazer parte das classes trabalhadoras e despossuídas, pode viver simultaneamente os dois papéis e dar eficácia a estes. Não deve se isolar somente na bandeira racial e nem somente na bandeira da luta de classes, mas levantar as bandeiras que são essenciais. Mas é preciso que exponha na luta os seus problemas, pois os negros são afetados pelas desigualdades de classe, mas também de raça e no âmbito das desigualdades existem os mais desiguais. São estruturais as desigualdades raciais, pois os problemas dos negros são maiores que os dos brancos (FERNANDES, 1989, p. 73).

O militante Marcio Matos afirma também que, mesmo na Bahia onde há maioria de militantes negros, falta compreensão de que a questão agrária está interligada com a questão racial:

Eu acho que esse é um desafio, essa questão do debate da questão racial. O nosso Movimento, inclusive o povo negro do MST que é a nossa base social, sua imensa maioria, não conseguiu ainda compreender que lutar pela terra é também lutar para combater o racismo. Acho que nós precisamos fazer com que as pessoas tenham a consciência da história e da trajetória, que possam ter essa compreensão de que são lutas que não se separam. Lutar pela terra e lutar para combater a desigualdade racial, pra superar o racismo e a discriminação racial que é presente em nosso país (MATOS, 2017).

Para Matos, a base que integra o MST em sua maioria é negra e ainda não entendeu que a luta pela terra precisa andar junto com a luta pela superação do racismo. Mas nas suas falas deixa a entender que se a base não dialoga e não compreende tais fatores, é também porque não existem nas atividades de formação do MST, substâncias para a conscientização racial. Na luta do MST pela igualdade, existe o termo social, mas já que muitos de seus integrantes são negros, falta incluir o termo racial. Mas ele reafirma que há necessidade desse diálogo para o avanço da luta da classe trabalhadora:

Primeiro que a luta pela terra, está originalmente ligada com a questão do racismo pela trajetória e pela forma que nosso país foi colonizado. Inicialmente com a

escravização dos índios pelos portugueses, em seguida os nossos ancestrais negros que foram trazidos da África para servir de mão de obra para a coroa portuguesa no Brasil. E desde a colonização até as capitânicas hereditárias, as sesmarias, a questão da terra, a concentração da propriedade de terra e dos negros que foram escravizados no BRASIL, sem dúvida nenhuma isso tem em seu nascedouro uma relação umbilical com a luta pela terra, porque a luta pela terra surge desde aquele momento (MATOS, 2017).

Segundo Matos, o povo Sem Terra principalmente na Bahia é o povo negro que foi escravizado e as suas gerações não tiveram oportunidade de reparação por meio de políticas sócio raciais do Estado. Ele certifica que no Brasil, o racismo é muito forte em todas as instituições do Estado e fundamentalmente em relação à questão da propriedade da terra. Para Matos, a Reforma Agrária também é uma forma de inclusão racial porque a maioria das pessoas que vivem nos acampamentos e assentamentos é de origem africana. Sendo assim, a Reforma Agrária é também um reparo histórico ao povo afro-brasileiro que com a abolição da escravidão ficou fora do processo produtivo. Portanto, o MST é o continuador da luta que começou com os índios desde a invasão por Portugal:

O MST vem agora nesse período histórico como continuador da luta pela terra, mas, a luta pela terra existe desde quando os portugueses colocaram o pé aqui para colonizar o nosso país e desde a luta do povo negro contra a escravidão. Como Palmares, por exemplo, há diversos quilombos e comunidades quilombolas que até hoje ainda resistem em todo o Estado e até agora ainda lutam pela demarcação de seus territórios (MATOS, 2017).

Nesse diálogo, Matos nos lembra a luta atual dos quilombos e a morosidade do governo estadual na demarcação das comunidades quilombolas reconhecidas pelo próprio Estado. Segundo ele até o próprio Estado reconhece que existe a dívida histórica da sociedade brasileira com a questão racial e mesmo assim “não há ações concretas do ponto de vista de fazer a verdadeira reparação ao povo negro que é garantir também o acesso à terra, garantindo assim fundamentalmente o seu território” (MATOS, 2017).

A partir dessa fala, bem como na fala dos outros militantes que entrevistamos, é possível perceber o entendimento e toda a interligação do problema. O que não existe é a pauta racial na estratégia de luta, na tarefa da formação, na mesa de debate do dia a dia. Por conseguinte, o assunto surgirá em momentos específicos, porém não é parte da estratégia. Consequentemente os sujeitos que integram o movimento também não priorizarão essa temática, tampouco conseguirão fazer essa interligação. Entretanto, assim como Elisabeth, Matos afirma que existe no MST uma compreensão política, mas há uma deficiência no

acúmulo teórico, e isso é necessário para servir como instrumento de estudo que contribuirá na formação política da militância:

Nós temos a compreensão política, mas temos de fato essa deficiência do acúmulo teórico que eu acho que é fundamental inclusive esse instrumento da dissertação de mestrado que você vai escrever e discorrer sobre esse tema, vai ser sem dúvida nenhuma um instrumento para que a gente possa ter mais um instrumento, de estudo, de formação política, de compreensão do nosso Movimento (MATOS, 2017).

Ele retifica, ainda, a importância do MST na Bahia ter uma companheira militante (Fábia Reis) como Secretária de Estado, ocupando a cadeira da Secretária da Promoção da Igualdade Racial “sem dúvida nenhuma também é uma coisa fundamental e importante.”.

Dialogando novamente com o mestre Fernandes ele nos afirma que:

O político não se concretiza apenas no plano das formas do poder e do uso do poder. O próprio poder é parte da civilização e não se deve ignorar que a atividade criadora do homem se configura primariamente nesse nível, no atual se decide se o homem está condenado a ser instrumento e vítima de outros homens ou tem a possibilidade de liberar-se de toda a sujeição (FERNANDES, 1989, p.49).

Para ele, o próprio negro como um contingente humano da sociedade brasileira se pretende que a revolução democrática atinja a sociedade por um todo superando o padrão da civilização vigente, precisa ser protagonista da tarefa de pensar sua relação com o mundo cultural em que estamos incluídos em todas as direções e em todos os sentidos.

Em conversas com Vera Lúcia Barbosa (Lucinha), militante do MST, que foi dirigente nacional pela Bahia no período de 2005 a 2015 e por indicação do MST foi também Secretária da Mulher no governo de Jacques Wagner, posteriormente Secretária da Promoção da Igualdade Racial no governo Rui Costa. Lucinha atualmente segue na militância do Movimento, assentada da Reforma Agrária e para ela, a temática racial já é exercida na prática pelo Movimento, pois a luta pela Reforma Agrária na Bahia é feita pelos negros. “Quando você olha a paisagem dos assentamentos e dos acampamentos, são os negros, na verdade tem regiões nossas que não tem diferença dos quilombos” (BARBOSA, 2017). Porém reitera que o que falta é um avanço na estruturação da temática racial de modo que essa temática esteja inserida em torno dos eventos. Segundo ela, essa é a diferença dos quilombos para os assentamentos do MST:

Você vai visitar os quilombos, é um espaço onde as pessoas se organizam e se definem como negros e negras, se organizam com tal, o que a gente ainda não conseguiu foi chegar nesse estágio. Não tem tanta diferença visual, agora a gente não avançou ainda na estruturação na temática, em está inserindo essa temática racial em torno dos eventos. Acho que a gente tem avançado muito na prática, a gente acaba fazendo a luta racial na prática, na medida aonde a gente faz um acampamento, um assentamento, na cidade onde aquelas pessoas se surgem como sujeitos e começam a se ver como ser humano naquela cidade e vão para feira com produtos da Reforma Agrária. Então você resgata a autoestima da pessoa como pessoa enquanto trabalhador rural negro e negra porque eles se impõe. Mas a gente ainda precisa organizar o debate da temática. Se a gente organizar ideologicamente pra fazer esse debate, coisa que os movimentos urbanos já avançaram muito mais, o movimento negro tem uma militância muito importante, diversas lideranças importantes que eles se impõem, tem a autoestima bastante elevada e organiza o debate, faz o debate ideologicamente coisa que a gente precisa avançar (BARBOSA, 2017).

Segundo Barbosa, em todos os outros estados principalmente no nordeste, o MST faz a luta racial de modo inconsciente. “Inconscientemente a gente faz essa luta, esse resgate da nossa raça, do gostar de ser negro, do gostar de ser trabalhador e trabalhadora rural. No nordeste agente tem muito isso e no sudeste também aonde tem mais povo negro mulheres e homens negros” (BARBOSA, 2017).

Questionando essa afirmação, compreendemos que, a pessoa negra que vai à luta em conquista do pedaço de chão pode ser consciente de que a ausência desse direito tem a ver com a escravidão, mas ela pode não encontrar no Movimento, um discurso de politização sobre a questão de classe e raça vinculada à questão agrária. Dialogando com Fernandes, ele diz que “o sofrimento vivido pelo negro é bastante profundo para que ele tenha uma verdadeira consciência revolucionária e libertária dessa situação” (FERNANDES, 1986, p. 46). Por outro lado entendemos que a inserção da temática racial precisa também ir além de pauta nos grandes eventos, tem que estar presente constantemente a todo instante na dinâmica da luta.

Novamente Florestan nos diz que “mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a sua luta por liberdade e igualdade possui uma significação socialista. Daí ser ele uma vanguarda natural entre os oprimidos, os humildes, os explorados, enfim, o elemento de ponta daqueles que lutam por ‘um Brasil melhor’ ou por ‘uma sociedade justa’” (FERNANDES, 1986, p. 47).

Por outro lado nos perguntamos se o MST com a presença de alguns militantes

ocupando cargos políticos importantes voltados para a questão racial, de que modo foi feita alguma política radical de reparo aos problemas dos assentados em relação à questão racial. É óbvio que tais militantes contribuíram significativamente inclusive adquirindo uma consciência racial, como já foi aqui citado, mas a nossa indagação é se foi pensado algo que contribuísse para a conscientização racial de seus membros nos assentamentos. Mas por enquanto entendemos que o MST ainda não encarou como política radical a necessidade do diálogo concreto sobre a questão racial.

Barbosa afirma que, o MST tem avançado em diversos temas, um dos primeiros foi a relação de gênero, em que “as mulheres trazem o debate, constroem as orientações, disciplinas e normas, porque as mulheres discutem internamente... O segundo passo foi inserir a temática LGBT que tem sido muito forte...” (BARBOSA, 2017). E para ela, “o terceiro passo agora é introduzir a temática racial de fato, pra que a gente adquira e reafirme essa consciência do ser negro” (BARBOSA, 2017). Conforme Barbosa, na medida em que se trabalha essa consciência, permite o resgate da autoestima e o indivíduo vai se impondo como tal, e vai também construindo uma nova lógica dentro da organização:

Mas acho que a gente tem tudo pra avançar, tem algumas iniciativas importantes, o fato da gente ter assumido secretarias de governo, como a secretaria da mulher e agora a secretaria da promoção da igualdade racial. Mesmo sem um grande debate interno no MST, debate na boca de poucos ainda, então o fato da gente ter assumido a pauta racial mesmo sem muito acúmulo interno do debate, a gente faz a luta no dia a dia. Mas eu acho que já é um sinal importantíssimo que damos para fora e a gente precisa também dar esse sinal pra dentro do MST (BARBOSA, 2017).

Florestan Fernandes nos sugere igualmente que “o negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido maior” (FERNANDES, 1989, p. 18).

E Barbosa enfatiza também que o fato do MST ter o deputado Valmir Assunção que é negro, isso contribui para o avanço acerca da temática racial no MST. “Ele tem um grande referencial de liderança, de militância, em defesa da Reforma Agrária e também assumiu principalmente num mandato de deputado estadual e federal a temática racial” (BARBOSA, 2017). Ela assevera que Valmir Assunção sempre aborda a questão racial “e isso também ajuda e reforça essa questão no interior do MST” (BARBOSA, 2017). E o Movimento gradativamente vem adquirindo um entendimento embora fragmentado. Ela também ratifica

que é necessária uma organização interna da temática e da inserção na pauta de luta. “Então, acho que é só uma questão de organização da temática e organização interna das nossas pautas para que a gente construa coisas novas nessa direção” (BARBOSA, 2017).

Para Valmir Assunção, a sua atuação como deputado, sem dúvida influenciou também na sua formação racial por ter feito articulação com movimentos negros de Salvador, mas isso influenciou também na formação de alguns militantes do MST que embora não tenha inserido ainda a temática na estratégia de luta, mas na caminhada da luta, de alguma maneira o tema racial está presente:

Eu acho que a minha atuação enquanto parlamentar, deputado federal ou estadual como já fui, lógico que isso contribuiu na relação com o movimento negro de Salvador e da Bahia e isso tem influência direta na minha formação política e de muita gente do Movimento Sem Terra. É importante ressaltar porque eu fui um dos deputados mais votados de Salvador e lógico isso conta com uma boa parte das organizações do movimento negro em Salvador. Mas eu acho que a Lucinha na sua militância do Movimento e quando ela assume a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do governo do Estado, ela também contribui nesse aspecto. Quando Fábria Reis assume também a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, isso ajuda nessa relação e nessa influência da questão racial no MST da Bahia. Então não é simplesmente a minha presença no parlamento que definiu ou que influenciou (ASSUNÇÃO, 2017).

Assunção considera que a atuação de diversos militantes por meio da institucionalidade, na academia e na articulação com outras organizações sociais, tem permitido a troca de influências e de relações que possibilitam na Bahia o MST ter uma aproximação e atuação com o Movimento Negro. E isso tem permitido ao mesmo tempo o Movimento ir adquirindo “uma consciência de que é preciso cada vez mais o MST atuar nessa questão racial” (ASSUNÇÃO, 2017). Mas ele reitera que uma coisa é a relação política e outra coisa é uma organização assumir com prioridades determinadas bandeiras:

São coisas totalmente diferentes, na relação política a construção política que a gente faz o corte racial é fundamental e importante, mas quando se trata da organização colocar como prioridade esse debate, aí o Movimento Nacional não dar prioridade. Dar prioridade significa quando você tem uma mesa para debater entre um branco e um negro. Pra debater tem que colocar o negro para debater. Porque que não pode botar um negro pra debater? É porque os negros não tem capacidade? Lógico que tem capacidade. Para coordenar as mesas porque só pode ser branco e não pode ser negro? Porque para dirigir não pode ter paridade nessa questão racial? Onde está o problema com relação a isso para dirigir a nossa organização, os nossos seguimentos? Porque na luta cotidiana é a negrada que está? Porque não se faz um debate das consequências de nós termos uma abolição da escravidão a cerca de 130 anos atrás, e que até hoje as pessoas continuam Sem Terra? É porque nasceram Sem Terra ou porque eram negros? É porque eram negros (ASSUNÇÃO, 2017).

Podemos de fato perceber que o toque na questão racial é mais frequente nos eventos do MST, depois dessa aproximação com os diversos movimentos negros, bem como pela inserção de negros do MST, na assunção de Secretaria de Estado voltada para essa questão. Mas a articulação da questão racial com a questão agrária e a criação de projetos voltados para a formação política da própria base do MST para a questão racial ainda é inexistente.

Florestan Fernandes na época em que escreveu “O Significado do Protesto Negro”, final da década de 1980, justamente na época em que nasce o MST, nos traz a reflexão de que os movimentos negros criticavam os grupos de esquerda justificando que esses grupos não aceitavam as bandeiras das minorias raciais ou sexuais. No caso do MST, atualmente, as bandeiras sexuais já fazem parte da estratégia (embora isso tenha tardado muito), mas em relação à questão racial ainda há uma dívida. Porém, Florestan nos indagava “onde você viu um partido socialista, um partido comunista funcionando abertamente, rejeitando pessoas que queiram se inscrever?”. De fato, movimentos sociais como o MST, nunca tiveram critérios de seleção dos seus participantes mediante a cor da pele ou classificação racial, mas Valmir indica que no surgimento do MST, na direção nacional do Movimento só havia pessoas brancas e ele era o único negro que passava a fazer parte. Embora isso tenha mudando no decorrer do tempo, nos perguntamos como poderia ser essa regra para que na direção houvesse “paridade na questão racial”? Seria necessário estabelecer uma porcentagem, assim como se fez com a questão de gênero? Pois as mulheres conseguiram conscientizar os membros do Movimento que na direção do MST era necessário que houvesse uma porcentagem de 50% feminina. Mas a questão de gênero está muito mais avançada que o debate racial, embora isso não signifique que foi superado o machismo e sexismo no Movimento, mas existe também a luta instituída para combatê-los.

Com a explicação de Fernandes concordamos em parte que “os movimentos socialistas, comunistas, anarquistas, no Brasil de hoje, dificilmente seriam insensíveis aos problemas raciais como o foram no passado. Porque, no passado, havia aquela ideia de que, resolvidos os problemas sociais, estariam resolvidos os problemas raciais” (FERNANDES, 1989, p. 88). Mas é importante reafirmar que 30 anos depois do “Significado do Protesto Negro” bem como 30 anos depois do surgimento do MST ainda não está resolvido esse problema racial, embora na direção do Movimento tenha mais negros do que em seu início e esses negros participam de mesas e estejam visíveis nos eventos, há muita coisa a ser

superada sobre a questão racial no MST, inclusive, é uma realidade que ainda há militantes que pensam que “resolvidos os problemas sociais, estariam resolvidos os problemas raciais.”.

A partir do último depoimento de Assunção que trouxemos aqui, podemos perceber que no plano concreto a divisão racial está colocada, porém ainda falta concretude na tarefa de conscientização racial dos integrantes. Notamos que no MST não há uma linha ou método definido para tratar da temática racial. Nas falas dos militantes entrevistados, embora alguns dominem um pouco mais da temática, se contradizem bastante em suas falas com a utilização de termos carentes de uma postura racialmente radical. Na própria fala de Valmir, a tendência em tratar o problema racial surge como uma necessidade de representação apenas em mesas de debate por classificação racial. Embora isso seja fundamentalmente importante, é oportuno também questionar que o problema racial não se resolve apenas quando se iguala a porcentagem de pessoas na direção de acordo a classificação racial. Inclusive atualmente - embora não temos registro de números em relação à quantidade de pessoas negras na direção nacional, - podemos identificar diversos dirigentes negros nessa instância. Ainda assim não identificamos a temática racial como estratégia de luta do Movimento. Então podemos identificar que a presença branca não é mais hegemônica como há trinta anos atrás, à vista disso, temos o avanço da inserção do negro, mas o problema racial não foi ainda resolvido de maneira estrutural pois quando falamos de um movimento social de trabalhadores Sem Terra, estamos, versando sobre o poder de uma maioria pobre, cujo processo de tomada de consciência passa inevitavelmente pela questão racial como um dos pavios que tem que acender para a luta emancipadora se radicalizar. E de fato isso ainda não existe.

Fernandes declara que o intelectual negro precisaria dar uma verdadeira função ao sentimento, e as ideias de modo que nada limite a explosão de sua criatividade. “Para superar-se, o intelectual negro precisa superar, ao mesmo tempo, a sua falsa identidade: ele precisa deixar de ser “negro” e de ser “brasileiro” no sentido convencional das elites intelectuais, que fixam todos os padrões (de gosto, de consumo, de produção e avaliação etc.)” (FERNANDES, 1989, p. 49).

Segundo ele, o intelectual negro precisa descobrir por uma impulsão interior que só quando renega o estilhaçamento mental e a acomodação intelectual é que poderá ser negro brasileiro e fecundo (FERNANDES, 1989, p. 49). Ele afirma que é necessário vencer as limitações intelectuais do “mundo dos brancos”, que acorrentou em armadilhas o talento e a imaginação do negro sem que deixasse saídas para que esses não ousem negar e transcender

os padrões intelectuais vigentes. “Se a medida de “todas as coisas” sair de dentro do protesto negro e do calibre criador do intelectual negro estará ocorrendo, automaticamente, um desmoronamento do mundo dos brancos, que será sintomático de um novo começo e de uma nova época cultural na história do homem e das civilizações no Brasil” (FERNANDES, 1989, p. 50).

Fernandes afirma que:

“Os negros são testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável. O mesmo ocorre com o indígena, com os párias da terra e com os trabalhadores semilivres superexplorados das cidades. Por que o negro? Porque ele sofreu todas as humilhações e frustrações da escravidão, de uma abolição feita como uma revolução do branco para o branco e dos ressentimentos que teve de acumular, vegetando das cidades e tentando ser gente, isto é cidadão comum” (FERNANDES, 1989, p. 02).

Assunção repete que esse debate sobre a questão racial não existe no MST:

Parece que nós nascemos Sem Terra, vivemos num lugar Sem Terra, não temos relação com a terra, muitas vezes parece que a gente só tem relação e vivemos Sem Terra, à partir de quando a gente entra no Movimento. Os nossos descendentes viveram, lutaram, trabalharam sendo escravizados e mesmo com a abolição, não tiveram direito à terra (ASSUNÇÃO, 2017).

Ele considera que esses trabalhadores continuaram escravizados até hoje e afirma que não é à toa que sempre o Ministério Público do Trabalho (MPT), está em determinadas fazendas do agronegócio libertando os trabalhadores que estão em regime de escravidão, em pleno século XXI. “Então porque isso? Porque tem uma cultura na cabeça de muitos fazendeiros e da elite dominante que tem que manter a escravidão e não criamos uma consciência na população negra que nós não podemos ser escravos de forma nenhuma.” (Idem). Compreendemos que isso tem a ver com a questão do poder da maioria pobre, cujo processo de tomada de consciência passa inevitavelmente pela questão racial como um dos pavios que tem que ascender para a luta emancipadora se radicalizar.

Para Valmir é importante o militante do MST tratar da temática racial e fazendo uma alusão à literatura, ele sugere que a militância do MST precisa se assemelhar ao Kunta Kinte, personagem central do romance "Raízes: A Saga de uma Família Americana" escrita pelo autor norte-americano [Alex Haley](#):

Nós precisamos ser Kunta Kinte da vida, que lutou pela liberdade e com o sonho dele, sempre trabalhando para fugir da escravidão, ensinou seus filhos ser libertos, e

perpassou anos de suas gerações escravas. Mas cada um de seus filhos, de seus netos, seus bisnetos, sonhava com a liberdade. É isso que nós temos que aprender, que nós temos que sonhar com a liberdade, acreditar na liberdade independentemente da situação que nós vemos hoje (ASSUNÇÃO, 2017).

Valmir adverte que é necessário elementos que proporcionem motivação para isso, pois o Movimento também tem essa dívida na formação política de seus integrantes e portanto na luta social, que embora seja uma luta racial por seus integrantes ser negros, não há um olhar do movimento para isso. “Tem que ter algo que nos motive, que nos empurre para a frente, isso só é possível se tivermos consciência política, se tivermos consciência de quem nós somos, de onde nós viemos que muitas vezes sobre essa questão racial, o movimento não nos ensina e é preciso colocar como prioridade” (ASSUNÇÃO, 2017).

Na sua atuação como deputado estadual, o primeiro projeto de apresentado na câmara foi o estatuto de promoção da igualdade racial e prossegue defendendo o Sem Terra e o Negro na Câmara:

Se tem uma coisa que me orgulho que é quando fui deputado estadual, o primeiro projeto de lei que apresentei foi o estatuto de promoção da igualdade racial que foi aprovado no governador Jacques Vagner, e esse estatuto foi criado para reparar e criar oportunidade pra centenas e milhares de negros que nós temos no estado e isso permitiu criar um fundo pra poder ter recurso, pra poder a negrada estar no orçamento pra permitir fazer políticas públicas pra população negra no estado da Bahia e recentemente apresentei um projeto na câmara federal para o 20 de Novembro ser um feriado nacional, mesmo sabendo que tem muita gente do movimento negro que acha que não deve ser criado pra homenagear os nossos lutadores do povo negro (ASSUNÇÃO, 2017).

Entre os projetos de leis e ementas criados por Valmir, vários são em defesa da Reforma Agrária, do trabalhador do campo e no âmbito da questão racial, estão o Estatuto da Igualdade Racial, diversos projetos e emendas em defesa dos direitos indígenas e quilombolas, como a demarcação de terras por exemplo.

Para Valmir, o MST é um movimento forte respeitado, trabalha a questão de gênero, recentemente surgiu o debate LGBT, mas a questão racial ainda não é prioridade. “Acredito que é preciso no movimento, nós os negros cada vez mais nos organizar internamente dentro do MST para prevalecer o debate da questão racial. Não é que o MST é racista, não é nada disso.” Ele considera importante a iniciativa de diversos militantes que vem instigando incorporação desse debate no Movimento “mesmo não sendo prioridade” e nos parabeniza

pela iniciativa de “fazer uma dissertação de mestrado pra identificar, estudar essa realidade.” E como diversos militantes do MST na Bahia, ele afirma a nossa necessidade de enfrentamento a uma raiva e um ódio que a classe trabalhadora está enfrentando atualmente:

Nós estamos vendo em toda sociedade muitas vezes em diversos segmentos a raiva e o preconceito contra negros e negras, isso agente ver nas redes sociais e em todos lugares, no campo de futebol por que isso? Porque tem uma política repressora que ganha espaço cada vez mais em nossa sociedade e nós do Movimento temos que nos atentar pra isso. Nós vivemos num momento onde determinados seguimentos da sociedade que reproduz uma raiva e um ódio. E mesmo eles sendo minoria nós temos que enfrentar, nós não podemos conceder e de forma nenhuma aceitar que um movimento da importância que tem o MST não incorpora essa discursão como prioridade. Isso nós temos que compreender. No meu caso sou do Movimento e em torno de 30 anos de militância nesse movimento me orgulho de ser do MST, de ser negro, e tenho consciência disso, inclusive da discriminação que existe na sociedade. Sei das barreiras que a gente enfrenta, sei no congresso nacional como agente é tratado, muitas vezes o negro fica invisível, mesmo ele estando presente, as pessoas não enxergam. Mas os movimentos sociais, igualmente o nosso Movimento Sem Terra, tem que ter essa pauta como prioridade pra libertar a maioria da população negra (ASSUNÇÃO, 2017).

Um dos nossos questionamentos é o fato do MST ter pautado a temática LGBT como ponto de pauta no Encontro Estadual. Em nossa inquietação são negros discutindo a questão LGBT, bem como na questão de gênero que são mulheres negras discutindo a questão de gênero, mas não tratam da questão Racial.

Para Rocha:

Eu acho que nós precisamos rever a nossa posição porque compreendo cada vez mais quando a gente vai discutir intolerância, até quando a gente vai discutir a questão da diversidade sexual (LGBT), quando vai discutir gênero, a gente não leva em consideração a questão racial, mas de fato é um foco, é um recorte e é o essencial saber qual é o nosso lugar e quem somos nós dentro dessa luta de classe (ROCHA, 2017).

Eudes também adverte que até pouco tempo no Movimento não se discutia a questão LGBT por exemplo. Afirma que a questão da homofobia também é uma questão de discriminação “e que a gente acabou de compreender essa questão da existência dessas pessoas que são seres humanos como todos e que não podemos ter discriminação em nenhum tipo de hipótese, porque na questão sexual, as pessoas tem que ter liberdade de decidir”. Ele considera que o MST avançou acerca da questão LGBT, mas ressalta no debate sobre a questão racial, o Movimento ainda não tem acúmulo político para discutir. Porém, enfatiza que a participação de Valmir Assunção, outro militante negro - um dos fundadores do MST na

Bahia e eleito como deputado estadual e federal pelo MST - tem ajudado a avançar nesse debate racial por ele ter assumido na sua trajetória política essa temática. “Valmir consegue se sobressair porque se torna deputado federal, tem feito um debate aqui em Salvador sobre essa questão racial juntamente com os movimentos negros e por isso a gente está começando fazer esse debate aqui na Bahia” (ROCHA, 2017). Mas assegura que o MST precisa assumir o debate e a temática racial como ponto de pauta:

Acho que isso tem que entrar para dentro do Movimento, está lá como ponto de pauta e levar essa discussão pra todo o debate. Tem que ter não só aqui no nordeste, nem na Bahia que tem essa presença mais negra, mas em todo o Brasil porque em todo canto tem negro. Então nós precisamos defender a nossa turma e fazer esse debate mais aprofundado para a gente inclusive não ter espaço para discriminação em nenhum tipo de coisa. Não só da questão da cor, mas da questão da religião, mas também da questão do assédio e outras coisas que acabam sendo colocadas de uma forma ou de outra nos espaços e debates e discussões (ROCHA, 2017).

Na nossa conversa entrevistamos Wesley Lima, membro do coletivo LGBT e do coletivo de juventude e comunicação do MST. Ele acredita que a postura que alguns militantes estão adquirindo ultimamente de reafirmação de uma identidade negra por meio da estética tem aberto caminhos para discutir a questão. “Ver um negro com seu cabelo Black, isso traz uma referência histórica importante pra pensar que esse sujeito tem um lugar, uma cor, possui uma raça, isso não tem que estar dissociado do nosso projeto político” (LIMA, 2017). Ele ratifica que a estética não é central, mas é uma base que dialoga diretamente com os estigmas, que estão colocadas em torno dos sujeitos negros.

Para ele, quando o militante se apropria de uma estética, assume, por exemplo, um cabelo crespo, esses elementos começam a parecer de maneira mais forte e possibilitam abertura para um debate mais amplo. “Quando um sujeito diz que o cabelo do outro companheiro é ruim, como é que a gente começa fazer o debate a partir disso? Pelo menos culturalmente na minha infância, minha avó dizia que você precisa casar com uma branca para poder clarear a família” (LIMA, 2017). E afirma que o Movimento pecou historicamente, por não compreender que pensar Reforma Agrária Popular passa também por pensar os sujeitos que constroem a sua luta. “Pensar a Reforma Agrária popular hoje consiste principalmente em pensar os sujeitos que compõem o seu processo de luta. A gente vem passando por um período histórico que demorou muito para algumas pautas aparecerem de maneira mais clara dentro da nossa Organização” (LIMA, 2017). Ele assegura que o debate da Reforma Agrária ainda estava fechado na sua perspectiva clássica, como foi forjado no seu

início tendo como centralidade a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária visualizando a questão das políticas públicas e a luta pela transformação social ainda num campo muito utópico. Mas afirma que o MST não analisava elementos estruturais que são instrumentos de exploração e dominação do capital e “que perpassa pela própria lógica patriarcal que é machista, que é heterossexista, que passa pela própria lógica racista de desumanização dos sujeitos que constroem o processo de luta, de criminalização da classe trabalhadora” (LIMA). E ratifica que são elementos que possuem uma interligação com a questão racial e que o Movimento demorou “a colocar isso, a visualizar isso de maneira bem clara”:

Acho que a minha fala, parte muito de onde eu piso, desse lugar em que eu me encontro, e essa minha resposta acho que vem desse sujeito, desse processo de construção de alguém que é negro, que é LGBT, que minimamente vem pautando questões dentro da organicidade do nosso Movimento, que ainda não estão colocadas como prioridade, que ainda não estão colocadas na centralidade das discussões. Mas isso dialoga diretamente, acredito que com o ideal político que se forja o MST e principalmente além do ideal político isso dialoga também com esses sujeitos que constroem esse processo de luta (LIMA, 2017).

Segundo Lima, a partir do último Congresso Nacional em 2014, o Movimento começou a ter avanços em algumas pautas, como a pauta das mulheres “é importante agente salientar que foi apenas no último Congresso Nacional que a gente conseguiu realizar a nossa primeira mesa de mulheres dentro do nosso Movimento, precisou durar quase 30 anos”. Nesse congresso também começou aparecer as pautas da diversidade sexual: “a gente começou a formular a questão e hoje temos um coletivo”, porém afirma que a questão racial não apareceu como pauta. Mas interpreta que na pauta do internacionalismo ficou evidente a necessidade de dialogar sobre a questão racial, visto que o Movimento começa a fazer relações com países africanos, com outras realidades e com a presença de outros movimentos que trazem essas demandas na centralidade de suas lutas.

Ele menciona que no vídeo construído pelo coletivo de comunicação no Congresso, aparece apenas um negro. E questiona “Como assim Brasil? Um congresso com 15 mil pessoas só tem um negro que fala, ainda do Rio Grande do Sul. Então eu me questiono sobre este lugar e acho que provocar o debate é essencial”. Segundo ele, parece que o MST não se deparou com a energia da pluralidade cultural que fazia parte do evento.

Não sei contabilizar porque só um negro apareceu no vídeo do Congresso Nacional, isso é um debate que a gente precisa fazer pra dentro. A gente tem uma equipe de comunicação no Movimento que foram esses sujeitos que produziram esse processo

à partir da própria da linha política, se foi proposital ou não eu acho que não foi proposital, porque de certa forma diretamente ou indiretamente, eu também ajudei a construir o vídeo porque eu também faço parte desse coletivo de comunicação. Mas ao mesmo tempo, a gente sente essa falta, como é que a gente faz com que essa figura do sujeito negro seja representativa para o processo de construção da nossa luta. Se é uma figura que não aparece a gente tem que questionar porque isso não aparece... É erro na tática? Talvez não seja erro na tática, mas talvez seja um erro de pensar exatamente mais de perto a base que compõe a nossa organicidade do nosso Movimento. Isso tem a ver com as próprias pautas que são colocadas no nosso dia a dia (LIMA, 2017).

Podemos perceber uma coisa em comum nas falas de todos os militantes entrevistados que é o reconhecimento que o Movimento tem uma dívida em relação à temática racial, porém é muito importante também perceber a abertura para o estudo da questão e a compreensão de que está mais que na hora de construir uma pauta com essa temática e assumir como estratégica para avançar na luta. Nessa fala de Wesley, assim como as que o antecedem, fica bem óbvio isso: “eu acho que aqui na Bahia, a gente tem uma tarefa muito grande, não de protagonizar esse debate, mas talvez de ser um dos estados que impulse essa temática pra dentro da nossa organicidade, do nosso Movimento”. Ele ratifica que existem poucos trabalhos, tanto no campo de formulação, tanto no campo prático, mas sobre a luta trazendo essa questão racial. “Aqui em Salvador, por exemplo, agente foi convidado várias vezes pra participar de marchas contra o genocídio da juventude negra, mas a gente não consegue acumular acerca, nunca está como uma prioridade” (LIMA, 2017).

A militante do setor de educação Adenilza Monteiro considera que o MST inicialmente na sua centralidade não teve o propósito do debate sobre a questão racial “eu não estou dizendo aqui que o MST foi racista em seu nascimento e desconsiderou essa questão, desconfio que ele não colocou isso em sua centralidade”. Mas ela destaca que não é possível julgar isso como certo ou errado, pois, “uma vez que a gente foi pelo viés de fazer uma luta por uma questão concreta, que é a desapropriação, a desconcentração da terra que é um fazer bem pontual” (MONTEIRO, 2017). E reforça, “a leitura que tenho é que isso não veio, não foi posto, eu diria que hoje é possível que essa questão racial venha se evidenciando, se desvelando no processo” (MONTEIRO, 2017). Sua fala está ligada ao pensamento de Florestan Fernandes quando se refere aos movimentos de esquerda e a insuficiência em tratar a questão racial. Segundo ele “seria preciso dar tempo ao tempo e moldar uma personalidade democrática, que não poderia nascer pronta e acabada em um átimo” (FERNANDES, 1986, p. 06).

Para Monteiro, o MST veio construindo ao longo de três décadas de luta e de afirmação de uma outra sociedade, de um outro homem de uma outra mulher que vem no bojo dessa questão, mas ela não vem de forma elaborada, assim como a questão de gênero que veio se construindo no decorrer da luta:

Mas também o MST não nasce de forma elaborada, a luta do MST, nunca veio de forma elaborada, ela veio se elaborando, se construindo no seu fazer. Eu acredito que hoje como o MST é uma organização que dialoga com outras questões, com outros parceiros e com outras lutas, com outras dimensões e não poderia ser diferente, então não tem como avançar sem dialogar com outras questões. Se for considerar 30 anos atrás, eu diria que o MST hoje está sendo levado para pensar a questão racial. Não tem mais como não pensar, mas também isso não está, digamos estipulado em tal medida como por um exemplo pra fazer um paralelo à questão de gênero. Ela não foi posta inicialmente no Movimento, me lembro de que na década de 90, o MST pensou em construir um grupo de mulheres e que não avançou, porque a discussão era de mulheres. Só depois então com o andar do movimento surge essa questão de gênero e hoje se discute essa questão, tem o setor (MONTEIRO, 2017).

Monteiro afirma que o MST está sendo levado a discutir a questão racial, e acredita que vai chegar o momento em que essa questão racial vai se colocar “de forma mais robusta como ao longo do tempo vem se colocando a questão de gênero”. Mas ela também acredita que existem diversas outras questões na sociedade brasileira “na condição continental que é o país do ponto de vista geográfico geopolítico social” que ainda estão veladas. E para ela, no Movimento não seria diferente, assim como é na sociedade brasileira, a questão racial é camuflada e “é preciso aprofundar para conseguir desvelar” (MONTEIRO, 2017). E prossegue:

Não é que eu seja racista porque eu queira ser racista, mas se eu quiser ser honesta comigo, eu sou racista porque uma vez que eu desconsidere uma série de questões que implica nisso e que eu repito ações, atitudes que foram historicamente implantadas na sociedade, que são racistas. Então de uma maneira consciente eu não sou racista porque eu não pratico ato de racismo, porque eu queira praticar, mas inconscientemente eu estou sendo porque eu sou fruto da sociedade. Parece um negócio complexo, mas é bem isso, complexo mesmo. Mas se eu sou uma pessoa que estudo, uma pessoa politizada, - estou falando eu, o conjunto do Movimento - uma vez que vou me politizando, vou percebendo questões que vão me levando a perceber que o racismo ainda é muito presente e que nós não somos uma organização que temos essa consciência, que existe um racismo e desconstruir isso numa perspectiva de pôr abaixo, por terra essa questão racial... Eu ainda que seja negra, tenha essa descendência afro, em particular nunca me voltei pra essa especificidade, pra essa discussão, pra esse debate. Busco entender, mas não sou estudiosa da coisa, também nunca parei pra pensar por esse olhar, nunca olhei pra o MST com o olhar da discussão racial (MONTEIRO, 2017).

Para ela, o MST como fruto de uma sociedade racista, inconscientemente reproduz o

racismo ao ignorar a questão racial, mas por outro lado há uma consciência de que existe o racismo. Portanto no seu ponto de vista, está mais que na hora de trazer o debate para a pauta de luta. “Pra mim, isso ainda não está dado no Movimento, nós não estamos resolvendo isso, assim como na sociedade não tem isso resolvido, a sociedade brasileira oxalá estivesse, que a gente teria em que se espelhar.” E reitera:

Mas acredito que assim como o Movimento se desafia a uma série de outras questões, eu também não tenho dúvida que ele há de estar se desafiando e há de se desafiar para encarar essa questão, porque não tem como o Movimento contribuir com essa transformação social sem passar, sem que seja visceral também essa questão racial, assim como é a questão de gênero, assim como é a questão da propriedade (MONTEIRO, 2017).

Monteiro ainda nos lembra de que a questão de gênero foi se evidenciando no Movimento quando as mulheres começaram a discutir a necessidade de sua participação nas atividades e decisões, mas tinham que cuidar das crianças. As mulheres passaram a levar as crianças para grandes espaços coletivos, “começou se resolver isso discutindo a ciranda e discutindo a ciranda, começou se discutir a educação infantil” (MONTEIRO, 2017). Para ela, não foi algo elaborado, mas porque genuinamente o MST veio percebendo e construindo coletivamente, embora a questão do machismo não tenha sido abolida, mas houve um recuo ao longo dos 30 anos. Segundo ela isso aconteceu justamente porque a questão deixou de ser só das mulheres e passou a ser pauta de luta. “Como ontem, eu vi aqui a discussão LGBT, então eu vejo assim, que o mesmo aspecto é a questão racial, não é que alguém vai dizer: agora está na hora de discutir a questão racial.” Para ela, as questões vão se discorrendo a partir do momento “que elas passam a ser latentes” e vão se evidenciando para o conjunto do Movimento e “mais cedo ou mais tarde, elas tem que encontrar saídas” (MONTEIRO, 2017).

Mas, ainda não está compreendido para essas pessoas... Tem 14 anos que estou em Salvador, mas quando cheguei, todos os Movimentos de negros que tem aqui me perguntavam: vamos para o movimento negro! Vocês não discutem! Para nós não estava dada, pra mim inclusive, porque eu estava focada numa questão muito específica que era a luta pela terra, dos fazeres que me remetesse à luta pela terra, o MST me remetia esses outros fazeres. Não estou dizendo que isso é indispensável, estou dizendo que as coisas vão ganhando maturidade, por isso que eu estou falando, chega um momento que não tem como não discutir, não tem como não encarar (MONTEIRO, 2017).

Ela relembra como foi construída a discussão da questão das cotas para negros e reitera que “essa discussão não vai se constituir e se consolidar porque tem que ser por

decreto, não vai ser por definição assim, a não ser que já venha se construindo um lastro, e que chega um tempo que isso vai se concatenando, oxalá fosse diferente, mas não sei também se fosse diferente se ganharia consistência” (MONTEIRO, 2017).

Monteiro justifica essa ausência da consciência negra na luta pela Reforma Agrária, na herança histórica da cultura branca que nos foi implantada no Brasil. “Porque somos todos herdeiros dessa cultura branca, se tem 500 anos, mas 500 anos sendo embranquecida nossa cultura, nosso pensar, como é que a gente vai em 30 anos pensar diferente?”. E prossegue reforçando que temos que fazer esse “esforço hercúleo” para superar essa cultura secular. “Eu não sou estudiosa da causa, mas arriscaria dizer que essa questão racial também é uma questão não só de posição, mas que vai se construindo uma cultura disso, do não preto, do não negro, da inferioridade.” Ela afirma que historicamente utilizamos termos que “foram forjados na nossa mente de negro para a gente pensar como branco, a gente sabe que na história da humanidade, na nossa história brasileira, foi uma cultura de branqueamento”. Portanto isso está arraigado em nós “então é preciso que o Movimento nos ajuda a pensar várias dimensões da pessoa humana, e é nesse movimento de pensar essas várias dimensões que a gente há de chegar a se enxergar como negros e aí isso vai nos remeter a eliminar esse branqueamento que foi feito, pois nós somos fruto disso”. Para Monteiro, nós somos herdeiros de uma escola que nos fez pensar como brancos e de um processo midiático que vai nos embranquecendo, “e até que somos sacolejadas, então nos damos conta que nos sujeitamos a esse branqueamento não nos enxergamos como negro. Para além da cor, da pele, estamos falando de uma cultura de uma questão de identidade” (MONTEIRO, 2017).

É importante ressaltar aqui, que os nossos dados foram adquiridos por meio de entrevistas feitas com as principais lideranças do MST, que compõem o corpo da direção estadual há bastante tempo e têm a compreensão histórica de como ocorreu a formação histórica do Movimento no estado.

A partir da nossa pesquisa por meio das entrevistas realizadas, fica entendido que o MST na Bahia também não discute a questão racial, por meio da nossa intervenção os entrevistados sentiram-se desafiados tanto a responder as questões colocadas quanto a pressentir a obrigação de buscar saídas para pensar um novo projeto de sociedade a partir da estratégia da questão racial. O que ficou entendido é que ao longo da história, essa questão vem se evidenciando e que está posta à mesa a urgência do debate. Na nossa última entrevista transcrita aqui, Lima retifica que para avançar no debate precisa formular teoricamente e pra

isso é necessário a criação de um coletivo ou uma frente que acumule o que já foi construído pelo movimento negro e pense na luta pela da Reforma Agrária, associada à luta pela superação do racismo, para assim fazer a luta da classe trabalhadora permitindo abertura para um debate mais amplo.

Assim por meio da na nossa investigação, identificamos que o MST, do ponto de vista institucional, não trabalha politicamente com a categoria raça, muito menos, tem uma plataforma política definida de enfrentamento ao racismo.

Fernandes nos diz que:

Marx e Engels afirmaram que a emancipação coletiva dos trabalhadores deve ser realizada pelos próprios trabalhadores. Essa afirmação também é verdadeira com referência aos negros. Cabe-lhes conquistar a sua auto-emancipação coletiva, liberando-se de uma situação desumana, ultrajante e insustentável, que nos prende ao passado e a padrões de dominação racial obsoleto (FERNANDES, 1989, p. 24).

Portanto podemos afirmar que, “Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo.” Pois a raça não pode ser entendida como um dinamismo secundário, “a raça se configura como pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe. É a raça que definirá o padrão de democracia, em extensão e profundidade, que corresponderá às exigências da situação brasileira” (FERNANDES, 1989, p. 35).

De acordo com Fernandes, no Brasil não se pode proclamar simplesmente: “proletários de todo o mundo, uni-vos”. Pois segundo ele:

A nossa bandeira não arca com as contingências do eurocentrismo, inerente ao capital industrial emergente. Ela se confronta com o sistema de poder mundial do capitalismo financeiro e oligopolista (ou monopolista). E nos dita: “proletários de todas as raças do mundo, uni- vos”. A consequência é a mesma. Eliminar a classe como meio de exploração do trabalhador e de preservação das desigualdades e das iniquidades, que ela determina inclusive as raciais (FERNANDES, 1989, p.12).

Portanto para forjar a sociedade dos trabalhadores e não a dos capitalistas, é necessária a união dos trabalhadores brancos e negros “proletários negros e brancos, uni-vos”. E isso não é simples, pois “o negro deve emancipar-se coletivamente em termos de sua condição racial e

como força de trabalho”, e negros e brancos precisam ter consciência racial e se libertar do pensamento racista que os persegue (FERNANDES, 1989, p. 35).

A partir da nossa análise ao problema traçado no nosso estudo e do nosso diálogo com a filosofia de Florestan, o Brasil precisa tornar-se socialista para que aconteça de fato a verdadeira democracia e se nivele o talento de maneira igualitária sem concentração racial de renda, cultura e poder, pois o talento negro é o mais devastado e destruído e é preciso combater pois “é necessário criar compensações que abram caminhos para destruir essa desigualdade medonha e que desfalca o Brasil daquilo que ele possui de mais valioso, que é o talento criativo e inventivo do ser humano” (FERNANDES, 1989, p. 88).

4.2.1. Uma aproximação pelo campo da música: A música de Ojeferson apontando caminhos para debater a articulação entre classe e raça no Brasil.

É bastante curioso perceber que apesar de não estar formulado o debate sobre a questão racial e esse não fazer parte da estratégia de luta do Movimento, a questão racial aparece por meio da música nos encontros, nas ocupações e nos momentos de confraternização. Um exemplo nítido do que estamos falando é a produção musical do militante do MST da Bahia Ojeferson Santos. Pela análise musical percebemos que o estilo adotado por Ojeferson traz em si elementos da cultura afro-brasileira, isso já exige que toque na questão racial, mas muito, além disso, ele consegue mobilizar uma experiência histórica na letra da música, buscando idealizar uma dimensão de totalidade que embora não resolva a questão – pois a arte jamais resolveria o que não está resolvido na vida social -, mas permite que a temática esteja presente. Outra questão é possível perceber que na arte encontra-se uma maior abertura para abordar assuntos que na estratégia de luta não estão estabelecidos. Pela arte promovem-se caminhos para o que parece não ter “lugar” na vida social.

O experimento musical do militante baiano Ojeferson Santos é uma experiência bastante positiva da música no MST, pois utiliza o fator racial como linha para discutir as questões sociopolíticas tornando óbvia a segregação racial como geradora dos problemas sociais. Em suas canções ele denuncia a violência que estrutura a sociedade brasileira e o racismo passado e presente.

De jovem humilde da periferia de Salvador a dirigente estadual do MST, Ojeferson, um ativista negro, assumiu, desde a criação do Movimento na Bahia, a tarefa de militante-

artista e (talvez) a sua canção teve força justamente por possuir termos diretamente ligados às linhas políticas do Movimento e intercalar funções de animação, agitação e formação política¹. As canções foram reunidas em um único CD “Ojeferson”, lançado em 2001 e relançado em 2007 para comemoração de 20 anos do MST na Bahia. Em 2005, ele faleceu vítima de doença cardiovascular e o seu trabalho artístico ficou marcado como uma das principais experiências musicais do MST na Bahia e que permanece ainda utilizado como ferramenta de luta nas ações políticas do Movimento.

Ele mobiliza como fator predominante em sua obra a temática racial. Uma canção que traz isso de forma evidente é “Zumbi”:

: /Ô ô ô Zumbi
 Palmares não Acabou
 E seus descendentes ainda estão aqui/
 Os negros eram escravos, mas fizeram abolição
 Lhes deram liberdade, mas terra não deram não
 E voltaram de novo, todos eles a sofrer
 Trabalhando em engenhos pra de fome não morrer
 O tempo foi passando quero falar pra vocês
 Misturaram os negros com os índios e portugueses
 Mesmo com a mistura ainda predomina a guerra
 Vejo gente sofrendo e morrendo pela terra

O assunto abordado pelo trecho acima torna evidente a história do Brasil, onde desde o início da colonização aconteceu um encarceramento do índio e do negro, justificado pela sede do capital. O que Ojeferson propõe na canção Zumbi é justamente essa viagem no tempo, do navio negreiro, aos engenhos, Palmares, Ligas Camponesas, Canudos e conclui a canção convocando numa perspectiva dialética, ele diz que ainda precisamos lutar por nossa libertação, porque saímos da senzala para sermos escravos do capital. Contudo, seu trabalho artístico assume um caráter de denúncia, registro e de estratégia de mobilização; “a luta não para”. É o ponto de vista de um negro, pobre, militante de um movimento social, que assume o compromisso de além de militar no campo da prática, do trabalho de base ao trabalho no

1 “Em geral, nos movimentos sociais a música costumava cumprir, entre outros, o papel de *animadora* de militantes, passatempo entre discussões sérias, entretenimento para relaxar os ânimos... Efetivamente, essa função tem seus efeitos práticos importantes de coesão em torno das situações apresentadas... Outra função assumida pela música nos movimentos é a de *agitadora*. Ela está presente em ocupações, nas frentes de massa, nas marchas, nas manifestações em geral... Outra função é a da música como *formação*. Ela foi uma função menos desenvolvida, possivelmente porque as condições pediam mais animação e agitação. Por isso, a música como forma de conhecimento, que exige tanta atenção quanto ler um texto denso, acabou sendo pouco desdobrada... A música tem um caráter formativo amplo, também no campo pedagógico. As experiências com oficinas de música também são apontamentos nesta direção e podem muito bem ir além do que já foi feito.” (BASTOS, 2011.p.09).

campo artístico.

A música produzida por Ojeferson é voltada para quem se identifica com a luta por uma sociedade justa e humana, vem como um grito de denúncia, crítica e repúdio à violência contra a classe trabalhadora, ele canta para quem está na luta e para quem se simpatiza. Denunciando a violência e chamando vozes para a luta ele compõe “Tiro de fuzil”:

Ouçõ um tiro de fuzil, escuto um gemido de dor
 E fico daqui pensando, será dessa vez quem pagou?
 Será que foram os Sem Terra, que querem plantar nesse chão?
 Será que foram os meninos, que vivem mendigando o pão?
 Será que foram meus amigos, ou será que foram meus irmãos?
 E agente acaba pagando, por toda essa repressão
 /:Liberdade, violência não.
 Vamos acabar com a repressão:/"

Se “racismo e capitalismo, são faces da mesma moeda”, capitalismo e violência também são faces da mesma moeda, porque a violência que estrutura a sociedade brasileira tem vínculo com a violência do processo colonial. Porém, quem paga a conta da violência criada pelo Estado, adotada pela burguesia e assegurada pelo governo, é a classe trabalhadora, “os meninos que vivem mendigando o pão”, “os sem-terra, que querem plantar nesse chão” e os amigos e irmãos de classe.

Se analisarmos a questão da forma musical utilizada nas canções de Ojeferson que é a relação forma e conteúdo podemos dizer que pelo seu estilo musical, meio samba-reggae, meio afoxé, ao ouvir é possível dançar, ou pelo conteúdo é possível também parar e pensar, ou pensar se movendo “Um africano cantava trabalhando, estudando, festejando, guerreando, em qualquer ocasião. Se pensarmos bem, veremos que traços dessa cultura permanecem conosco até hoje (nos aboios dos boiadeiros, nas canções das lavadeiras...)” (PIMENTEL, Livro Vermelho, p. 23).

O samba-reggae que é o estilo percussivo de origem Afro adotado pelo Ojeferson, é um ritmo bastante cadenciado, talvez festivo e pode ser utilizados em canções até mesmo sem o emprego de notas e acordes. A melodia vem pela entoação da voz de quem canta, isso é característica de canção de origem africanas que no Brasil são utilizadas com caráter de denúncia, embora com a apropriação pela indústria cultural os músicos comerciais também usam com intenções mercantis. Porém os artistas progressistas tentam utilizar a canção a

serviço da classe trabalhadora.

Embora a forma utilizada por Ojeferson possa também ser utilizada por outros músicos comerciais como entretenimento, a profundidade e extensão com que ele trata os temas não é confortável para quem quer ouvir qualquer canção apenas para fruir. Entretanto é ~~muito óbvio~~ e necessário que a dicotomia entre forma e conteúdo seja resolvida nas novas produções culturais do Movimento e da classe trabalhadora.

De acordo a leitura de Fernandes, isso acontece justamente porque o negro é dionisiaco. Para ele mesmo o negro tendo sido sujeito a uma deformação sistemática por meio da escravidão que lhe reprimiu, deformou e suprimiu várias esferas da cultura africana, tanto como a proibição da comunicação por meio de línguas africanas e controlar seu comportamento, ficaram muitos aspectos importantes da cultura africana justamente porque se passaram por manifestações lúdicas, entre elas as danças, a magia e a religião. “Onde se via apenas a dança e a música, havia o rito, o mito e a religião. Com isso, a transplantação cultural maciça acabou sendo preservada e depois disseminada por todo o Brasil” (FERNANDES, 1989, p. 85).

O negro é, na maioria das culturas que foram transplantadas para o Brasil, em termos de ímpetos de autoafirmação, um dionisiaco. É um ser humano que ostenta uma grande alegria de viver. Basta assistir a uma entrada das escolas de samba do Rio de Janeiro na avenida, para se ter um ataque do coração: aquela explosão, algo que, culturalmente, nós poderíamos comparar com um vulcão. Gera uma emoção tremenda em quem assiste e até certo pavor, porque é uma euforia que transcende os limites do equilíbrio do ser (FERNANDES, 1989, p. 85).

Ele cita vários autores escritores e artistas brasileiros que carregam elementos dionisiacos como Machado de Assis que foi um intelectual “que refletiu criticamente sobre os problemas da cultura mundial, naquele momento, e que, inclusive, teve o papel de transferir para nós muito do que eclodia no momento intelectual no exterior.” Bem como o poeta Cruz e Souza Fernandes afirma que o que fica nele é o superbranco. “Ora, o que é o branco, na cabeça dele? É preciso pensar na repressão e na sublimação e o que esse branco traz de negro, de autoafirmação do negro, de uma poesia renovadora, criativa, inventiva, que marca todo um momento de nossa história literária” (FERNANDES, 1989, p. 85).

Para Fernandes a produção poética de Solano Trindade é uma poesia negra em todas as dimensões e que assim como a herança genética de Gilberto Gil na música são as expressões

mais profundas do que o negro produziu no Brasil, em termos literários, em termos de folclore:

Porque é o elemento dionisiaco que lhe permite estabelecer uma ponte entre sua condição humana e o humor terrível, que cortava como uma navalha, e pelo qual ele via a personalidade do branco, a sua sociedade, as suas instituições e, ao mesmo tempo, punha em prática algo que ficou como um padrão cultural entre os negros: para o negro vencer, ele tem de suplantar o branco em seu próprio terreno. Nesse sentido, ele foi branco na aparência, o mais apolíneo dos brancos, embora sendo negro e sem perder o ímpeto do elemento dionisiaco (FERNANDES, 1989, p.85).

Para Fernandes essa tipologia do apolíneo e do dionisiaco nos revela a um problema central, que é o problema da tentativa de esmagamento do talento do negro que Antônio Candido descreve como aceifação, como um conceito bárbaro, o qual foi empregado pelos sociólogos para descrever o fato de que “raças dominantes, classes dominantes, elites políticas dominantes deceparam a cabeça daqueles que podem ameaçá-los, acefalizando um grupo oprimido” (FERNANDES, 1989, p. 85).

Trazendo esse pensamento para entender a produção de Ojeferson e a aceitação bastante significativa pela militância do MST, é importante reiterar que a arte jamais resolverá problemas que na vida social, no cotidiano, não estão resolvidos, como é o caso da questão racial no MST, mas ela aponta saídas, e direciona caminhos. Portanto, na produção musical de Ojeferson, apesar dos limites, no tempo histórico em que ela foi elaborada, é bastante significativo fomentar a discussão e assegurar a presença da temática. Isso acontece cada vez que um militante canta e a base reproduz esse canto.

5. A CAMINHO DA CONCLUSÃO

O nosso estudo surgiu de uma inquietação persistente a partir na percepção de que as desigualdades sociais e territoriais no campo estão intrinsecamente ligadas às desigualdades raciais. Na nossa experiência de militância do MST, percebemos que a maioria das pessoas que compõe os assentamentos e acampamentos na Bahia são negros e negras e conseqüentemente, vítimas do racismo ora camuflado, ora revelado e combinado com o preconceito de classe.

Por outro lado a nossa inquietação se multiplica quando o Movimento não dá respostas a todas as perguntas. Onde está o debate sobre a consciência racial? No Movimento Negro? Mas no interior da Bahia o Movimento Negro não chega. E por outro lado cada movimento deve discutir uma questão específica? Portanto, a resposta talvez devesse partir de uma só voz, o mesmo Movimento que une os trabalhadores negros desgarrados da terra e dos bens materiais necessita formar politicamente os seus integrantes para combater o latifúndio, as desigualdades sociais e o racismo.

Por essa lógica nos perguntamos qual a relação da luta do MST pela Reforma Agrária com o debate sobre a questão racial? E para compreender esse objeto de modo mais complexo se fez necessário entender que a terra se configura como um fator estruturante, pois no Brasil quem tem o seu controle possui também o poder em suas mãos. E essa disputa acirrada pelo poder, por meio do controle da terra, surge no período colonial em que foi instituída a propriedade privada da terra com a Lei de Terras de 1850 que impossibilita o acesso à terra para toda a população que descende dos negros africanos.

A partir dessa lei, a terra passou a ser acessível somente pela compra direta, portanto, o mecanismo de acesso à terra não permitia que os escravos libertos e os imigrantes camponeses europeus e asiáticos que vieram para o Brasil no fim do século XIX e no princípio do século XIX, pois esses não tinham recursos para comprá-las. Portanto, a lei não permitiu a democratização da estrutura fundiária. Assim a propriedade privada da terra passa ao controle dos latifundiários (ALENTEJANO, 2012, p. 744).

Clovis Moura e Florestan Fernandes são dois intelectuais que nos deram sustentação teórica para entender e analisar essa necessidade de uma articulação dos fenômenos raça e classe.

Clovis Moura afirma que a elite de poder que se auto identifica branca, escolheu como

tipo ideal representativo da superioridade étnica na nossa sociedade o branco europeu e em contrapartida como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. A partir dessa dicotomia étnica, ficou estabelecido por meio de uma escala de valores da qual o grupo que mais se aproxima do tipo branco é mais reconhecido e aceito socialmente e à medida que se aproxima do negro ficaria mais desvalorizado condenado e socialmente repellido. Isso criou mecanismos de dominação e não criou, portanto, um relacionamento democrático e igualitário (MOURA, 1998, p. 62).

Para Florestan Fernandes, as lutas de raças e lutas de classes são dilemas interligados (uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra). O negro adquire uma situação de classe proletária ao se classificar socialmente e continua vítima das discriminações e violências, portanto continua sendo negro. Para ele raça e classe é um fator revolucionário “de um lado, é imperativo que a classe defina a sua órbita, tendo em vista a composição multirracial das populações em que são recrutados os trabalhadores.” Portanto, dentro do capital os trabalhadores quaisquer possuem as mesmas exigências, mas existem trabalhadores que possuem exigências diferentes. Os negros são os mais excluídos e maltratados “é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes”. “É preciso que o socialismo proletário venha embebido de um impulso radical profundo que ultrapasse a libertação coletiva da classe trabalhadora e destrua, até o fim e até o fundo, a opressão racial” (FERNANDES, 1989, p. 24).

Desenvolvemos no Primeiro Capítulo uma abordagem teórica sobre Florestan Fernandes e Clóvis Moura sobre Classe e Raça. De acordo com a linha de pensamento dos dois autores podemos perceber que classe e raça combinam forças essenciais para contrapor à ordem existente e fortalecem reciprocamente, “que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo.” A luta negra e a luta agrária fazem parte de uma luta da classe trabalhadora “ai está o busílis da questão no plano político revolucionário” (FERNANDES, 1989, p. 24). Portanto, a raça também é um fator revolucionário específico. De acordo com ele classe e raça são duas polaridades, que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos. Classe e raça é unidade do diverso.

No Segundo Capítulo, a partir da contribuição desses dois autores, estabelecemos uma análise de que as lutas agrárias no Brasil são também lutas negras, a classe trabalhadora é composta em sua maioria justamente por essa população característica. Podemos interpretar

as lutas agrárias no Brasil como um contraponto ao projeto racista e desigual implantado no Brasil, primeiro com a invasão portuguesa incidindo na escravidão e genocídio dos índios e posteriormente durante o período escravocrata, assegurado na concentração de terras e na escravidão de pessoas negras. Foi por meio da apropriação latifundiária e da concentração da terra pelos colonizadores através da repressão, tortura e morte que o índio e o negro foram excluídos social e territorialmente de modo que tal marginalização não permitiu que tivessem acesso nem ao direito à terra muito menos a condições financeiras dignas. Portanto, a luta pela terra no Brasil tem historicamente um vínculo com a questão racial e gera, portanto, uma luta de classe, a cor majoritária da classe trabalhadora brasileira é negra. Aqui a questão da colonização do território aconteceu a partir da questão racial, o sistema de colonização manteve estruturas econômicas, políticas e culturais que foram capazes de perpetuar territorialmente a divisão sócio-racial da população.

Analizamos que desde as lutas dos quilombos, as rebeliões negras, quanto às lutas de caráter mais agrários fazem parte do mesmo processo de busca da dignidade perdida e pela transformação social. Os problemas são provenientes da colonização. Houve na história do país diversos movimentos que tratavam especificamente da questão agrária, como as Ligas Camponesas, Canudos, entre outros que embora a sua pauta prioritária fosse a terra, seus integrantes eram em sua maioria negros. E houve também os diversos movimentos que lutavam também por território, mas se configuraram historicamente como luta negra, como é o caso de Palmares, por exemplo, entre outros. Além dos movimentos mais contemporâneos como o MNU, entre outros, que pela reafirmação racial e luta dos seus integrantes pela segunda abolição pôs abaixo o mito da democracia racial.

Inclusive, no Brasil as diversas pautas raciais defendidas pelos movimentos negros tiveram mais espaços com a chegada do PT no poder, por ter integrantes de movimentos negros fazendo parte do governo; isso permitiu alguns avanços significativos. Por exemplo, ocorreu grande avanço na luta contra o mito da democracia racial, com as ações afirmativas que obrigaram o Estado brasileiro a assumir que existe racismo no Brasil e que o Estado foi estimulador e cúmplice disso. Mas o genocídio da juventude negra permanece se agravando, e não foi freado pela batalha parcialmente vencida contra o mito da democracia racial.

No Terceiro e último capítulo, no tocante ao MST e a questão racial, o estudo partiu da hipótese de que o MST não desenvolveu o debate sobre as desigualdades raciais como avançou no debate sobre a questão de gênero e a questão LGBT. Interrogamos diversos

militantes sobre qual a visão destes sobre a estratégia do MST em relação à questão racial, inclusive tentando entender por que o debate sobre gênero e sobre a questão LGBT atualmente fazem parte das pautas do Movimento e tema de mesa dos encontros estaduais e geralmente são militantes negros discutindo essas temáticas, mas não discutem a questão racial da mesma maneira.

Porém, constatamos nas entrevistas um grande potencial para que o debate avance internamente na organização. A maioria dos entrevistados demonstrou compreender que a questão agrária e a questão racial estão articuladas historicamente no Brasil, sendo marcas do trauma da colonização e da escravidão, que legou ao país um sistema de divisão da terra desigual e uma estrutura racial que vitimiza a maioria da população pobre e negra com o racismo, como marca estruturante da desigualdade social brasileira. Portanto, podemos tratar a luta pela terra, também como uma luta pela superação do racismo, bem como da questão racial como pauta de debate na luta pela reforma agrária.

Embora na Bahia a maioria dos militantes do MST seja negra, desde os coordenadores nacionais, aos dirigentes de regionais, setores e brigadas, é possível perceber que aqueles que estão localizados mais próximos a Salvador, ou assumem tarefas que necessita sempre estar em articulação em Salvador e com outros movimentos urbanos, com os movimentos negros, por exemplo, dominam com maior propriedade a temática.

Porém, a partir da nossa pesquisa por meio das entrevistas realizadas, fica entendido que o MST na Bahia também não discute a questão racial, e com a nossa intervenção os entrevistados sentiram-se desafiados tanto a responder as questões colocadas quanto a pressentir a obrigação de buscar saídas para pensar um novo projeto de sociedade a partir da estratégia da questão racial. O que ficou entendido é que ao longo da história, essa questão vem evidenciando e que está posto à mesa a urgência do debate.

Assim, por meio da na nossa investigação, identificamos que o MST, do ponto de vista institucional, não trabalha politicamente com a categoria raça, muito menos tem uma plataforma política definida de enfrentamento ao racismo.

Concluimos a partir do diálogo com Florestan Fernandes que o chamado problema do negro vem a ser o problema da viabilidade do Brasil como Nação. “Não haverá Nação enquanto as seqüelas do escravismo, que afetaram os antigos agentes do trabalho escravo e seus descendentes ou os ditos brancos pobres livres, não forem definitivamente superadas e

absorvidas” (FERNANDES, 1989, p. 33).

Portanto, a luta negra dissociada de um pensamento e uma articulação com a classe seria um erro – o que acontece com diversos movimentos negros -, pois não completa a transformação social e por outro lado, a luta pela terra sem um olhar para a questão racial configura-se também como um vacilo, pois os negros e negras historicamente compõem a maior parte dos mais segregados socialmente. Conseqüentemente na luta pela Reforma Agrária, que historicamente já se configura como uma luta da classe trabalhadora, os movimentos sociais que compõem essa luta necessitam instituir como pauta a temática racial, e por outro lado os movimentos negros precisam articular as suas lutas raciais também como a luta de classes e olhar para a questão agrária como embrionária, pois ela é elementar no tocante às desigualdades sócio-raciais no Brasil.

Consideramos o nosso estudo ainda “a caminho de uma conclusão”, inclusive a principal intenção é mesmo que o debate não se conclua, mas investigue saídas, quiçá o mais interessante seja entusiasmar mais indivíduos a se atraírem pela temática e desenvolver abordagens que somem para contribuir na luta social, a favor da classe trabalhadora e para o bem da humanidade.

REFERÊNCIAS

- ABOLIÇÃO. Direção: Zózimo Bulbul. **Documentário**, 1988, duração: 150 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WaIork3ZF38>>. Acesso em: 25 maio 2016.
- ALENTEJANO, Paulo. Terra. In: (Org.). CALDART, Roseli Salete; ALANTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Galdério. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.740.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. Dilemas do Brasil Moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p.198.
- ASSUNÇÃO, Valmir. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).
- BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira**: Gestando um projeto político para o Brasil. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/frente-negra-brasileira-gestando-um-projeto-politico-para-o-brasil>>. Acesso em: 25 maio 2016.
- BARBOSA, Vera Lúcia. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).
- BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Questão agrária e questão racial**: a articulação explosiva entre classe e raça no Brasil. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=36825>>. Acesso em: 17 ago. 2012.
- CADERNO DE ESTUDOS, ENFF. **O legado de Florestan Fernandes**. Guararema: ENFF, 2009.
- CARBONI, Florence. **A Linguagem escravizada**: Língua, história, poder e luta de classes/ Florence Carboni, Mário Maestri. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARVALHO, José Jorge de. **Racismo fenotípico e estético da segunda pele**. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose_jorge.htm>. Acesso em: 02 nov. 11.
- CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes**: Vida e Obra/Laurez Cerqueira. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CONFLITOS NO CAMPO – **Brasil 2015** (Coord.): CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. CPT Nacional – Brasil, 2015.
- COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. Coordenação/Jayme Pinsky.-São Paulo:GLOBAL Ed., 1982.
- COSTA, Ivan Rodrigues. **CONAQ**: Um Movimento Nacional dos Quilombolas. Disponível em: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- CULTNE – **Frente Negra Brasileira**. Vídeo documentário, 1985. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=j4H-dqC4Kug>>. Acesso em: 26 maio 2016.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2010: **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/** (Org.): MERLINO, Tatiana; MENDONÇA, Maria Luisa. São Paulo: Rede Social de Justiça e direitos humanos, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes/.** São Paulo, Dominus, 1965.

_____ **O Negro no Mundo dos Brancos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____ **Significado do protesto negro - Polêmicas do Nosso Tempo.** São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. **Sou Sem Terra Sou Negão: Raça, Racismo e Política racial no Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Dissertação de mestrado, Cachoeira: UFRB. 2015.

FRANCO, Maria Sylvia C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** – 4. ed. - São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FREIRE, Alípio. **Apresentação.** In. MOURA, Clovis. Sociologia Política da Guerra de Canudos da Destruição de Belo Monte ao Aparecimento do MST. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

FUNARI, P.P.A. **Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares.** Revista de História Regional, 2001.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888).** São Paulo: Brasiliense, 1986.

GENARRI, Emílio. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil / Emílio Genarri.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GEOGRAFAR. **As Metamorfoses da Questão Quilombola na Bahia.** In: Movimentos camponeses e indígenas na América Latina Título do Trabalho. XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, UFPE, Recife-PE GT27 - 6 a 11 de set. 2011.

GOHN, M. da G. **Desafios da participação popular no meio rural brasileiro neste final de milênio.** In: XXII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu. Gomes (1998).

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes / FASE-Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional, 1987.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octavio. **A Dialética Escravo e Senhor**. In: (org.). ALMEIDA, Luiz Sávio de. **O Negro no Brasil**. Maceió - AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003. p. 16.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. **Raças e Classes Sociais no Brasil** / Octavio IANNI. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1972.

_____. **O preconceito racial no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100002>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. **A Sociologia de Florestan Fernandes**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-40141996000100006>. Acesso em: 01 maio 2016.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1990.

JAMES, C.L.R. **Os Jacobinos Negros**. Toussaint Lóuverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

LIMA, Wesley. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

MAGNO, Egberto. **A Revolta da Chibata e a consciência de classe**. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia_print.php?id_noticia=142205&id_secao=58>. Acesso em: 10 abril 2016.

MANÇANO, Bernardo. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.

_____, GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Josué de Castro**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MANIFESTO. Lançamento do Movimento Quilombo Raça e Classe. Disponível em: <<http://quilomboracaeclassesma.blogspot.com.br/p/manifesto-de-lancamento-do-movimento.html>>. Acessado em: 10 maio 2016.

MATOS, Márcio. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

MONTEIRO, Adenilza. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

MOTT, Luiz. **A revolução dos negros do Haiti e do Brasil**. In: História: Questões & Debates. Nº 4. Curitiba, 1982.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Um Breve Depoimento**. In: (org.) ALMEIDA, Luiz Sávio de. O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura. Maceió: EDUFAL, 2003. p. 11.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**/ Clovis Moura. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro** / Clovis Moura. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. **Quilombos – Resistência ao Escravismo**/ Clovis Moura. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. **Sociologia Política da Guerra de Canudos da Destruição de Belo Monte ao Aparecimento do MST** - Clovis Moura. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

_____. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **As injustiças de Clio** - O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. **A Sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **Rebeliões da Senzala Quilombos Insurreições Guerrilhas**. Clovis Moura. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

MST. **Programa Agrário do MST**. Publicado pela Secretaria Nacional do MST. Disponível em < [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL%20\(texto%20basico\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL%20(texto%20basico).pdf)>. Acesso em: 17 abril 2017.

MUNANGA, Kabengele (2004). **Professor Clóvis Moura**: autor de uma obra complexa e ininterrupta sobre a história e o problema do negro brasileiro. In.: *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra*. CD-ROM. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura.

_____. **Negritude**: usos e sentidos. In: Coleção Cultura Negra e Identidade. 1. ed. Belo Horizonte, Autentica, 2009

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro**: trajetória e reflexões. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100019&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 jun. 2015.

NETO, Manoel. **A história de Canudos. Disponível em** < <http://www.portfolium.com.br/sites/canudos.asp?IDPublicacao=77>>. Acesso em: 10 set. 2007.

NISHIKAWA, Reinaldo. **HAITI É AQUI?** Práticas escravistas; discursos antiescravistas no Brasil (1790-1840). Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=70>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____. **Um documento inédito para a história da Independência.** In: MOTA, Carlos Guilherme. (ed) *1822 – dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 466-483.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra** / Fábio Nogueira de Oliveira, UFF/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2009.

OLIVEIRA, Maria Rosa do Carmo. **“A Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra no Sul da Bahia: A conquista do Assentamento nova Ipiranga-Camacan Bahia.”** Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/mariarosadocarmo.pdf>>. Acessado em: 05 jan. 2017.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE.** Brasília: IPEA, 2003.

PONTES, Felipe. Número de mortes por conflitos no campo em 2015 é o maior em 12 anos. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-01/numero-de-mortes-por-conflitos-no-campo-em-2015-e-o-maior-em-12>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PÉTRÉ, Geenouilleau, Olivier. **A história da escravidão/** Olivier Pétré-Geenouilleau; tradução Mariana Echalar. –São Paulo: Bointempo, 2009.

PEREIRA, João Batista Borges. **A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes.** REVISTA USP, São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, nº 29, pp. 34-41, mar./mai.1996.

PIMENTEL, Spensy. **Libro Vermelho.** Disponível em: <<http://www.literarua.com.br/index.php/89-livros/gratis/117-livro-vermelho-do-hip-hop>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Evolução política do Brasil,** São Paulo, Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, Eudes. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

REIS, João José. **A Conspiração Haussá de 1807 na Bahia.** In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *O Negro no Brasil.* Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003, p. 75.

_____. **“Nos achamos em campo a tratar da liberdade”:** A Resistência escrava no Brasil Oitocentista. Disponível em: <

http://www.erudito.fea.usp.br/PortalFEA/Repositorio/1181/Documentos/leitura_1_1_1.pdf
Acesso em: 25 jan. 2017.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária**: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Rio de Janeiro: Tempo (London), 2006.

RIBEIRO, Rosimária de Jesus. **A QUESTÃO DE RAÇA E CLASSE**: como Unidade do Diverso (UMA ANÁLISE A PARTIR DE CLÓVIS MOURA E FLORESTAN FERNANDES). Monografia de Graduação, João Pessoa: UFPB, 2011.

ROCHA, Elisabeth. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

SANTOS, Sandra Costa dos. **Cabanagem**: crise política e situação revolucionária. Campinas, SP, p. 121. 2004. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

SENA, Custódia Selma. **Movimentos camponeses do Nordeste**: uma interpretação. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, UnB, 1985.

SILVA, José Calasans Brandão da. **Canudos** – Origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Belo Horizonte, 1973.

SILVA, Eduardo; REIS, João. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SOUZA, Barbara Oliveira. **Movimento Quilombola**: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SOUZA, Gustavo Orsolon de. **“Rebeliões da senzala”**: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro / Gustavo Orsolon de Souza. Seropédica, Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

SOUZA, Lílian. **Terra dos Homens**: gênese do MST-BA. Monografia de conclusão de curso de Comunicação/UFBA, 2004.

SOUZA, Simone Maria de. **Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST)**: as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras. Tese (Doutorado em serviço social) UFPE, 2009.

STÉDILE, João Pedro, Fernandes, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Tarelho, B. M. 1999.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a Crítica ao colonialismo**: Entre harmonia e contradição/ Patrícia Villen -1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VITÓRIA, Helena. **Processo de Adesão**: Os 36 anos do MNU. Disponível em: <

<http://www.geledes.org.br/processo-de-adesao-os-36-anos-de-movimento-negro-unificado-mnu/#gs.udG5PQk>>. Acesso em: 15 dez. 2016.